

NOVOS PARADIGMAS E NOVOS MODELOS DE AÇÃO

do global ao local ou do local ao global?

André Santos da Rocha
Marcos Aurelio Saquet
Daniela Grignoli
Organizadores

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-RIO)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

André Santos da Rocha

Marcos Aurelio Saquet

Daniela Grignoli

Organizadores

**NOVOS PARADIGMAS
E NOVOS MODELOS DE AÇÃO:
do global ao local ou do local ao global?**

LETRCAPITAL

Copyright © André Santos da Rocha, Marcos Aurelio Saquet e
Daniela Grignoli (Orgs.), 2022

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto
CAPA Jenyfer Bonfim
PROJETO GRÁFICO/EDITORIAÇÃO Luiz Guimarães
REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N848

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global? /
organização André Santos da Rocha, Marcos Aurelio Saquet, Daniela Grignoli. - 1. ed. -
Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

212 p. : il. ; 15,5x23 cm.

ISBN 978-65-89925-60-6

1. Planejamento urbano - Aspectos sociais. 2. Igualdade. 3. Exclusão social. I. Rocha,
André Santos da. II. Saquet, Marcos Aurelio. III. Grignoli, Daniela.

22-76005

CDD: 305

CDU: 364.652.5:911.375.1

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
vendas@letracapital.com.br

Sumário

Apresentação.....	7
ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	13
Por una praxis territorial popular: una perspectiva metodológica in(sub)versiva y decolonial.....	14
<i>Marcos Aurelio Saquet</i>	
La “parità di genere” per uno sviluppo sostenibile.....	43
<i>Daniela Grignoli</i>	
Desarrollo de los territorios y desarrollo en los territorios: el nuevo protagonismo de la comunidad.....	66
<i>Everardo Minardi</i> <i>Nico Bortoletto</i>	
QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL	89
As condições gerais de produção, o saneamento básico e o desenvolvimento metropolitano: um olhar desde a periferia.....	90
<i>André Santos da Rocha</i> <i>Floriano Godinho de Oliveira</i>	
Industrialização periférica e tramas de resistência no espaço metropolitano do Rio de Janeiro, Brasil.....	106
<i>Leandro Dias de Oliveira</i> <i>Victor Tinoco</i>	
¿Una geografía del vino en Colombia? Localización, producción y consumo.....	121
<i>Wladimir Mejía Ayala</i>	
As Indicações Geográficas (IG) brasileiras, suas variedades e a importância para o desenvolvimento local.....	134
<i>Regina Cohen Barros</i>	

Las sabanas como espacios agrícolas
y de vivienda exclusiva149

Carlos Enrique Castro Méndez

Yolima Del Carmen Agualimpia Dualiby

Wladimir Mejía Ayala

DESIGUALDADE, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO.....173

La lectura de las desigualdades y la violencia de género en
Italia: la experiencia del Centro Antiviolenza UNIPG174

Silvia Fornari

Il riscatto delle donne: dallo sviluppo
locale alle “mascherine antiviolenza”188

Simona Iannaccone

Sobre os Autores205

Índice remissivo210

Apresentação

Dal locale al globale e ritorno. Nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione é o título do I Seminário Internazionale que foi realizado em 2018 junto à l'Università degli Studi del Molise, Itália, do qual participaram diversos estudiosos italianos e brasileiros vinculados a diferentes universidades e outras instituições. Um dos resultados desse evento foi a decisão de realizar, em virtude das aprendizagens coletivas, o II Seminário Internazionale sobre o mesmo tema.

O I Seminário esteve centrado em diálogos e debates interdisciplinares sobre o desenvolvimento sustentável a partir das práticas de pesquisa e ação dos participantes do evento, em especial da Unioeste, da Unimol e da Unibo. Houve diferentes momentos de encontro e reflexão sobre a construção de respostas locais diante das mudanças e incertezas climáticas globais, tentando contribuir para o nascimento de novos conceitos sociológicos e geográficos.

A partir dessa problemática, os pesquisadores envolvidos trabalharam intensamente sobre o território, a desterritorialização e a reterritorialização como elementos fundadores dos processos de desenvolvimento local e global, nos quais a pessoas, com suas diversas interações, reinterpreta a alma dos lugares no âmbito da globalização.

E, em decorrência das aprendizagens do I Seminário de 2018, discutimos, avaliamos e resolvemos ampliar a rede de colaborações e convidamos colegas colombianos para participar do nosso movimento. Assim, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia do Covid-19, fizemos o II Seminário Internacional Itália-Brasil-Colômbia, exitoso e remotamente organizado pela equipe coordenada pelo professor doutor Wladimir Mejia Ayala, da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia. O tema desse evento esteve centrado no título da nossa coletânea ora socializada, ou seja, no debate da possibilidade de colaborarmos para a construção de novos paradigmas de pesquisa e ação comunitária, ora partindo-se do global, ora do local, porém sempre se atentando para não negligenciar as relações de totalidade existentes entre essas duas

dimensões espaciais da nossa vida cotidiana, mergulhando, sempre que possível e necessário, no nível do local, pois é ali onde os fenômenos e processos acontecem na nossa vida diária e, provavelmente, essa seja a dimensão territorial fundamental para ativar territorialidades e lutarmos por uma sociedade mais justa e ecológica.

Como o/a leitor/a facilmente verificará, os temas estudados, sistematizados e socializados durante o II Seminário são diversos, tais como desenvolvimento local, gênero, violência, periferia metropolitana, saneamento básico, indicações geográficas e denominação de origem, campesinato, percepções e sentimentos, juntamente com a necessidade de uma práxis de in(sub)versão teórico-metodológica e política. Esta última problemática, juntamente com a da desigualdade imperante em países como Brasil e Colômbia, são transversais e, de alguma forma, foram trabalhadas durante esse evento.

Assim, talvez esse seja um fio de luz presente nesse debate interdisciplinar e interinstitucional, na direção, de fato, da reconstrução dos paradigmas eurocêntricos, universalistas, acadêmicas e globalizantes ainda predominantes nas ciências humanas feitas no Brasil e na Colômbia, sem desconsiderar, obviamente, ricas possibilidades de diálogo com colegas do Norte, como esse que estamos construindo com alguns italianos.

O presente livro é apresentado em três idiomas (português, italiano e espanhol), propositalmente tenta validar tanto aspectos locais da cultura dos autores quanto possibilitar a difusão dos idiomas dessa rede de cooperação que vai se desenhando. Assim, apresentar o diálogo possível sobre aspectos que atravessam o tema do desenvolvimento em suas múltiplas escalas e no entendimento brasileiro, colombiano e italiano que busca indicar interpretações possíveis de uma lógica que supere interpretações puramente economicistas de desenvolvimento. Aqui entendemos que o social deve primar em detrimento do horizonte puramente do lucro e da mercadoria, uma vez que o mito do “homem econômico” necessita ser superado. Este deve ser compreendido como ser social, cultural e parte fundante da natureza. Logo, elementos mais complexos envolvem o tema do desenvolvimento.

Na necessidade de agregar posições teórico-analíticas a partir da visão singular de acadêmicos-pesquisadores de três

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

países (Colômbia, Brasil e Itália), estruturamos e subdividimos a presente coletânea em três partes. A saber: Parte I – Elementos teóricos e metodológicos; Parte II – Questões para o desenvolvimento urbano e rural; e Parte III – Desigualdade, gênero e desenvolvimento.

Na Parte I, “Elementos teóricos e metodológicos”, estão presentes apontamentos e reflexões sobre novos paradigmas que atravessam a questão do desenvolvimento e de modelos de ação que perpassam do global ao local. A seção é iniciada com o texto de Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE – Brasil), intitulado “Por una praxis territorial popular: una perspectiva metodológica in(sub)versiva y decolonial”, que traz importantes elementos para se pensar modelos de desenvolvimento fora de uma perspectiva eurocentrada; trata-se de uma guinada de pensamento que leva em consideração ações coletivas e populares na construção de novas agendas de investigação/ação. O segundo texto, de Daniela Grignoli (UNIMOL – Itália), intitulado La “parità di genere” per uno sviluppo sostenibile, aponta para a necessidade de debater as questões de gênero como elemento da promoção da redução das desigualdades, apresentado provocações para pensar ações no âmbito da agenda contida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS-2030). Por fim, o terceiro texto da seção é assinado por Everardo Minardi y Nico Bortoletto (UDST – Itália), intitulado “Desarrollo de los territorios y desarrollo en los territorios: el nuevo protagonismo de la comunidad”, os autores propõem repensar os caminhos do desenvolvimento territorial trazendo à luz o papel das pequenas e médias empresas e seu potencial na dinamização das comunidades locais; nesse sentido, o território não se torna apenas apêndice, mas um ente na produção do desenvolvimento.

A Parte II desta coletânea, “Questões para o desenvolvimento urbano e rural”, é composta por cinco textos que trazem contribuições para reflexões acerca do desenvolvimento em ambientes urbanos e rurais. O primeiro texto, de autoria de André Santos da Rocha e Floriano Godinho de Oliveira (UFRRJ – Brasil), intitulado, “As condições gerais de produção, o saneamento básico e o desenvolvimento metropolitano: um olhar desde a periferia”, aborda a questão do desenvolvimento local-regional e urbano a partir da universalização do saneamento básico, apontando que

as assimetrias territoriais da acessibilidade ocorrem por conta das condições gerais de produção das cidades, sendo necessário construir a superação das relações do saneamento como serviço-consumo para compreendê-las como um serviço-direito. O segundo texto, de autoria de Leandro Dias de Oliveira e Victor Tinoco (UFRRJ – Brasil), intitulado “Industrialização periférica e tramas de resistência no espaço metropolitano do Rio de Janeiro, Brasil”, apresenta as contradições do desenvolvimento desde a periferia urbana, apontando elementos sobre a industrialização e a resistência de população camponesa na marcha descompassada do progresso capitalista na borda metropolitana. O terceiro texto dessa seção é de autoria de Wladimir Mejía Ayala (UPTC/IGAC – Colômbia), intitulado “*¿Una geografía del vino en Colombia? Localización, producción y consumo*”, que aponta os elementos centrais que posicionam aspectos da produção vinícola na Colômbia, destacando como os elementos territoriais se vinculam com aspectos culturais na geografia dos vinhos do país andino. O quarto texto que segue é de autoria de Regina Cohen Barros (UFRRJ – Brasil), intitulado “As Indicações Geográficas (IG) brasileiras, suas variedades e a importância para o desenvolvimento local”; no referido capítulo a autora explora o papel positivo que a catalogação das indicações geográficas pode produzir para ações do desenvolvimento local, trazendo apontamento do histórico e da atual situação da IG no Brasil. Para finalizar essa seção temática temos o texto de autoria de Carlos Enrique Castro Méndez, Yolima Del Carmen Agualimpia Dualiby e Wladimir Mejía Ayala (UPTC/IGAC – Colômbia), intitulado “Las sabanas como espacios agrícolas y de vivienda exclusiva”, abordando os processos de uso e ocupação das savanas colombianas, destacando elementos para pensar práticas ecológicas e sustentáveis a partir da construção de novas práticas e usos dos espaços rurais e da revalorização da natureza.

Por fim, a Parte III chama-se “Desigualdade, gênero e desenvolvimento”, que busca abrigar reflexões sobre questões que envolvem a perspectiva da igualdade de gênero para debater aspectos do desenvolvimento local. A seção é composta por dois textos. O primeiro, de autoria de Silvia Fornari (USPeruggia – Itália), intitulado “La lectura de las desigualdades y la violencia de género en Italia: la experiencia del Centro Antiviolenca UNIPG”,

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

que apresenta uma leitura dos quadros de violência de gênero na Itália, realizando apontamentos para uma necessária experiencial local de ações antiviolência, valorizando aspectos de equidade e justiça social. O último texto do livro e da seção é de autoria de Simona Iannaccone (UTUM – Itália), intitulado “Il riscatto delle donne: dallo sviluppo locale alle “mascherine antiviolenza”, que traz aspectos sensíveis sobre a questão da violência contra a mulher, apontando a necessidade de construção de espaços para que se pense e planeje a questão de gênero nas agendas de desenvolvimento local, a partir da valorização e abertura de espaços de debates e gestão territorial.

De maneira geral, reforçamos que as leituras e interpretações são subjetivas – sem deixar de serem objetivas –, e caberá ao/a nosso/a futuro/a leitor/a participar ou não desse debate, identificando limites em nossas argumentações e colaborando na construção tão necessária e urgente de conhecimentos para o nosso povo – preferencialmente com ele –, sem negligenciar as desigualdades e diferenças que também existem e se reproduzem em países como a Itália. Então, será que estamos, de fato, debatendo e contribuindo para a criação de novos paradigmas e novos modelos de ação? Como isso está acontecendo ou pode ocorrer? Do global ao local ou do local ao global?

Por fim, agradecemos o financiamento do PROAP/CAPES e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu

Primavera de 2021.

Os organizadores.

LETRACAPITAL

ELEMENTOS TEÓRICOS
E METODOLÓGICOS

Por una praxis territorial popular: una perspectiva metodológica in(sub)versiva y decolonial

Marcos Aurelio Saquet¹

Introducción

Nosotros creemos que la producción del conocimiento esta involucrada en una problemática relacional y de poder global, difundándose en el mundo occidental a partir de la filosofía greca y de manera especial, a partir del renacimiento y de la ilustración europea. Procesos con fuerte influencia en la conquista de América Latina, en los dominios intelectual, geopolítico, económico, cultural y ambiental. En general, aun reproducimos métodos y teorías eurocéntricos y universalistas, como demostraremos en la parte inicial de este texto, sin avanzar cualitativamente en lo que interesa para las clases populares. Sim embargo, también estamos trabajando para in(sub)vertir los métodos, las teorías y las técnicas de investigación, teniendo como base la unidad teoría-practica, ciencia-saberes populares y universidad-sociedad local contribuyendo para coconstruir una praxis territorial popular y ecológica en lo ámbito de un movimiento más amplio denominado decolonial.

Creemos que esa es una problemática de gran relevancia social y científica, pues, normalmente, el conocimiento académico y científico se produce a partir de teorías que no son nuestras y, por lo tanto, son al menos parcialmente inadecuadas para aprehender la fantástica heterogeneidad social y ecológica de los países de América Latina. Reproducimos teorías del Norte globalizante y colonizador, sobretodo europeo y norte-americano, imitando argumentaciones y forzando las teorías, generando explicaciones generalizadas que no son adecuadas a la nuestra realidad.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Para nosotros está claro que hay necesidad de coproducir nuevas teorías y métodos para la ciencia y para la acción territorial: de lo global a lo local y viceversa o, para nosotros de América Latina, de lo local a lo regional y/o global, se ese es el interés de los sujetos “estudiados”. Así nos preguntamos: ¿Cómo podemos coproducir nuevos paradigmas de interpretación y acción? Actualmente, quien vive el ritmo de vida acelerado de la “modernidad” o de la “posmodernidad”, donde las personas viven, cómo y por qué? ¿Quién comanda, en lo “modernismo”, quien comanda, en lo “posmodernismo”? ¿Quién es dominado y subordinado, dónde y cómo viven? Son preguntas que los paradigmas eurocéntricos y universalistas no contribuyen satisfactoriamente para responder y para orientar una praxis territorial decolonial y contrahegemónica.

A partir de nuestra experiencia de los últimos 25 años, trabajando en la pesquisa-acción-participativa, nosotros aprendemos, con mucha serenidad, que ese debate puede contribuir, parafraseando Sanchez (2014), Harguindeguy (2014) y Hidalgo e Fernández (2012), para coconstruir un “paradigma contrahegemónico”. Eso puede ocurrir a partir de diálogos entre sujetos de distintas colores, etnias, religiones, formaciones etc., por dentro y por fuera de las universidades, reuniendo diferentes conocimientos prácticos y teóricos, (in)materializando una praxis territorial cooperada y solidaria, ecológica y política, contribuyendo directamente para construir un movimiento antiglobalización económica (SAQUET, 2019 [2007], 2015, 2017a, 2017b, 2018, 2019, 2020).

¿“Modernismo” o “posmodernismo”? ¡Un paso al lado!

Es impresionante como se difunden concepciones “modernas” y “posmodernas” entre nosotros, especialmente en los territorios académicos universitarios. En las primeras, llamadas “modernas”, argumentase a favor de las metateorías, de las continuidades sociales, de la expansión del capital en el nivel internacional, de las mudanzas culturales y de la centralidad de los Estados nacionales. En las teorías “posmodernas”, teóricamente, se privilegia lo

efímero/transitorio, las localidades espaciales, las subjetividades, las diferentes culturas y sus aspectos simbólicos, bien como las longas redes de comunicación y circulación.

En algunas argumentaciones, tenemos la impresión de que hay una ruptura entre esos procesos que se (in)materializan de formas bien diferentes. En otras, se percibe que hay continuidades entre la “modernidad” y la “posmodernidad”, en lo que se refiere a los procesos sociales y espaciales y, simultáneamente, en lo nivel del pensamiento, como tentaremos evidenciar a seguir. Para tal ejercicio de reflexión, utilizaremos como base dos geográficos bastante conocidos en el nivel internacional, un “moderno” y otro “posmoderno”.

Iniciamos con David Harvey, reconocidamente un intenso marxista y mucho fiel a la concepción construida por Karl Marx. Seleccionamos tres obras publicadas en distintos momentos de su producción intelectual. En uno de sus libros más citados, Harvey (1993 [1989]), al criticar los “posmodernistas exagerados”, como él denomina, buscar enaltecer los detalles culturales, las contradicciones y las ambigüedades sociales y espaciales, sin embargo, lleva su argumento a favor de la metateoría para comprender – en una interpretación teórica y general -, los procesos económicos y políticos cada vez más globales. “[...] Hay más continuidades do que diferencia entre la amplia historia del modernismo y el movimiento denominado pos-modernismo” (HARVEY, 1993 [1989], p. 111).

Hay, en su argumentación teórica, “compresión del tiempo-espacio”, o sea, las fuerzas del capital “ganan/aniquilan” el espacio por medio de la fluidez, de la efémeridad e instantaneidad que hacen parte de la aceleración del tiempo de reproducción y acumulación de capital. “Lo resultado tiene sido la producción de la fragmentación, de la inseguridad y del desarrollo desigual efémero en el interior de una economía de flujos de capital de espacio global altamente unificado” (HARVEY, 1993 [1989], p. 267).

Por eso, aun segundo Harvey (1993 [1989]), las resistencias políticas están sujetas a ese acelerado y fuerte movimiento global y unificado del capital, a los condicionantes de los grupos conglomerados transnacionales y del Estado estrechamente vinculados a esas empresas financieras, industriales y mercantes que no dejan escapar los procesos culturales.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Tratase, en nuestro entendimiento, de una importante lectura de los procesos más generales de la reproducción del capital, a pesar de que, configurase como una concepción economicista, aun ortodoxa, urbanocéntrica, universalista y eurocéntrica. David Harvey, no explicita mínimamente como y quien vive el “espacio unificado”, minimiza la importancia de los sujetos y procesos culturales, centra su argumentación en las fuerzas urbano-económicas actuantes a partir de la Europa, analizando lo espacio y la utilización del tiempo, esto es, negligenciando la diversidad y complejidad (in)material de la vida cotidiana, tanto no que se refiere a la ciudad y al urbano, como al campo y lo rural que, por señal, parecen no existir en su comprensión de la llamada “condición posmoderna”. No hay ruralidades y espacios rurales en su concepción, sujetos y saberes, tampoco alguna posibilidad concreta de auto-organización, lucha, enfrentamiento y resistencia a la acumulación del capital y al Estado burgués.

Esto abre la posibilidad para la realización de muchas cuestiones. Se hay continuidades entre lo “modernismo” y “posmodernismo”, como afirma David Harvey, ¿quién es “moderno” y “posmoderno”, dónde y cómo viven? ¿Porque e para quien las “metateorías modernas” son importantes? ¿Cómo y para quien el “pensamiento posmoderno esconde” el acceso a las “fuentes universales de poder”? ¿Quién vive la inseguridad y el horizonte colonial de la “modernidad” y/o de la “posmodernidad”? ¿Quién y porque vive en una economía “de espacio global altamente unificado”? ¿Quién “progresó, aniquiló, y conquistó el espacio”, dónde y cómo viven esas personas?

Cuestiones fundamentales como esas no son mínimamente respondidas, también en otras obras, como en Harvey (2005 [2001]) – importante reunión de textos publicados entre 1975 e 2001 –, explicando el imperialismo, el espacio geográfico, el Estado, el proletariado, la geopolítica del capital, el “desarrollo geográfico desigual”, la renta, el monopolio, siempre en una perspectiva metateórica, eurocéntrica, economicista, urbanocéntrica (Nueva York, Chicago, Londres, Los Ángeles, etc.) y universalista.

Sin embargo, también debo admitir que esa es una limitación real de mi trabajo. A pesar de todos mis intereses geográficos,

el trabajo siguió siendo eurocéntrico, concentrado en áreas metropolitanas (HARVEY, 2005 [2001], p. 36).

Hay continuidad en relación a su fidelidad en relación al método materialista y al raciocinio geográfico para comprender y explicar temas importantes para mucha gente, sin embargo, permanecen espacios también importantes relacionados a los tiempos y a las territorialidades, en fin, a la heterogeneidad temporal, espacial, social y territorial. Aspecto este que percibimos también en Harvey (2014 [2012]), al problematizar lo que denomina de “ciudades rebeldes” a partir de algunas obviedades, tales como, i) la dimensión urbana normalmente asumida en los movimientos de lucha y resistencia, pues es ahí, en la ciudad, que están los gobernantes, los órganos de prensa (las más diversas), la mayor parte de la población de distintos países, los dueños de los medios de producción fabril, los bancos, etc., ii) también es obvio que la transformación “anticapitalista” precisa ocurrir en el espacio urbano, por lo tanto, no acontece lo mismo – en relación a la obviedad – en lo que se refiere al campo, al rural e a las ruralidades, ampliamente olvidadas por David Harvey.

Solamente cuando la política se concentrar en la producción y reproducción de la vida urbana como proceso de trabajo esencial que de origen a impulsos revolucionarios será posible concretizar luchas anticapitalistas capaces de transformar radicalmente la vida urbana (HARVEY, 2014 [2012], p. 21).

Se percibe que, su argumentación “inicia” y “cera” en el urbano, no hay diversidad, temporalidades, espacialidades y ruralidades caracterizando, nuevamente, una concepción urbanocéntrica (Nueva York, El Cairo, Chicago, Los Ángeles, Shanghái, Pekín, Tokio y Europa – Eurocéntrica -) y, por qué no decirlo, metropolecéntrico, universalista y poco original: vacío de sujetos, saberes y territorios; vacío de empirismo, de posibilidad del diálogo y de los medios para alcanzar la autonomía, los derechos, mejores condiciones de vida para todos, especialmente para las clases populares.

David Harvey desconsidera, devalúa y menosprecia a los débiles, las comunidades, el auto-organización, la confianza, los sujetos del campo, de las aguas y de los bosques. Por eso afirma,

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

de manera bastante desastrosa, que “en todo el mundo hay una evidente ausencia de propuestas concretas, consensuadas y que busquen reorganizar las divisiones del trabajo y las transacciones económicas [...]”. (HARVEY, 2014 [2012], p. 226). Esto es desalentador y forma parte del pensamiento hegemónico económica y políticamente.

A pesar del esfuerzo por actualizar su concepción y argumentos a favor de la rebelión, sólo reconoce muy sutilmente que lo “diferente” surge de lo que la gente hace y siente cotidianamente y de su cultura popular. Sin embargo, cabe preguntarse: ¿cómo se pueden transformar las ciudades teniendo en cuenta los “profundos deseos” cotidianos? Las “verdades” afirmadas por David Harvey se caracterizan así para quién? ¿Dónde vive parte de la “izquierda tradicional” que tiene dificultades para comprender el “potencial revolucionario” de los movimientos sociales urbanos? ¿Es posible “matar ciudades tradicionales”? ¿Tiene el capitalismo “acumulación infinita”? ¿Quiénes son los sujetos de los movimientos sociales urbanos? ¿Dónde y cómo viven cotidianamente? ¿No hay sujetos y rebeliones también en el campo y en la relación urbano-rural? ¿Se hizo realidad su “apuesta” por las favelas de Río de Janeiro? ¿Toda política neoliberal favorece la descentralización administrativa y la “maximización de la autonomía local”? ¿Dónde, cuándo, cómo y por qué ocurre esto? ¿Por qué el “policentrismo” no puede “funcionar sin fuertes restricciones jerárquicas”? ¿Quién producirá la “globalización alternativa”? ¿Es posible? ¿Cómo podemos realmente erradicar la pobreza y superar la degradación ambiental? ¿Cómo podemos revolucionar nuestro pensamiento y nuestras prácticas “anticapitalistas”? Por tanto, coincidimos con Hugo Zemelman.

Necesitamos de un pensamiento que no se limite a la capacidad de procesar información y el uso de técnicas [...]. Tenemos que [...] romper con el estereotipo del intelectual limitado a gestionar la acumulación universal de conocimiento (ZEMELMAN, 2011 [2005], p. 278).

Cabe destacar también que muchos intelectuales académicos no corroboran con Hugo Zemelman. Así, es fundamental señalar que, en el “otro lado”, entre los “posmodernos”, también se

reconoce la relación entre “modernismo” y “posmodernismo”, reproduciendo serias limitaciones que probablemente se encuentran en el ámbito teórico, metodológico y con las posiciones políticas de los investigadores. A pesar de la voluntad y el esfuerzo por avanzar cualitativamente en cuanto a lo efímero, la unicidad, los cambios culturales, etc., es evidente que las “voces” de los sujetos, como defiende Harvey (1993 [1989]), están ausentes, están desprovistas de vida y pensamiento. Es lo que identificamos en Haesbaert (2004) – un “posmodernista” -, para lo cual no existe una aprehensión efectiva de los aspectos fundamentales de la vida cotidiana de los diferentes sujetos, grupos y clases sociales, ni de los pueblos, de sus singularidades espaciales y temporales. Se trata, más bien, de la reproducción de una metateoría, también eurocéntrica, urbanocéntrica y universalista, sin romper, a nivel del pensamiento y políticamente, con las concepciones llamadas “modernas”.

Es emblemática la comprensión de Haesbaert (2004) de la “multiterritorialidad” como característica fundamental de la “pos o neomodernidad”, ya que se basa en la existencia de “territorios en red” discontinuos y superpuestos, la flexibilidad y el “desarraigo”, entendido como una mediación para superar las “zona-territorios” de la “modernidad clásica más territorializada” y disciplinaria (HAESBAERT, 2004). Según este razonamiento, parece que la “modernidad” está, con sus múltiples características, en la “posmodernidad”, o, en otras palabras, la “posmodernidad” está contenida en la “multiplicidad de lo moderno”. Pues bien, ya podemos entender que los atributos coloniales de la “modernidad” se reproducen a través de otras formas de opresión, control y hegemonía, escondidas detrás de la narrativa “posmoderna” abstracta del rescate de la subjetividad y la libertad.

La multiterritorialidad, por tanto, como fenómeno más eficazmente proporcionado por la llamada condición de posmodernidad, está estrechamente ligada a esta nueva experiencia y concepto de espacio-tiempo (HAESBAERT, 2004, p. 169).

Partiendo de este tema, podemos preguntarnos, ¿existe, de hecho, el “mito de la desterritorialización”, como afirma Haesbaert (2004)? ¿No se esconde, al mismo tiempo, el “mito de la

multiterritorialidad” detrás del “mito de la desterritorialización”? Como los sujetos que acceden a la “multiterritorialidad” se encuentran principalmente en metrópolis globalizadas y vinculados a “territorios en red”, ¿podemos entender estos enfoques como burgueses? Como la “multiterritorialidad” es “más efectiva” en la “posmodernidad”, como afirma Rogério Haesbaert, ¿los sujetos que están en diásporas experimentan la llamada “compresión espacio-temporal” en una sociedad pos-fordista y “desarraigada”? ¿Es el llamado “desarraigo” un fenómeno reciente y fundamental de la “posmodernidad”? ¿Y podemos entender las migraciones ocurridas, a lo largo de la historia, antes de este período, como “procesos multiterritoriales modernos o posmodernos”, como indica Rogério Haesbaert?

Considerando la gran cantidad de personas que, viviendo “desarraigadas” territorialmente, no tienen casa ni techo, trabajo ni tierra, salud o saneamiento, la desterritorialización, para ellos, no es un mito: es una experiencia de vida trágica y cruel, no reconocida ni investigada, en concepciones universalistas como la de Rogério Haesbaert. Para nosotros, la desterritorialización significa expropiación, injusticia, vulnerabilidad, precariedad y puede ocurrir en un mismo espacio o entre diferentes espacios, incluso cuando se está en movilidad espacial y se vuelve a colocar territorialmente. Esto significa, de inmediato, que la “multiterritorialidad” vivida en las redes puede ser cruel, violenta, localizada, excluyente, expropiatoria, en definitiva, una experiencia trágica que hay que se entender meticulosamente, indicando posibles soluciones para las clases populares y pueblos originarios. Y siempre que posible, trabajándose con ellos para coproducir las soluciones: es la ruta adonde estamos.

Nuestra investigación empírica y reflexiva de los últimos 25 años revela claramente que muchas personas no experimentan el “desarraigo”, aunque viven en un período reciente de intenso cambio social (SAQUET, 2017a, 2017b). Cuando, de hecho, no separamos el tiempo del espacio, fácilmente notamos que existe una extraordinaria heterogeneidad de temporalidades y territorialidades cotidianas de trabajadores ocupados, trabajadores sin trabajo, pescadores, *quilombolas*, campesinos, indígenas, capitalistas urbanos y / o rurales. Muchos ni siquiera han oído hablar del fordismo o del pos-fordismo y de

la acumulación flexible y evidentemente tampoco experimentan, aunque a menudo se encuentran en movimiento en el espacio. Es evidente que, incluso en la migración, las personas experimentan diferentes relaciones y territorios, otra perogrullada lanzada como si fuera un descubrimiento. Sin embargo, ¿quiénes son estos sujetos, cómo viven y por qué están en la diáspora?

Así, la “multiterritorialidad” globalizante puede entenderse como un mito, tanto en lo que respecta a la diferenciación “moderno-pos-moderno”, como en relación con la gran mayoría de quienes se encuentran, histórica y geográficamente, en diferentes diásporas condicionadas por su propia condición de pobreza, por subordinación, repulsión, discriminación, persecución, guerras, etc., sujetos que, quizás, nunca han vivido la “multiterritorialidad” de la condición “posmoderna” y “reincorporada” que argumenta teóricamente Haesbaert (2004). Es obvio que los gauchos, al migrar en Brasil, vivieron diferentes experiencias territoriales, en múltiples territorios conectados a través de diferentes redes, sin embargo, esto no parece, de ninguna manera, una experiencia “pos” o “neomoderna”, ni tampoco significa, necesariamente, “reacondicionamiento” en algún territorio: hay millones de personas, en todo el planeta, que están cotidianamente en movilidad. En fin, se puede insistir en la reterritorialización, por lo que creemos que es necesario investigar en profundidad y explicar quiénes son estas personas y cómo viven en el día a día.

Además, si esta reflexión argumentada por Haesbaert (2004) es coherente con la complejidad social y espacial, entonces, ¿los diferentes procesos migratorios, como el *nordestino* (en Brasil), también son “desarraigados” y “neomodernos”? Si bien este fenómeno de experimentación de diferentes territorios en la diáspora no se considera inherente a la “posmodernidad” evocada para intentar mostrar la superposición de relaciones y redes, junto con la posible superación de las “zonas-territorios” de la “modernidad clásica” del estado moderno, cabe preguntarse: i) ¿Qué significa esta “modernidad clásica”, material e inmaterialmente? ¿Ha perdido fuerza la “modernidad racional y disciplinadora”? ¿Para quién y por qué? ¿Ha perdido importancia el Estado “moderno”? Si es así, ¿para quién y por qué? ii) ¿Para quién son útiles tantas clasificaciones? iii) Y las diásporas que

tuvieron lugar en otros espacios y épocas, desde los tiempos más remotos de la vida del hombre en la Tierra, ¿son también fenómenos y procesos “multiterritoriales, desarraigados” y “posmodernos”?

¿Cómo podemos saber si el “orden simbólico” de un determinado grupo social es “más subjetivo”, como afirma Haesbaert (1990)? ¿Cómo identificar y comprender quién “tiene más sincronía que diacronía”, como defiende Haesbaert (2004)? ¿Es esto posible, dónde, cómo y para quién? ¿No son el tiempo y el espacio inseparables, aunque se perciban y se experimenten de manera diferente?

El mito de la “multiterritorialidad” – al menos para una parte significativa de la población – parece esconderse detrás del “mito de la desterritorialización” a través de una perspectiva denominada “posmoderna” que estamos considerando universal y eurocéntrica, reproduciendo una racionalidad dicotómica e individualizada, atomizada y estratégica para los sujetos hegemónicos. Esta concepción se centra en el individuo de las metrópolis que activa las múltiples redes y relaciones y, cuando se refiere a la diáspora, en un intento de comprender a otros sujetos, en particular a los expropiados social y territorialmente, estos se temporalizan inadecuadamente, como si todos, de las distintas diásporas espaciales, tenían las mismas condiciones para experimentar las relaciones vinculadas a los “territorios en red” y la llamada “compresión espacio-temporal” de la vida “posmoderna”.

Cuanto más leemos Haesbaert (2004), más claro nos parece que existe un mito de la “multiterritorialidad” y que se basa en el fetiche de la igualdad y la libertad para acceder a algo, la movilidad sin sacrificios y pérdidas, sin expropiación y lucha de clases y pueblos. Nosotros, en cambio, creemos que el hombre no es para el “desarraigo”, para las “compresiones” y para los “territorios en red” y menos para la globalización: todo esto es para el hombre y no para todos, en todos los tiempos y espacios. Parfraseando a Dussel (2018), existe un manejo ideológico del conocimiento y de las abstracciones académico-científicas a favor de mantener la dominación social.

El hombre no es para el Estado, digo que el Estado es para el hombre; el hombre no es para el mercado, el mercado es para el hombre (ACOSTA, 2008, p. 43).

Creemos que el horizonte colonial y subordinante de la “modernidad” está contenido en la “posmodernidad” (MIGNOLO, 2003 [2000]; WALSH, 2007; DUSSEL, 2018; BALLESTRIN, 2013) – Cuadro 1 -. La modernidad tiene un horizonte arbitrario, autoritario, tecnológico y científico, en el que la sociedad burguesa es la que más se beneficia de lo que se entiende por progreso (CAMUS, 2019 [1951]). Así, ambos – para quienes creen fielmente en ellos – necesitan atravesar un amplio proceso de descolonización teórico-práctico (metodológico y político-cultural), llevado a cabo en una praxis territorial contrahegemónica (soberanía alimentaria, cultura artesanal, agroecología, agrosilvicultura, pesca artesanal, resistencias indígenas, cosmologías, etc.), estudiando para y con nuestro pueblo sencillo y humilde, con autonomía de decisión, participación social, diálogo, reflexión y cooperación (SAQUET, 2015, 2018, 2019, 2021).

La modernidad, como afirma Dussel (2018), es un hecho y un proceso histórico único, que no puede ser imitado y reproducido en otras culturas fuera de Europa. Es un proceso concreto que pretende ser universal y mediador del dominio europeo a nivel internacional. Entonces, para producir otra forma de existencia, es necesario encontrar otro lugar, con otra forma de vivir, que se reproduzca anclado en su propia historia y geografía, con sus singularidades, con sus propios y auténticos horizontes culturales. “La revolución contemporánea cree en la apertura de un mundo nuevo cuando no es más que el resultado contradictorio de un mundo viejo” (CAMUS, 2019 [1951], p. 353).

En ambas concepciones, considerando, por supuesto, las obras seleccionadas, parece que no existen diferentes sujetos, intenciones, necesidades, ritmos, ruralidades, deseos, redes cortas de cooperación y solidaridad. Se desvanece, en la abstracción universalista y globalizadora, la heterogeneidad y la convivencia temporal, espacial y territorial (social-natural), oscureciendo las masas populares vulnerables del campo y de la ciudad, así como sus culturas, sus saberes, sus fuerzas potenciales para la construcción de una sociedad más justa y ecológica.

Cuadro n. 1 - Una síntesis de las concepciones identificadas en los trabajos analizados.

AUTOR	CONCEPCIÓN	ÉNFASIS	DEBILIDADES/ LÍMITES
David Harvey	<ul style="list-style-type: none"> - Eurocéntrico y “moderno”. - Materialista y dialéctica. - Economicista, urbancéntrico y universalista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Para procesos reticulares urbanos y económicos. - Relaciones capital-trabajo-Estado. - Compresión tiempo-espacio. - “Desarrollo geográfico desigual”. - De lo global a lo local: redes largas. 	<ul style="list-style-type: none"> - No hay evidencia de inmersión y compromiso popular. - Ausencia de investigación empírica y metodología de investigación. - Ausencia de heterogeneidad temporal y territorial. - Se desconocen las fuerzas populares y las ruralidades.
Rogério Haesbaert	<ul style="list-style-type: none"> - Eurocéntrico y “posmoderno”. - “Integrador” y universalista. - Urbanocéntrico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Para procesos reticulares urbanos y culturales. - Relaciones político-culturales. - Espacio, territorio y “multiterritorialidad”. - De lo global a lo local: redes largas. 	<ul style="list-style-type: none"> - No hay evidencia de inmersión y compromiso popular. - Ausencia de investigación empírica y metodología de investigación. - Ausencia de clases sociales y heterogeneidad temporal y territorial. - Se desconocen las fuerzas populares y las ruralidades.

Elaborado por Marcos Saquet, mayo-septiembre 2021.

La aparente lucha “modernismo” contra “posmodernismo”, a pesar de los esfuerzos cualitativos, no se revela esclarecedora, mucho menos popular, decolonial, contrahegemónica. Concepciones “modernas” y “posmodernas” como estas, quedan restringidas al nivel teórico y universal, generalizadoras,

eurocéntricas, economicistas o culturalistas, urbanocéntricas, a veces privilegiando el tiempo, a veces el espacio o el territorio, desintegrando y oscureciendo a los sujetos, grupos y/o clases sociales, pueblos, temporalidades y ecosistemas, sin relación alguna con la praxis territorial de liberación popular. Esto es vital, en nuestro entendimiento: cuando no estamos comprometidos con los sujetos estudiados, nuestra producción intelectual pierde significativamente su importancia social e incluso científica. La crítica necesita tener un resultado social e histórico en la praxis, a través de acciones contrarias a la alienación, dominación, explotación, opresión y dependencia.

Además, también podemos reafirmar la parcialidad de las ciencias humanas o sociales, por ser subjetivas y llevadas a cabo desde la vida personal de cada investigador, su grupo y clase social. Él (o ella) define qué estudiar, cómo, cuándo, temas, problemas, metas, etc., considerando sus deseos, sueños, necesidades, reproduciendo muchas veces concepciones inadecuadas para aprehender social y natural, temporal y espacial, escalar y territorialmente, aunque estas son las concepciones universalistas y globalizadoras, por razones obvias, las más citadas.

El proceso de conocimiento social está, pues, marcado por los intereses, las concepciones y las condiciones de clase del investigador. El conocimiento no se puede producir de manera neutral, considerando que las relaciones que intenta aprehender no son neutrales (FRIGOTTO, 2011 [1995], p. 40).

Al mismo tiempo, en las obras antes mencionadas y analizadas, no hay rastro de una producción intelectual hecha, de facto, para las clases populares, y menos con ellas: parecen concepciones y narrativas “pequeño burguesas”, realizadas desde las metrópolis, cargadas de la “neutralidad” del investigador (esto sí, el sujeto de la investigación) en relación al objeto (distante, humeante, invisible, a pesar de ser, y efectivamente sujeto); no hay evidencia empírico-reflexiva para resolver problemas económicos y/o políticos y/o culturales y/o ambientales, reproduciendo generalmente paradigmas eurocéntricos coloniales escondidos detrás de olas “modernas” o “posmodernas” ”.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

La modernidad se asocia con la colonialidad, a través del exterminio de los nativos americanos, la esclavitud indígena y africana, la clasificación de razas, la hegemonía europea (CECENNA, 2006; QUIJANO, 2006); sobrevivientes desatendidos e invisibilizados, negados y subordinados, discriminados y convertidos cultural, geopolítica y científicamente en objetos.

Parece que hay una seductora trampa teórica universalista que oscurece los ritmos lentos, los vulnerables, las redes cortas, los meandros de la cotidianidad popular (urbana y rural), que permite ver y comprender solo lo “más grande”, lo “superior”, “global”, “que se llevaba bien” e “ilustrado”. “[...] Colonialidad y modernidad/racionalidad fueron desde el principio, y no han dejado de serlo hasta hoy, dos caras de una misma moneda, dos dimensiones inseparables de un mismo proceso histórico” (QUIJANO, 2006, p. 74).

Las perspectivas eurocéntricas “modernas” y “posmodernas” distorsionan y, en algunas situaciones, bloquean la comprensión, percepción y explicación de los dominados, extorsionados, discriminados, controlados, explotados, homogeneizando las diferencias y desigualdades entre y “dentro” de cada espacio-tiempo y territorio.

Parece que a partir de los trabajos aquí seleccionados, no existe una ruptura teórico-metodológica e ideológico-política, a pesar de los monumentales esfuerzos realizados para comprender temas de alta relevancia científica. La reproducción de paradigmas hegemónicos incluso parece estar ligada a la necesidad de modernización, colonización y globalización, como señala Sánchez Albarrán (2014) y enfáticamente afirma Zulma Palermo.

La violencia epistémica [...] es una forma silenciosa [...] operada por el “pensamiento único”, desde formas de sometimiento que, siendo inicialmente racial, alcanzaron valor cultural, estableciendo [...] la descalificación de otras formas de conocimiento, llamadas por la academia “conocimiento práctico” (PALERMO, 2015, p. 28; énfasis en el original).

Normalmente, se generan clasificaciones sin evidencia científica y popular mínimamente calificada, ordenando y

jerarquizando prácticas y conocimientos en función de los intereses del investigador, sus – legítimos – anhelos intelectuales, pero a menudo totalmente desconectados de la dramática y cruel cotidianidad de las personas. Al parecer, parte de los “posmodernos” intentan dismantelar pensamientos “modernos” considerados reaccionarios y dogmáticos, sin embargo, apresuradamente, terminan reafirmando la colonialidad con nuevas jergas y modas, otras trampas y dicotomías, clasificaciones y jerarquías.

Esto significa que América Latina es, (in)materialmente, mucho más que una representación de la “modernidad” y la colonialidad, mucho más que una posible “categoría de lucha” (CECEÑA, 2006): efectivase, histórica y geográficamente, como territorio de territorios, como territorios en territorios, territorialidades y temporalidades, ecosistemas, microclimas, saberes y cosmologías, etc. Se (in)materializa, por tanto, como territorio(s) de resistencia, movilizaciones, (in)formación, luchas y enfrentamientos por la efectiva liberación popular de las garras opresivas y dominantes, “modernizadoras” o “posmodernizadoras”.

Una perspectiva metodológica in(sub)versiva: la praxis territorial popular y decolonial

Entonces creemos que debemos caminar más allá de las narrativas universales, eurocéntricas, urbancéntricas, “modernas” o “posmodernas”, construyendo y e(a)fectivamente una concepción popular, decolonial y contrahegemónica, por tanto, hecha para el pueblo o, preferiblemente, con nuestro pueblo latinoamericano. Esto es necesario para superar la vulnerabilidad de las personas, para potenciar sus conocimientos, ritmos, técnicas, cosmologías y tecnologías, de acuerdo con las singularidades naturales y sociales de cada territorio.

Por ello, trabajamos desde hace más de 25 años con metodologías de ciencia popular y territorial, participativa y dialógica, y con sujetos urbanos y rurales, caracterizando una praxis territorial decolonial y contrahegemónica (SAQUET, 2015, 2017a, 2017b, 2018, 2020, 2021). Hemos trabajado, históricamente, con la investigación-acción-participativa como

metodología que consideramos sumamente actual y adecuada a la concepción de una “ciencia popular” (FALS BORDA, 1981) y territorial. Así, estamos en un grupo de investigación-acción (“Grupo de Estudios Territoriales” - GETERR), que también puede denominarse “Gruppo di Azione Locale” - GAL - (DE RUBERTIS; BELLIGGIANO; LABIANCA, 2018) o “Grupo de investigación-acción-participativa” - GIAP - (SAQUET y RAMÍREZ-MIRANDA, 2021).

Por supuesto, hemos tenido y sin embargo tenemos muchas dificultades para investigar y trabajar, tratando de romper con el eurocentrismo, con el economicismo, con las dicotomías, con el cartesianismo y el urbanocentrismo, sin embargo, aprendimos mucho de los campesinos y vecinos de la periferia urbana, activando la autoorganización cultural y movilización territorial, coproduciendo conocimiento científico y popular.

Por ello, entender el territorio como lugar es una premisa teórico-conceptual y política fundamental. Que las sociedades urbanas y rurales son complejas, múltiples, heterogéneas y en constante movimiento, parece claro y muy conocido, sin embargo, coincidimos con Lindón (2017) cuando afirma que este movimiento está conformado por sujetos y saberes que se especializan constantemente a través de la vida cotidiana. Los sujetos viven, material e inmaterialmente, la vida cotidiana, comprendiendo, a su manera, la heterogeneidad individual y social, por lo que son portadores de conocimiento.

[...] Se trata de la elaboración interna de lo externo al sujeto.

[...] En este proceso de comprensión del entorno, los sujetos van dotando de significados, valores y recuerdos a cada lugar donde se inscriben hechos de su propia trayectoria biográfica (LINDÓN, 2017, p. 110).

El territorio, por tanto, como concepto, categoría analítica y proceso temporal y espacial, es polisémico y contiene relaciones socio-naturales-cosmológicas, sujetos, contradicciones, poderes, disputas, mediadores y movimientos. Se reproduce constantemente a través de territorialidades y temporalidades cotidianas, en el campo y en la ciudad, en las que hay una dialéctica del/en el pensamiento del/en el territorio (SAQUET, 2003 [2001], 2019 [2007], 2019).

El territorio se entiende como un contexto, como un “lugar-territorio” conectado a lugares-territorios por múltiples relaciones que se (in)materializan en diferentes redes trans-multiescalares (SALVATORI, 2003; SAQUET, 2019 [2007], 2015, 2017b, 2017a, 2020). El territorio contiene características culturales, identitarias y afectivas de cada lugar, y el lugar también contiene procesos territoriales hegemónicos y contrahegemónicos, de apropiación y dominación, luchas cotidianas y resistencias.

Así, el nivel de la cotidianeidad popular es fundamental, junto con nuestra opción política y científica, para la realización de la investigación-acción-participativa, ya que esta está directamente ligada a la reproducción del hombre como ser particular, social y natural, a través de su acción inmediata, relaciones, disputas, conflictos, contactos, conciencias y otras prácticas cotidianas. Ocurre que reconocer la heterogeneidad, en la investigación y en la actuación/cooperación, también es fundamental, formada por el amor, el odio, la observación, las disputas, el tacto, la memoria, el razonamiento, la simpatía, el conocimiento, la empatía, los pensamientos, las desigualdades entre clases sociales (HELLER, 1991 [1970]).

Y es en la cotidianeidad territorial donde se unen pensamiento y conocimiento, teoría y práctica, ciencia y filosofía, aunque sean diferentes. El “pensamiento cotidiano” se relaciona con múltiples actividades cotidianas, como afirma Agnes Heller, por eso es heterogéneo y puede ser, al mismo tiempo, popular y científico, teórico y práctico. El “conocimiento cotidiano”, todavía según Heller (1991 [1970]), es el conocimiento que los sujetos necesitan interiorizar, históricamente, para vivir, como aprendizaje cotidiano: el conocimiento puede ser popular y científico simultáneamente, sin la dicotomía que normalmente se reproduce de por medio de paradigmas eurocéntricos, sean denominados “modernos” o “posmodernos”.

La ciencia popular y territorial se desarrolla en la vida cotidiana, dentro y fuera de la universidad, integrando asignaturas, vivencias, cosmovisiones, conocimientos, técnicas y tecnologías. Para producirlo es necesario sumergirse en las territorialidades y temporalidades cotidianas, convivir y coproducir conocimientos.

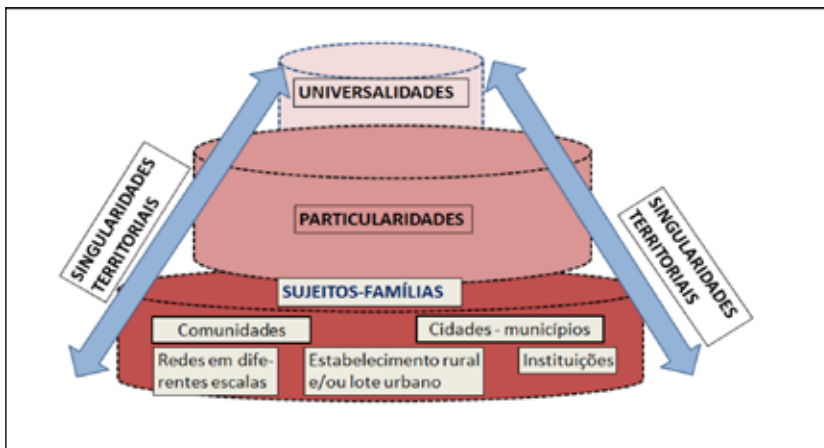
Y esto se puede hacer muy bien a través de la investigación-acción-participativa, a través de la cual podemos in(sub)vertir las teorías y técnicas de la ciencia “moderna” o “posmoderna”, trabajando “desde abajo” a través de la relación sujeto-sujeto, en la praxis territorial popular, decolonial y contrahegemónica.

Como revelan algunas de nuestras publicaciones anteriores, investigamos y actuamos con mucha inmersión y anclaje territorial, considerando diferentes niveles escalares en las acciones de análisis y cooperación con los sujetos estudiados (Figura 1): reconocemos y destacamos a los individuos y sus familias (urbanos y/o rurales), establecimientos y comunidades rurales, vivienda urbana, barrios de la ciudad, sus instituciones de organización, movilización y lucha política, así como las principales redes de las que forman parte.

Así, no ignoramos las totalidades y particularidades de cada espacio-tiempo-territorio, aunque nuestro énfasis está en las singularidades. Las relaciones socio-naturales son fundamentales, en el ámbito de territorialidades que se vuelven más complejas con el tiempo (Figura 2). Este es un proceso que se da en el campo y en la ciudad y, por tanto, debe ser considerado tanto en la investigación como en las acciones a realizar en cada proyecto de cooperación, sea para conocer la vida de las personas y/o para capacitar a su clase y organización profesional, personas a nivel de cada territorio-lugar.

Por tanto, a la hora de investigar, consideramos las relaciones área-red, tiempo-espacio, lugar-territorio, sociedad-naturaleza, universidad-sociedad, interdisciplinariedad-interinstitucionalidad, intentando activar la participación social de los sujetos de cada proyecto de investigación y acción territorial. Estas relaciones orientan la recogida de datos, análisis, diagnósticos (informes), talleres, cartografías, acciones de cooperación y valoraciones necesarias, siempre acompañadas de la colaboración de los sujetos “estudiados”. Son sujetos territoriales, que también piensan y crean: con ellos aprendemos, además de enseñar lo que sabemos y se puede apalancar para su lucha comunitaria y reivindicativa (SAQUET, 2018, 2019, 2020, 2021; SAQUET y RAMÍREZ-MIRANDA, 2021).

Figura n.1 - La transversalidad escalar (transterritorial) de nuestra metodología de investigación y acción territorial.



Fuente: Saquet, 2021.

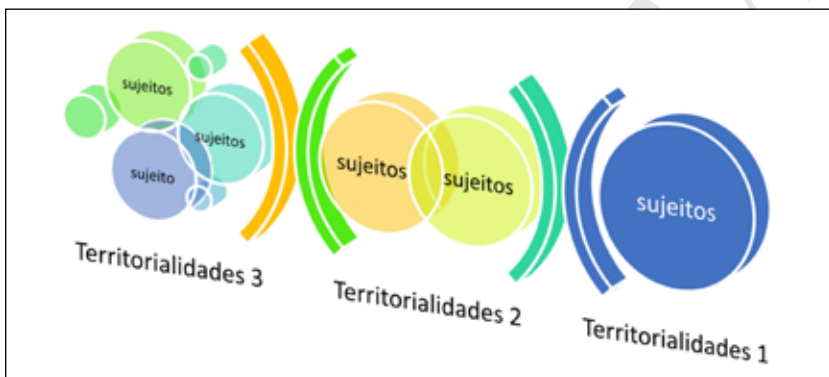
Nuestros aprendizajes también revelan que un intenso “ancoraje territorial” (BINI, 2010; SANZ, 2014; HARGUINDEGUY, 2014; SAQUET, 2017a, 2017b, 2021) es fundamental en la construcción participativa del desarrollo, valorando y potenciando las sinergias locales, las relaciones de pertenencia y reconocimiento, así como la cercanía político-cultural y las relaciones de confianza que ya existen entre los sujetos de los barrios urbanos y/o comunidades rurales donde hemos operado a lo largo de los años.

Por tanto, tenemos claro que el “conocimiento situado y propio” es fundamental para comprender y explicar la heterogeneidad latinoamericana, contribuyendo efectivamente a romper con el “colonialismo intelectual”, político-económico y cultural, a partir de nuestras historias y memorias (TOBASURA ACUÑA, 2014). Entendemos que la realidad y el conocimiento se condicionan, “caminan” juntos a diario: “La producción de conocimiento es en sí misma parte y expresión de esta lucha [de clases]” (FRIGOTTO, 2011 [1995], p. 45; énfasis adicional).

Nuestra conciencia (de todos y de todas, y no solo la conciencia de algunos “iluminados”) contiene, simultáneamente, aspectos epistemológicos y axiológicos, teóricos y prácticos (SEVERINO, 2011 [1995]). El pensamiento estudiado y el de

quienes investigan están presente en la sociedad, constituyéndola como proceso social y materialidad y, al mismo tiempo, está influida por la vida socio-natural-cosmológica. Por tanto, la filosofía es también latinoamericana (africana, india, etc.) y puede entenderse como “teórico-explicativo” y “práctico-normativo”, resultado y condición de la vida en sociedad, como propiamente lo enuncia Acosta (2008).

Figura n. 2 - Territorialidades en un nivel de complejidad creciente.



Elaboración: Marcos Saquet, 2021.

Producir conocimiento empírico-reflexivo, participativo y dialógico, “desde abajo”, científico y popular, a través de la investigación-acción-participativa, es la forma más versátil y eficaz que conocemos, destacando los sujetos, grupos y clases populares, procesos exploratorios y expropiatorios, la concentración de riqueza, centralización del poder, depredación y contaminación ambiental, ruralidades y urbanidades, etc. Juntos trabajamos en una relación sujeto-sujeto, con inmersión y compromiso social, contribuyendo para coconstruir una sociedad al menos un poco más justa y ecológica, en sentido contrario a la globalización económica, a la dependencia, a la colonialidad, al el urbanocentrismo y a los universalismos homogeneizadores.

El lugar de la filosofía es precisamente un lugar social, tiene que ver con la autoafirmación de una sociedad en todas las dimensiones que la constituyen y la hacen posible, es, por tanto, un lugar dinámico (ACOSTA, 2008, p. 23).

Con una perspectiva de praxis territorial y popular, podemos contribuir a superar las concepciones economicistas, eurocéntricas, urbanocéntricas y universalistas que contribuyen a perpetuar la dependencia a nivel nacional, internacional y global, como las propuestas de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). En este último, a lo largo del siglo XX y principios del XXI, se difundieron teorías para incentivar la industrialización y la integración regional, en una especie de sinónimo de progreso que se puede lograr a través de la apertura comercial a nivel global; sin embargo, lo que se aprecia es el agravamiento de la dependencia externa de los países latinoamericanos (VÁZQUEZ LÓPEZ, 2014).

Un paradigma alternativo apunta a la solución de la relación sociedad-naturaleza, para involucrar a la población rural y urbana como corresponsables del ecodesarrollo (SÁNCHEZ ALBARRÁN, 2014, p. 376).

Y más que eso, un paradigma e e(a)fectivamente decolonial y contrahegemónico requiere necesariamente la coproducción de conocimiento y la colaboración directa para resolver los problemas de las masas populares, en un movimiento teórico, metodológico y político in(sub)versivo. Este proceso debe suceder, en el día a día, de forma participativa y dialógica, cooperativa y solidaria, con arraigo territorial y la mayor autonomía de decisión posible. Estamos también en una dirección contraria al regionalismo que propugna la CEPAL, así como a las políticas públicas que privilegian la producción agrícola para la exportación, ya que estas han contribuido a mantener la subordinación latinoamericana (GIARRACA y TEUBAL, 2008; VÁZQUEZ LÓPEZ, 2014).

La reproducción de la subordinación y dependencia internacional es parte del colonialismo y del movimiento “moderno” y “posmoderno”, materializado desde el capitalismo eurocéntrico, beneficiando a la minoría de la población y favoreciendo la concentración de la riqueza. Estamos en una dirección contraria al capitalismo eurocéntrico y colonial (QUIJANO, 2000) reproducido cultural, política, ambiental y económicamente en América Latina. Estamos en contra del “modernismo” capitalista ligado al monopolio imperial del conocimiento (GROSFOGUEL, 2008).

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

De esta manera, creemos que estamos ante y viviendo una “Geografía de proximidad” (SANZ, 2014) espacial, organizativa, política, cultural, hecha con arraigo, inmersión, compromiso y cooperación territorial, a través de redes cortas de comercialización, solidaridad y de confianza (SAQUET, 2015, 2017a, 2017b, 2018, 2019, 2020, 2021). Es una praxis territorial popular, decolonial y contrahegemónica en la que participamos directamente a través de la investigación-acción-participativa, caracterizada por una geografía territorial de la alimentación agroecológica y autonomía de decisión, basada en la diversidad comunitaria y municipal, singularidades urbanas y rurales, dentro de la movimiento agroecológico, hecho de prácticas y ciencias (SAQUET, 2017a).

Y esta praxis territorial se desarrolla en la vida cotidiana urbana y rural, investigando y actuando con los sujetos “estudiados”. En este proceso de integración sociedad-universidad, la participación local es fundamental, ya que define el contenido político y consciente de una concepción que va más allá del nivel del discurso: se producen sinergias entre participación social – identidad – políticas públicas – autoorganización, desde las necesidades y deseos de la población, como lo hacemos en nuestros proyectos de investigación y acción participativa, y como lo afirman a nivel internacional De Rubertis, Belliggiano y Labianca (2018).

En esta geografía popular, territorial y decolonial, el reconocimiento del otro como sujeto también es fundamental, por lo que creamos, en el transcurso de la investigación y la acción, relaciones de confianza y reconocimiento mutuo con personas que piensan, sienten, tienen necesidades, ritmos, territorialidades, diferencias y desigualdades, constituyendo espacios de diálogo en diferentes municipios. Esto ocurre a través de una concepción no eurocéntrica, en la que se fomenta la creatividad, la interacción y el respeto, reafirmando la existencia del otro en la heterogeneidad (MEJÍA AYALA, 2021).

Para ello, la investigación participativa o investigación-acción-participativa es fundamental, como ya hemos dicho, porque sus técnicas se centran en el “sentimiento” del investigador (FALS BORDA, 2015 [1970], 2015 [1979]). “[...] Uno trata de convivir con el otro desde su historia, su realidad, compartiendo

sus hábitos, experimentando sus problemas, comprendiendo sus expectativas, sintiendo su relación con el espacio” (MEJÍA AYALA, 2021, p. 240).

Percibir, observar, sentir, comprender y explicar no son procesos cognitivos fáciles, especialmente cuando estamos formados a partir de paradigmas eurocéntricos, urbanocéntricos y universalistas construidos separando razón y emoción, sujeto y objeto de estudio. Entonces, necesitamos reaprender cómo observar, escuchar, interactuar, desde la vida del otro, en fin, investigar la interfaz ciencia-conocimiento popular, razón-emoción, teoría-práctica, universidad-sociedad local.

Acceder a los sujetos y ser aceptado por ellos son diferentes, sin embargo, forman un proceso de reconocimiento mutuo, en el que se aprende en el camino, en la convivencia, en el “ritmo del territorio” y su gente, pensando con los sujetos, sumergiéndose en profundidad y entregándose a la alteridad para comprender la diversidad, tomando conciencia de la complejidad y que – el investigador – forma parte del fenómeno estudiado (MEJÍA AYALA, 2021). La vida cotidiana es el espacio-tiempo esencial, ya que contiene una miríada de elementos e instantes, exterioridades y alteridades, ritmos y territorialidades, inmersos en un proceso más extenso y complejo tanto temporal como territorialmente.

De esta manera, la ciencia popular es una praxis contra el eurocentrismo y universalismo, está vinculada a las personas de cada territorio y lugar, en el tiempo y el espacio (SAQUET, 2019, 2020, 2021). Es necesario descolonizar nuestras mentes (desaprendizaje) y prácticas a través de la praxis territorial de la investigación- acción- participativa (reaprendizaje a través de la reflexión-acción-convivencia), con inmersión, arraigo y compromiso político, in(sub)vertir ciencia, teorías, metodologías de investigación, conceptos. Así vamos en la dirección de la comprensión y transformación social en un continuo movimiento territorial, decolonial y contrahegemónico hecho por y con nuestro pueblo.

El conocimiento del otro se entiende como una aproximación y relación, que se logra a través de un diálogo de saberes, que se hace posible al adentrarse lentamente en el proceso territorial, sentirlo, pensarlo y reflexionar: comprender el

fenómeno estudiado a partir del análisis de las vivencias vividas en el lugar (MEJÍA AYALA, 2021, p. 258).

Algunas palabras de síntesis

Nos resulta cada vez más claro que las metanarrativas “modernas” y “posmodernas” significan un fetiche o mito ideológico, político, económico y cultural que favorece la reproducción ampliada del capital a través de largas, complejas y rápidas redes de comercialización y propaganda que, por su vez, están directamente relacionados con la continuidad de la colonización y de la globalización económica, así como con la reproducción de la dependencia y la colonialidad.

La ciencia “moderna” o “posmoderna” se produce a menudo, llamada crítica, como un mecanismo más de subordinación, invisibilidad, dominación y homogeneización del pensamiento y la heterogeneidad. Es un fetiche a favor de la mercancía y el mercado, a través del cual, algunos de los investigadores se centran estrictamente en sí mismos, en sus necesidades y en sus deseos intelectuales, traduciendo, para millones de personas, lo que su “ser ilustrado” considera válido y verdadero. El discurso “posmoderno” en sí mismo no es más que una narrativa reaccionaria que crea otras verdades absolutas, enmascarando desigualdades y diferencias, individuos, grupos y clases sociales, territorialidades y temporalidades. Tanto David Harvey como Rogério Haesbaert traducen para los demás, sin escucharlos y, menos aún, sin convivir con el otro “estudiado”: los vulnerables quedan desatendidos y silenciados, sin vida y fuerza para luchar por su bienestar y emancipación político-cultural.

Por tanto, enfoques como los de David Harvey y Rogério Haesbaert no suponen un salto cualitativo a favor de las clases populares. Reproducen dicotomías e invisibilidades, eurocentrismo, urbanocentrismo y universalismo. Son concepciones hechas desde dentro del modo de producción capitalista y contribuyen a reproducir la “modernidad” o “posmodernidad” capitalista de la globalización, la continuidad de la dependencia secular que se sucede a nivel internacional.

A nuestro entender, las concepciones de David Harvey y Rogério Haesbaert no se caracterizan efectivamente como

explicaciones dirigidas a la emancipación político-cultural de los oprimidos. Los sujetos empíricos, de la vida cotidiana, la lucha de clases, la ruralidad, los bosques y las aguas, que permanecen subalternos e invisibles, sin cuerpos y necesidades, sin pensamiento ni emoción.

David Harvey y Rogério Haesbaert no parecen producir directamente conocimientos útiles para que los sujetos construyan su liberación (in)material. Son investigadores que aún están inmersos en su para-sí intelectual, estrechamente relacionados con los agentes de la globalización económico-cultural, sin la necesaria ruptura paradigmática y política que podemos realizar en la praxis territorial y decolonial de la investigación-acción-participativa. Las concepciones y narrativas universalistas y globalizadoras terminan contribuyendo a reproducir el fetiche de la mercancía global y la posibilidad de lograr la igualdad, la libertad y la visibilidad.

Es común que los intelectuales se describan a sí mismos y, normalmente, esto ocurre a nivel de homogeneidad y universalidad, contribuyendo a reproducir la colonialidad y la subordinación paradigmática. Seguramente nuestro pensamiento revela quiénes somos, dónde y cómo vivimos. Para superar los centrismos es fundamental desobedecer, inventar, subvertir teorías, métodos y técnicas de investigación, así como la posición política del investigador, en un intenso y continuo proceso de cooperación con las clases y pueblos populares, dentro y fuera de las universidades, con conciencia de clase y lugar, inmersión, coproducción y cooperación a favor de construir relaciones más solidarias y ecológicas.

Cuando (in)materializamos la unidad entre teoría y práctica, ciencia y conocimiento popular de manera dialógica, participativa y horizontal, puede suceder una coproducción de conocimientos, reflexiones y acciones, sonidos e imágenes, representaciones y explicaciones, aprendizaje y enseñanza simultáneamente (de acuerdo con los ritmos, urgencias, tiempos libres de los sujetos copartícipes en el proceso de cooperación). Nos alejamos del eurocentrismo, del universalismo y del urbanocentrismo, de negar al otro como ser sensible y pensante. Nos afirmamos como sujetos distintos que se reconocen como tales, dialogan y coproducen. Con el reconocimiento mutuo, podemos

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

ganarnos la confianza mutua en la praxis popular decolonial y contrahegemónica, in(sub)vertiendo premisas, teorías, verdades y técnicas que están histórica y geográficamente al servicio del capital y del Estado burgués.

Así, cuando optamos por un concepto de enfoque y acción popular y territorial, cuando estamos en una praxis decolonial y contrahegemónica, es necesario pensar y cooperar desde el lugar de sujetos marcados por la “herida colonial”, tratando de efectivamente contribuir con la construcción de relaciones que respeten la diversidad cultural y sus formas de conocimiento (PALERMO, 2015). Cuestionar y criticar es necesario, interpretar también, sin embargo, más que nunca, necesitamos coconstruir conocimiento para nuestra gente más sencilla y humilde, los más vulnerables, que normalmente no están dentro de una universidad. Entonces, sí, podremos contribuir a la liberación popular a través de nuestra investigación y otras acciones de la práctica diaria.

Por tanto, no existen modelos y fórmulas de investigación participativa o investigación-acción-participativa. Hay orientaciones y aprendizajes constantes. La participación debe ser de investigadores e investigados, en investigación y en acción/cooperación. Decirles a otros lo que necesitan (¡o deberían!) hacerse a partir de verdades atomizadas es cómodo, opresivo y muy pacífico. Somos pueblo y por eso trabajamos para y con ellos.

Referencias

ACOSTA, Yamandú. **Filosofía latino-americana y democracia en clave de derechos humanos**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2008.

BINI, Valerio. Dopo il globale? Sistemi agroalimentari locali nella regione dell'Atacora (Benin). In: BINI, V. e NEY, M. (Org.). **Piatto pieno, piatto vuoto**. Prodotti locali, appetiti globali. Milão: Franco Angeli, 2010. p. 85-99.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2019 [1951].

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial, **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117.

CECEÑA, Ana Esther. Uma versão mesoamericana da América Latina. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Ed. SENAC, 2006. p. 223-240.

DE RUBERTIS, Stefano; BELLIGIANO, Angelo; LABIANCA, Marilena.

Partecipazione e identità territoriale. Il caso di Castel del Giudice (Molise), **Geotema**, vol. 56, 2018, p. 48-54.

DUSSEL, Enrique. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LÓPEZ NÁJERA, Verónica (Org.). **De lo postcolonial a la descolonización: genealogías latinoamericanas**. Ciudad de México: UNAM, 2018. p. 138 – 153.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. (Org.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI Ed.; Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.

FALS BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: MONCAYO, V. (Org.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI Ed.; Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1979], p. 253-301.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. e BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1995], p. 34-59.

GIARRACA, Norma e TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio”: el caso Argentino. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegocio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-164.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008, p. 115-147.

HAESBAERT, Rogério. Filosofia, geografia e crise da modernidade, **Terra Livre**, n. 7, 1990, p. 63-92.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARGUINDEGUY, Laura Collin. **Economía solidaria: local y diversa**. Tlaxcala, México: El Colegio de Tlaxcala, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993 [1989].

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 [2001].

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [2012].

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1991 [1970].

HIDALGO, Francisco e FERNÁNDEZ, Álvaro. **Contrahegemonia y buen vivir**. Quito: Universidad Central del Ecuador y Universidad del Zulia (Venezuela), 2012.

LINDÓN, Alicia. La ciudad movimiento: cotidianidades, afectividades corporizadas y redes topológicas, **Inmediaciones de la comunicación**, vol. 12, n. 1, 2017, p. 107 – 126.

MEJÍA AYALA, Wladimir. Problemáticas y retos del conocimiento del otro: una apuesta metodológica construida desde el caso del Pueblo Sápara – Ecuador. In: SUZUKI, J.; BORGES, V.; BITELLI, F. (Org.). **Da Geografia à Amazônia: reflexões críticas para pensar a América Latina**. São Paulo: FFCLH, USP, 2021, p. 233-282.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales**. Madrid: Editorial Akal, 2003 [2000].

PALERMO, Zulma. Itinerario. In: PALERMO, Z. (Org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 15 – 39.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Aduino (Org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Ed. SENAC, 2006, p. 49-85.

TOBASURA ACUÑA, Isaías. El reto de la sociología rural latinoamericana hoy: producir conocimiento situado, **Revista ALASRU**, n. 10, 2014, p. 317-338.

SALVATORI, Franco. Il territorio come produttore di conoscenze. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, SGI, 2003. p. 91.

SÁNCHEZ ALBARRÁN, Armando. Dilemas teóricos y metodológicos de la sociología rural en América Latina, **Revista ALASRU**, n. 10, 2014, p. 359-380.

SÁNCHEZ, Armando. Dilemas teóricos y metodológicos de la sociología rural en América Latina, **Revista ALASRU**, n. 10, 2014, p. 359-380.

SANZ, Javier. Sistemas agroalimentarios locales y multifuncionalidad. Un enfoque de investigación de alimentos, ciencias sociales y territorio. In: VALLE RIVERA, M. del Carmen. **El desarrollo hoy**. Hacia la construcción de nuevos paradigmas. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Económicas, 2014. p. 87-103.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, Marcos. **Enfoques y concepciones de territorio**. Bogotá: Editorial Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2019 [2007].

SAQUET, Marcos. **Por una geografía de las territorialidades y de las**

temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial. La Plata, Argentina: FAHCE/UNLP, 2015.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017a.

SAQUET, Marcos. Territorio, clase social y lugar: premisas fundamentales del desarrollo territorial de base local, ecológica y cultural, Pereira - Colômbia, **Arquetipo**, vol. 15, 2017b, p 39-69.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347 - 355, 2018.

SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, **AGEI - Geotema**, Suplemento 2019, p. 5-16.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, praxis territorial y contra-hegemonía.** Ciudad de México: Editorial ITACA, 2020.

SAQUET, Marcos. A (i)material Geography focused on popular and decolonial territorial praxis, **Revista NERA**, vol. 24, n. 57, 2021, p. 54-77.

SAQUET, Marcos e RAMÍREZ-MIRANDA, César. The Transversal and Territorial Praxis of Regional Development. In: Mishra, M. et al. (eds.). **Regional Development Planning and Practice.** Singapore: Springer Nature, 2021. p. 10-33.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar. In: JANTSCH, A. e BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1995], p. 138-154.

VÁZQUEZ LÓPEZ, Raúl. América Latina bajo la globalización: repensando la vigencia de la teoría latinoamericana del desarrollo. In: VALLE RIVERA, M. del Carmen. **El desarrollo hoy.** Hacia la construcción de nuevos paradigmas. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Económicas, 2014. p. 15-37.

WALSH, Catherine. Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales, **Nómadas**, n. 26, 2007, p. 102-113.

ZEMELMAN, Hugo. La premisa de la conciencia histórica. In: ZEMELMAN, H. **Configuraciones críticas.** Pensar epistémico sobre la realidad. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [2005], p. 273-290.

La “parità di genere” per uno sviluppo sostenibile

Daniela Grignoli¹

Introduzione

La parità di genere (e il ruolo delle donne)² è un tema al centro del dibattito politico-sociale che negli anni 50 del ‘900 vedeva nello scritto *Le deuxième sex*, ad opera di Simone de Beauvoir, un lavoro apripista per le conquiste civili dei diversi movimenti femministi³. Tale problematica, nella società post-moderna, diventa un argomento capace di tenere insieme i concetti di eguaglianza e di valorizzazione delle differenze (Sartori F., 2009), nonostante, ancora oggi, il “monopolio della quota maschile” resti una legge di natura da infrangere, attraverso una compiuta parità di genere e una reale trasformazione sociale e culturale.

Quanto descritto, inoltre, è tanto più vero in quei contesti locali dove le donne molto spesso vivono un doppio svantaggio sia del territorio di appartenenza che di quello consequenziale generato dall’assenza di una “localizzazione” dei determinanti del benessere femminile. Infatti, quest’ultimi, sebbene, siano stati ipoteticamente e generalmente (a livello globale)⁴ ben progettati

¹ Dipartimento di Economia, Università degli Studi del Molise – Italy

² Nelle pagine che seguono laddove si utilizzerà il termine donna non la si tratterà come appartenente alla categoria, ossia per far prevalere la categoria donna sulle caratteristiche individuali delle persone, né come un vincolo alla loro libertà di fare ed essere, ma solo per semplicità linguistica.

³ In questo quadro è opportuno ricordare che nel 1963 Betty Friedan pubblicò il libro *Mistica della femminilità* in cui si rivendica il diritto di uguaglianza fra i sessi e, in Italia, gli anni segnati dal processo di emancipazione e sviluppo femminile sono gli anni settanta del ‘900 in cui si elaborano alcune riforme legislative fondamentali sul tema (come ad esempio la Legge n. 89 del 1 dicembre 1970 (1970) sullo scioglimento del matrimonio; la Legge n. 151 del 19 maggio 1975 (1975), sulla Riforma del diritto di famiglia; la Legge n. 194 del 22 maggio 1978 (1978), sull’aborto.) le quali a loro volta hanno avuto un conseguente e fondamentale impatto sociale e culturale.

⁴ Si tenga ben presente che già nel pensiero di McLuhan le opportunità e i rischi della globalizzazione sono ben chiari (Beck, 1999; Giddens, 2000; Bauman, 2002; Sassen, 2007).

all'interno di un disegno politico creato *ad hoc* per la parità di genere e teso ad armonizzare la vita professionale con le richieste di cura e di assistenza da parte della famiglia, nella prassi della vita quotidiana, sono mal supportati da misure locali poco attente al benessere femminile.

In questo quadro, inoltre, il periodo di crisi pandemica non ha aiutato, anzi ha enfatizzato le debolezze del tentativo progettuale di trovare un equilibrio ed un'armonizzazione tra la vita lavorativa e quella familiare delle donne italiane, facendo emergere come nei fatti la sfera privata e quella professionale siano ancora ambiti fortemente contrastanti.

In particolare nella decretazione emergenziale, il tema della conciliazione⁵ è stato quasi del tutto trascurato, mentre questo dovrebbe essere un argomento di grande attenzione politica, prefigurandosi come una delle condizioni necessarie e sufficienti per far star bene una comunità, in ragione del fatto che le strategie individuate a sostegno delle famiglie hanno conseguenze dirette non solo sulla vita della singola persona, ma anche sulla società *tout court*, «chiamando in causa questioni di sostenibilità economica e coesione sociale del Paese nel suo complesso» (Naldini, Saraceno, 2011, p.72).

Per queste ragioni, infatti, l'eguaglianza di genere e l'*empowerment* delle donne costituiscono uno degli obiettivi dell'*Agenda 2030 sullo Sviluppo Sostenibile*⁶.

Ciò detto quindi, nel presente lavoro, si è voluto esaminare se è fino a che punto la parità di genere, promossa a livello globale, sia un *driver* locale di sviluppo *tout court*, articolandosi attraverso gli attori, le culture e i progetti di specifici territori, anche di quelli più vulnerabili.

⁵ In Italia la legge più importante sul tema, emanata in attuazione delle direttive 96/34/CE e 97/75/CE, è la n. 53/2000 (*Disposizioni per il sostegno della maternità e della paternità, per il diritto alla cura e alla formazione e per il coordinamento dei tempi delle città*) a cui ha fatto seguito un successivo decreto attuativo D.lgs. 26 marzo 2001, n. 151 (*Testo unico in materia di congedi parentali*).

⁶ Si veda l'Obiettivo 5.4 per lo Sviluppo Sostenibile, *Achieve gender equality and empower all women and girls (Sustainable Development Goals: SDGs)*.

1. Nuove sfide per lo sviluppo co-creativo e rigenerativo

Le premesse sul pensiero riguardo l'eguaglianza di genere e l'*empowerment* delle donne aiutano a comprendere come la questione femminile non sia semplificabile solo come la realizzazione di un diritto liberale ed individuale delle stesse, ma sia una necessità per il benessere complessivo della società.

Questo bisogno sociale deve essere considerato il più possibile in un'ottica globale, in quanto esso comporta un progresso sostenibile in tutti gli ambiti di vita delle persone, esistendo un legame positivo tra una migliore qualità di vita delle donne – anche in termini di opportunità garantite alle stesse nella partecipazione alla vita sociale, economica e politica del Paese, misurate attraverso l'*Indice di sviluppo di genere* (ISG) e la *Misura dell'empowerment di genere* (MEG) – e l'*Indice di sviluppo umano* (ISU)⁷.

Quest'ultimo, al momento, condizionato negativamente dalla pandemia sanitaria, ma anche da un indicatore di scolarizzazione⁸ che decresce e da un reddito individuale che si contrae, deve ricostruirsi attraverso un percorso sostenibile⁹ dello sviluppo che, nello specifico, rappresenta anche un *iter* privilegiato per ridurre le disuguaglianze sociali e, nella fattispecie, quelle di genere (*Agenda 2030 per lo sviluppo sostenibile*).

⁷ L'*United Nations development programme*, Undp, intende modificare, parzialmente, l'Isu aggiungendo due specifici parametri: le emissioni di anidride carbonica e l'impronta ecologica. Cosicché dall'HDI (Human Development Index) si passerebbe a misurare PHDI, ossia si aggiungerebbe la P dell'indice di pressione planetaria.

⁸ L'Undp ha calcolato che l'86% dei bambini, nei Paesi in via di sviluppo, non ha accesso alla scuola a causa della mancanza di strumenti per la didattica a distanza.

⁹ Nel Rapporto Brundtland (1987) «Lo sviluppo sostenibile è quello sviluppo che consente alla generazione presente di soddisfare i propri bisogni senza compromettere la possibilità delle generazioni future di soddisfare i propri». In aggiunta, si vedano i lavori dell'Autrice sul tema.

Fig. 1 Verso lo Sviluppo sostenibile, Agenda 2030.

Conferenza di Stoccolma	Creazione Commissione Brundtland	Creazione gruppo intergovernativo sul cambiamento climatico	Conferenza ONU ambiente e sviluppo	Creazione Consiglio mondiale sulle imprese per lo sviluppo sostenibile	III° Rapporto IPCC	Vertice di Johannesburg	COP 2016 Accordi di Cancun	Conferenza di Rio
Club di Roma		Convenzione ONU su cambiamento climatico sullo sviluppo sostenibile	Convenzione ONU su cambiamento climatico					
		Dichiarazione di Rio						
		Principi sulle foreste						
		Agenda 21						
1972	1983	1988	1992	1995	2001	2002	2010	2012
----->								
1979	1987	1990	1996	1997	2000	2009	2011	2015
I° Conferenza mondiale sull'acqua	I° Rapporto Commissione Brundtland	II° Conferenza mondiale sul clima I° Rapporto IPCC (<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>)	II° Rapporto IPCC	Firma del Protocollo di Kyoto	Obiettivi di sviluppo del Millennio	III° Conferenza Accordo di Copenhagen	COP 17	Approvazione Agenda 2030 COP 21-Accordi di Parigi

Fonte: Nostre elaborazioni su dati: <https://asvis.it/sviluppo-sostenibile#>.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Nelle società post-moderne, quindi, tutte le persone, vivendo in un mondo strettamente connesso, sono esposte a un rischio globale (Beck, 1986) che sia un mutamento climatico, una crisi economico-finanziaria o, nello specifico momento storico, una crisi sanitaria che ne evidenziano le incertezze (Giddens 1990; Luhman 1991; Bauman 1999, 2002) e ne aumentano le disuguaglianze.

Di qui, per raggiungere una sostenibilità reale e che duri nel lungo periodo è necessario affrontare una rigenerazione sociale. La società non potrà più funzionare come prima. Essa, oggi, è chiamata, a livello locale, a co-creare (Grignoli, 2019 p. 35) attraverso un'analisi situata dei nuovi fenomeni, ma soprattutto a mettere in moto un processo di «metamorfosi»¹⁰ (Beck U., 2017) a livello globale in cui le relazioni esistenti tra lo sviluppo economico e l'inclusione sociale, tra la vita sociale e l'alleanza intergenerazionale, tra la diversità e il relativo bisogno di identità e senso di appartenenza e, non ultimo, tra il locale e il globale devono porsi in modo innovativo per essere la vera rinnovata ricchezza per la società. E, solo attraverso l'analisi critica di questi dualismi sarà possibile anche ripensare a quell'architettura concettuale del *male bread winner*¹¹ versus “donna angelo del focolare” propria della società patriarcale, già entrata in crisi negli anni Sessanta.

Oggi, infatti, quel modello sociale non può proprio più funzionare, nonostante il *Covid-19*¹², in alcuni momenti, ne abbia richiamato diversi dei suoi tratti regressivi, cercando la via d'uscita dallo *shock* pandemico di limitare la vita delle donne¹³.

¹⁰ Si veda il lavoro di Ulrich Beck (2017) *La metamorfosi del mondo*, edito da Laterza, in cui, presentando lo stato di incertezze su cui si fonda la società contemporanea, indica nella metamorfosi una strada da percorrere per uscire dalla *choc* sociale.

¹¹ In letteratura il modello del *male bread winner model* è contrapposto a quello del *dual earner* (Crompton 1999, 2006, Gornick e Meyers 2003, 2006 Saraceno e Keck 2011).

¹² L'acronimo indica *Corona Virus Disease* 2019. Per ulteriori informazioni si veda il sito istituzionale del *World Health Organization* (<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>).

¹³ Nel periodo pandemico, la disuguaglianza di genere, secondo il *Global Gender Gap Report 2021* del *World Economic Forum* è aumentata (<https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>). In particolare, le donne non hanno le stesse opportunità, degli uomini affrontano problemi

2. Il genere e i governanti “locali e globali”.

A partire da questa consapevolezza critica e attraverso un maggiore coinvolgimento attivo e partecipato delle donne nel contesto sociale diviene possibile creare una metamorfosi situata della società globale attraverso la prospettiva di genere.

La valorizzazione della donna nella società potrebbe creare un ambiente sociale in cui la caratteristica della cura, che tradizionalmente viene ad essere attribuita in maniera prevalente, o meglio quasi esclusiva, al genere femminile, non sia più un fatto unicamente relegato alla sfera familiare, ma diventi un elemento fondante per la comunità e per lo sviluppo sostenibile della società *tout court*.

Questo processo, tuttavia, in alcune aree del Paese, soprattutto in quei contesti specifici in cui le forme di un malessere socio-economico sono ben evidenti e le disuguaglianze di genere risultano ancora rilevanti, stenta a decollare, nonostante, a livello internazionale e nazionale, sia stata adottata la *Strategia per la parità tra donne e uomini in Europa*¹⁴ 2020-2025 con la quale le istituzioni a livello europeo si sono assunte l'impegno di sostenere il principio della *Parità di genere*.

Questa situazione è ben chiara anche ai governanti, tanto che a livello europeo la Presidente della Commissione, Ursula von der Leyen, ha dichiarato che nonostante «La parità di genere sia un principio fondamentale dell'Unione europea, essa non è ancora una realtà. Nel mondo degli affari, in politica e nella società nel suo complesso potremo raggiungere il nostro pieno potenziale solo utilizzando tutti i nostri talenti e la nostra diversità. Impiegare soltanto la metà della popolazione, la metà delle idee e la metà dell'energia non è sufficiente. ... ».

Il principio di parità, quindi, nonostante i grandi progressi compiuti, ancora non si traduce in fatti sostanziali e al momento non produce i suoi effetti, basti pensare che sebbene le laureate europee superino numericamente i loro colleghi, esse non godono della stessa retribuzione (guadagnando in media il 16%

economici maggiori, vivono un peggioramento nella partecipazione politica e hanno maggiori difficoltà nel mantenere il posto di lavoro.

¹⁴ Si veda il sito istituzionale della Commissione europea all'indirizzo: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/it/IP_20_358

in meno degli uomini a livello europeo)¹⁵. Oggi, infatti, ci sono molte più laureate e più donne vogliono avere una carriera e una famiglia, ma le sfide persistono sul lavoro e a casa (Goldin C., 2021).

Il divario retributivo di genere, in particolare, è molto più di una differenza di reddito: se si riuscisse a raggiungere l'equità all'interno delle famiglie (forse) si avrebbero anche maggiori possibilità di annullare le disuguaglianze di genere sul lavoro.

Seguendo questo *fil rouge*, anche a livello nazionale l'attuale Presidente del Consiglio dei Ministri, Mario Draghi, durante il suo discorso per il voto di fiducia del governo, ha sottolineato la forte correlazione tra lo sviluppo (sostenibile) del Paese e il benessere delle donne, sostenendo che per l'Italia, dove è presente «uno dei peggiori gap salariali tra generi in Europa, oltre ad una scarsità di donne in posizioni manageriali di rilievo», è necessario promuovere politiche sociali orientate a stabilire un maggiore equilibrio del divario salariale tra uomini e donne, attraverso «un sistema di *welfare* che permetta alle donne di dedicare alla loro carriera le stesse energie dei loro colleghi uomini, superando la scelta tra famiglia o lavoro»¹⁶.

3. Welfare e complessità sociale nel quadro di uno sviluppo sostenibile.

Ancora oggi, dunque, il sistema di *welfare* si scontra con le norme sociali che tendono a “costringere” le donne a dover

¹⁵ Per ulteriori informazioni si veda il sito: http://documenti.camera.it/leg18/dossier/pdf/ID0007.pdf?_1632849586669.

¹⁶ In questo quadro, il *Recovery plan*, ad oggi, sembra essere un'opportunità da non perdere per intervenire, con strumenti importanti in grado di offrire pari opportunità a donne e uomini, come i servizi per la cura (gli asili nido) e l'assistenza della persona. Per quanto riguarda, ad esempio gli asili nido, tra i mezzi più utili nel consentire alle donne di conciliare vita privata e vita lavorativa, Cecilia Guerra, sottosegretaria al Ministero dell'Economia e delle Finanze, nei governi della “pandemia”, ossia presieduti da Giuseppe Conte, prima, e da Mario Draghi, in seguito; afferma che tra le Regioni italiane – «sono appena stati ripartiti 2 miliardi di fondi previsti dalla Legge di Stabilità per il potenziamento delle infrastrutture (costruzione e ristrutturazione gli edifici), mentre è previsto un fondo strutturale di 100 milioni all'anno di spesa corrente a partire dal 2022 dedicato alla gestione degli asili nido».

scegliere tra lavoro o famiglia a causa di politiche di conciliazione (bilanciamento, armonizzazione) che mal supportano le donne nel loro ruolo di madri, tanto che addirittura le stesse cadono più facilmente nella spirale dell'impoverimento economico, perdendo il lavoro più facilmente dei loro colleghi uomini (*Istat*, 2011) e, quando ciò accade, esse vengono ad essere considerate delle persone vulnerabili e la loro debolezza si trasmette “naturalmente” ai loro figli.

In questo sistema così fragile, nonostante le richieste e le paure dei cittadini non possano mai trovare completa soddisfazione, vi è una crescente richiesta di “saperi” esperti per cercare una rassicurazione e una risposta ai diversi bisogni.

Pur tuttavia, la complessità sociale predomina la capacità di controllo della politica e il ventaglio dei rischi si amplifica sempre di più. Basti pensare che gli obiettivi delle misure nate per controllare il rischio di un malessere strisciante della società europea, come, ad esempio, quelli della *Strategia europea per lo sviluppo di Lisbona*, non trovando terreno fertile, né da un punto di vista culturale né tantomeno da quello politico, non sono mai stati realizzati. In particolare, la quota prevista nello specifico Documento europeo¹⁷ sia riguardo all'occupazione femminile (60%) che agli asili nido (33%) non è mai stata raggiunta. Inoltre, i risultati realizzati a seguito della *Strategia*, ben poco lusinghieri, hanno, si ipotizza, anche negativamente condizionato il valore, già basso, dei tassi di natalità¹⁸.

Cosicché, all'interno di un sistema già di per sé debole, sia dal punto di vista del mercato del lavoro che per l'accesso alle stesse misure di welfare, le risposte dello stato sociale dovrebbero essere, per definizione, orientate alla parità di genere¹⁹.

¹⁷ Per ulteriori informazioni si veda il sito del governo al seguente indirizzo: http://www.dt.mef.gov.it/it/attivita_istituzionali/analisi_programmazione_economico_finanziaria/documenti_programmatici/sezione1/strategia_di_lisbona.html.

¹⁸ Si veda un interessante articolo de *Larepubblica.it*, *Demografia, Istat: nel 2014 nati 509 mila bambini, mai così pochi dall'Unità d'Italia*, del 12 Febbraio 2015.

¹⁹ In Italia, le proposte, il coordinamento e l'attuazione delle politiche delle pari opportunità vedono nel *Ministro per le pari opportunità* la loro massima espressione di Governo. Nel 1996, si è avuto il primo Ministro, nella storia italiana, delle pari opportunità. Nell'attuale Governo Draghi, il *Ministro Pari Opportunità e Famiglia* è una donna, Elena Bonetti. Nel 1997, è stato istituito, presso la *Presidenza del Consiglio*, il *Dipartimento per le pari opportunità*.

Tuttavia, nelle società contemporanee, donne e uomini ancora non godono delle stesse opportunità di vita.

Nei Paesi OCSE (Organizzazione per la Cooperazione e lo Sviluppo Economico), gli uomini guadagnano di più delle loro analoghe colleghe – il 16% in più – le quali, oltretutto, ogni giorno, lavorano anche di più a causa delle attività che svolgono quotidianamente nelle loro abitazioni²⁰ (quasi mezz'ora in più a livello europeo e circa 4 ore in più a livello nazionale).

A livello nazionale, inoltre, il dato sull'occupazione pone ben in evidenza la disegualianza di genere. Infatti, il 68% degli uomini ha un lavoro retribuito; di contro, solo il 50% delle donne svolge un'attività retribuita.

Le disegualianze si ampliano se si osservano i lavoratori in relazione ai loro livelli di istruzione nei loro contesti territoriali (Fornari, 2017).

In particolare, le donne con un titolo di studio modesto (o con nessun titolo) che risiedono nel Sud dell'Italia sono anche quelle che scontano un tasso di occupazione molto basso (11,5%), mentre le donne e gli uomini con un titolo di studio elevato (laurea e post laurea) e che vivono nel Nord del Paese registrano un tasso di occupazione elevato (rispettivamente 81,2% e 87,4%).

Tab. 1 Donne e uomini occupati per titolo di studio e area geografica. Anno 2019 (%).

Titolo di studio, 2019	Italia	Nord		Centro		Sud	
	Totale	U	D	U	D	U	D
Licenza elementare, nessun titolo di studio	31.2	54.4	23.2	59.0	32.1	40.9	11.5
Licenza media	45.9	64.6	41.9	60.5	38.0	48.2	19.7
Diploma	64.9	81.3	65.9	74.4	58.7	63.0	38.3
Laurea e post-laurea	78.9	87.4	81.2	84.6	77.7	74.9	64.4
Totale	59.0	75.4	60.4	71.0	56.5	56.6	33.2

Fonte: nostre elaborazioni su dati Istat, https://dati.istat.it/Index.aspx?DataSetCode=DCCV_TAXOCCU1#

²⁰ In aggiunta, è bene anche sottolineare che il divario retributivo di genere complessivo in Italia è del 43,7%, mentre a livello europeo è del 39,3% (Eurostat, 2014). Cfr. <https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality>.

3.1 I servizi per l'infanzia: un investimento per l'occupabilità femminile

Se la crisi del mercato del lavoro, così come quella del welfare, in Italia è strutturale, è anche da dirsi che le opportunità di vita per le donne italiane dipendono dalle misure di welfare locale e dalla promozione dei servizi per la prima infanzia. Molto spesso, infatti, si è trascurata la funzione sociale svolta dai servizi per l'infanzia come attivatori dell'occupazione femminile, soprattutto in Italia dove si è rimasti tradizionalmente indietro, rispetto a quanto previsto dalle indicazioni europee (come precedentemente accennato).

Nel Paese le donne con figli (0 e14 anni) sono occupate solo per il 56%, ossia solo una donna su due con figli è occupata. Questo dato migliora in quell'area, il Nord, dove la presenza dei servizi per la prima infanzia supera la famosa soglia del 33% e il tasso di occupazione femminile, per le donne con figli (0-14 anni), raggiunge il 69%, mentre questa quota scende, di ben 33 punti percentuali, nelle regioni del Sud (36%).

Di conseguenza, il ritardo del Mezzogiorno, già meno sviluppato economicamente, è evidentemente anche determinato dalla minore possibilità di accedere e di fruire ad alcune misure di welfare, quali, ad esempio, i servizi per l'infanzia e gli asili nido²¹.

In questo quadro, infatti, ci si scontra con un doppio svantaggio.

Le aree più marginali del Paese, con una minore disponibilità economica delle famiglie del territorio, razionalizzando significativamente l'utilizzo del nido, non ne permettono un suo impiego funzionale e diretto al recupero dello svantaggio iniziale dei luoghi caratterizzati, come sottolineato, da un disagio evidente e diffuso, a causa di condizioni socio-economiche di partenza inadeguate che potenzialmente condizionano la qualità della vita delle persone.

²¹ In questa parte del Paese sommando i posti disponibili sia nei nidi che nei servizi integrativi, pubblici e privati, mediamente non si arriva a coprire il 15 % dei bambini fino a 3 anni di età. Un valore, quest'ultimo, distante dal parametro del 33 % fissato nel 2002 in sede europea come obiettivo per il 2010 e superato in cinque regioni del Centro-Nord. L'eterogeneità sul territorio è molto ampia: in Valle D'Aosta 47 bambini su 100 hanno un posto disponibile nei servizi educativi, in Campania meno di 9.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

In aggiunta, la scarsità di offerta (minore ampiezza e minore diffusione delle strutture sul territorio) e i costi elevati dei servizi per l'infanzia creano un'ulteriore situazione di svantaggio: a causa di queste condizioni le famiglie, molto spesso, anticipano l'ingresso del bambino alle scuole dell'infanzia, prima del compimento dell'età minima (3 anni) stabilita per l'accesso, in quanto esse risultano meno costose e più diffuse sul territorio, ma sicuramente non specificatamente adeguate alla gestione di questa fascia di età.

Tale *modus operandi* delle famiglie italiane è particolarmente diffuso nelle regioni meridionali, dove la quota dei bambini, cosiddetti "anticipatori", nella scuola dell'infanzia è più del 20%. Oltretutto, i bambini se "anticipatori" vivono anche insuccessi scolastici molto più frequentemente rispetto ai loro analoghi colleghi "regolari" e, di conseguenza, sono anche più a rischio di esclusione sociale.

In aggiunta, questa dimensione della povertà educativa (*Save the children*, 2014) è fortemente correlata a quella strettamente materiale. In particolare, in Italia, il 42% degli studenti che ha uno *status* socioeconomico basso non raggiunge le competenze minime in lettura, il 40,6% in matematica, e il 38,3% in scienze. Di contro, le competenze minime non sono raggiunte in letteratura solo dal 13,8% dei loro coetanei con uno *status* socioeconomico elevato, in matematica dal 10,9% e in scienze dal 11,4% (<https://www.censis.it/formazione/1-la-scuola-e-i-suoi-esclusi/la-scuola-e-i-suoi-esclusi>).

Tab. 2 Relazione tra povertà educativa e quella materiale tra gli studenti italiani. Anno 2020 (%).

Povertà educativa	Status socio economico	
	basso	alto
<i>Non raggiungono le competenze minime...</i>		
... in letteratura	42,00	13,8
... in matematica	40,60	10,9
... in scienze	38,3	11,4

Fonte: Nostre elaborazioni su dati Censis, 2020.

Cosicché, l'eventuale svantaggio iniziale dei bambini fragili, provenienti da aree socio-economiche territoriali e familiari svantaggiate, non può essere recuperato del tutto se proprio il sistema educativo del contesto non riesce a indebolire il "muro

delle disuguaglianze” e a sbloccare il cosiddetto “ascensore sociale”.

Di qui, in un piano strategico di sviluppo sostenibile per il Paese, una “buona” politica di welfare dovrebbe intervenire nei territori per investire su una maggiore presenza quantitativa dei servizi per l’infanzia²².

Questo investimento che dovrebbe anche essere supportato da “buone” politiche di conciliazione famiglia-lavoro (bilanciamento e/o armonizzazione) – che non vadano solo a nutrire le solite espressioni gergali a cui ci si riferisce nella quotidianità, quali “lui mi aiuta” o “lui fa di più di mio padre”, ma che si sostanzino attraverso un comportamento condiviso della cura²³ e una “normalità” della conciliazione²⁴ (Misra et al. 2007, West e Zimmerman, 2009, Collins 2019) -, avrebbe sicuramente come suo *return on investment* una maggiore parità di genere e una più rilevante partecipazione delle donne al mercato del lavoro.

Fig.2 Variazioni delle relazioni di genere nel mercato del lavoro.

Tradizionali	→		Meno tradizionali
Capofamiglia maschio/La cura femminile (politiche di welfare «paternalistiche»)	Capofamiglia maschio / donna part-time (politiche di welfare «maternaliste»)	Doppio reddito/ state carer (modello o prospettiva “dell’occupazione”)	Doppio reddito/ carriera doppia (parallela) (modello o prospettiva “della cura”)
		Doppio reddito / marketised carer	

Fonte: Nostre elaborazioni su ipotesi di R. Crompton (1999).

²² Il ruolo fondamentale che gli asili nido, ancor più delle materne, svolgono nella gestione della cura dei bambini emerge in modo chiaro quando si analizza il dato. In particolare, il 53,3 % dei nuclei familiari, con figli tra 0 e i 5 anni, ricorre a uno o più servizi formali (asilo nido o della scuola dell’infanzia), questa quota sale al 64% nel caso di coppie in cui entrambi i genitori sono occupati.

²³ Nelle parole di Fraser è l’universal caregiver model (Fraser 1994). Jane Lewis parla di universal carer/worker-worker/carer model (Giullari e Lewis 2005), Ann Orloff di citizen worker-carer model (Orloff 2006).

²⁴ Si veda la normativa italiana in materia di congedi parentali D.Lgs. 80/2015, L. 81/2017, L. 205/2017, L. 145/2018, L. 160/2019 e L. 178/2020. In aggiunta, per ulteriori approfondimenti sulle teorie delle risorse e dei ruoli di genere si vedano tra gli altri i lavori di West e Zimmerman, 2009, Collins 2019.

Di qui, per una maggiore partecipazione femminile al mercato del lavoro è determinante il titolo di studio, quest'ultimo, oltretutto, essendo un'indicatore di sviluppo umano, insieme all'aspettativa di vita e al reddito nazionale lordo pro-capite è anche fondamentale per il benessere del Paese. In questo scenario, pur tuttavia, è necessario sottolineare che le donne, anche con un titolo di studio elevato, ancora non riescono a raggiungere una parità di salario con i loro colleghi maschi, infatti, se una laureata guadagna il 14% in più di un diplomato, il laureato ne guadagna ben il 37% in più. Questo dato, insieme ad altri, non altrettanto lusinghieri per la costruzione dell'indice di parità di genere, giustifica il 76esimo posto dell'Italia, su 153 Paesi, rispetto al *Global Gender Gap*, elaborato dal *World Economic Forum* e riportato nel *Report* prodotto nel 2020. Questo studio addirittura infligge all'Italia l'ennesimo brutto colpo in tema di uguaglianza tra uomo e donna, sostenendo che per la parità di accesso alla partecipazione economica ci vorranno ben 257 anni.

Fig. 3 Una fotografia sintetica dello status femminile in Italia, 2020.

Variazione % del salario del laureato/a rispetto ad un diplomato		<i>Global Gender Gap</i>	Donne partecipazione economica Parità di accesso
M	F	Italia	N. di anni necessari
+37%	+14%	76° posto su 153 Paesi	257

Fonte: Nostre elaborazioni su dati *Report World economic Worl*, 2020.

4. (Dis)-equilibrio della conciliazione: una questione di genere.

L'istruzione è la strada migliore da percorrere per promuovere l'uguaglianza fra i sessi, permettere alle donne di accedervi con le stesse possibilità di cui godono gli uomini, oltre a rendere realizzabili i diritti umani, essendo la stessa pratica dell'istruzione l'affermazione di un diritto umano, e a consentire l'ampliamento delle libertà e delle scelte delle singole donne, rappresenta anche il segnale per un futuro più roseo della società nel suo insieme e per il

conseguimento di un buon livello di sviluppo umano per il Paese *tout court*.

Tuttavia, in questo periodo pandemico, l'istruzione è stata "sospesa", tutti i bambini e gli adolescenti, circa 1,6 miliardi, sono stati fuori dalle aule della scuola durante la pandemia e tutta la popolazione è stata colpita da una conseguenziale serie di contrazioni delle libertà e delle possibilità di scelta. Nella fattispecie, è molto probabile che tra i 24 milioni di bambini che non torneranno più a scuola dopo la pandemia (come si ipotizza che avvenga) buona parte sarà di sesso femminile e la quota della popolazione più colpita dalle limitazioni sarà di sesso femminile.

Infatti, le donne durante il Covid-19 sono state state sopraffatte da un carico di lavoro domestico e familiare aggiuntivo, causato, ancor prima che dal virus²⁵, dalla persistenza di stereotipi²⁶ e da retaggi culturali di tipo sessista e maschilista, che emersi con forza nel momento di crisi hanno impedito lo svolgimento di altre attività e il conseguimento di altri obiettivi.

In particolare, nel periodo pandemico, seppure la decretazione promulgata per gestire l'emergenza abbia previsto misure di sostegno per i lavoratori con figli, come la possibilità di usufruire di congedi ordinari retribuiti o la fruizione di *voucher* per l'uso di servizi di *baby-sitting* e simili, la chiusura delle scuole ha comportato problemi importanti di conciliazione tra lavoro e famiglia.

Tali problematiche sono emerse sia per i lavoratori obbligati a recarsi sul luogo di lavoro e sia per quelli che hanno potuto svolgere il lavoro da casa. I primi, infatti, hanno sofferto il venir meno dei servizi per l'infanzia formali, ma anche di quelli informali, a causa del "distanziamento sociale/fisico"²⁷, ad esempio, i genitori non hanno potuto

²⁵ Si veda il lavoro di Chiara Saraceno (2021) su *La dimensione sociale della crisi Covid in Italia*.

²⁶ Lo stereotipo può essere definito come «quell'insieme costituito da credenze, rappresentazioni ipersemplificate e schematiche della realtà e da opinioni che un gruppo sociale associa ad un altro gruppo. De Caroli M.E. e E. Sagon, 2009, p. 14.

²⁷ Si veda l'articolo on line di Gideon Lichfieldarchive (2020) dal titolo *We're not going back to normal*.

più affidare i propri figli ai nonni, i secondi, in aggiunta, hanno visto sovrapporre le esigenze lavorative dello *smart-working* a quelle della gestione della didattica a distanza dei propri figli.

La pandemia, quindi, ha avuto un forte impatto sull'organizzazione familiare con riflessi sugli (*dis*)-equilibri della conciliazione e sui carichi di cura familiare, continuando ad aggravare una condizione della componente femminile della popolazione già compromessa da quell'approccio culturale che concepisce la conciliazione vita-lavoro come una questione esclusivamente femminile.

Di conseguenza, in pochi mesi, la condizione delle donne ha subito ulteriori privazioni, soprattutto nel Mezzogiorno: le donne sono state maggiormente esposte a una bassa qualità del lavoro e a retribuzioni inferiori alla media, nonché ad elevati rischi di perdita dell'occupazione e ad un alto livello di segregazione occupazionale.

In aggiunta, a definire questa fragilità lavorativa delle donne si ricorda che le stesse quando svolgono un'attività di cura familiare sacrificano, molto più frequentemente di quanto non facciano gli uomini, l'ambito lavorativo (37,3%).

Tab. 3 Inattività nel mercato del lavoro a causa di responsabilità assistenziali, per sesso - EU. Anno 2020 (%).

	2020	
	M	F
European Union - 27 countries (from 2020)	3,9	27,3
Italy	3,5	37,3

Fonte: Nostre elaborazioni su dati Eurostat (<http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>)

Il “dis-equilibrio della conciliazione” e ciò che lo causa, ossia il ritardo delle politiche della “parità”, colpisce, soprattutto, le donne: nel 2019, il segmento di forza lavoro non utilizzata e potenzialmente impiegabile (di circa 5,5 milioni di individui²⁸)

²⁸ Di questi 2,6 milioni sono disoccupati e 2,9 milioni sono forze lavoro

risiede nella maggioranza dei casi nel Mezzogiorno ed è formato per oltre la metà da donne (53,2%) (Rapporto annuale 2020).

Inoltre, il periodo pandemico conferma la dis-parità tra uomini e donne per le diverse opportunità che essi hanno nel mercato del lavoro e per il diverso ed evidente esercizio del potere nella vita quotidiana.

Le donne, infatti, sono maggiormente occupate nei settori più esposti al virus: è donna il 76% (66% in Italia) dei 49 milioni di europei occupati nel settore sanitario e nei servizi essenziali rimasti aperti durante la pandemia (<https://eige.europa.eu/covid-19-and-gender-equality/essential-workers>), rappresentando a livello europeo la quasi totalità degli addetti alle casse (l'82%) e degli occupati nei lavori domestici e assistenziali(il 95%) (https://www.europarl.europa.eu/resources/library/images/20210301PHT98929/20210301PHT98929_original.jpg).

In questo quadro, inoltre, un'ulteriore espressione della disuguale relazione tra uomini e donne è data dalla violenza di genere. Di fatto, si legge nel *Preambolo della Dichiarazione per l'eliminazione di tutte le discriminazioni contro le donne* "La violenza contro le donne è la manifestazione di un potere relazionale storicamente diseguale tra uomini e donne ... uno dei principali meccanismi sociali attraverso i quali le donne sono costrette ad occupare una posizione subordinata rispetto agli uomini"(CEDAW, ONU New York, 1993) e, per questo motivo le donne, nel periodo pandemico, oltre a sentirsi insicure fuori dalle mura domestiche, in alcuni casi, hanno vissuto una situazione a rischio anche dentro casa, luogo per definizione accogliente e sicuro, e sono state soggette a questa condizione soprattutto quelle donne che non occupate sono state costrette a convivere con un partner abusante o con un altro familiare violento, da cui - purtroppo - dipendevano economicamente.

Per tali ragioni, fin dai primi esordi pandemici, i media hanno informato l'opinione pubblica su un (molto) probabile

potenziali.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

aumento dei casi di violenza contro le donne²⁹ ed i dati sulle richieste di aiuto ai numeri antiviolenza, che è raddoppiato nel 2020 rispetto all'anno precedente³⁰, ne hanno in un certo qual modo corroborato il sentore. Di conseguenza, questa pandemia è stata anche definita dalle Nazioni Unite (unwomen.org/en) come *shadow pandemic* (<https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response/violence-against-women-during-covid-19>).

Ciò detto, per le donne mentre risultano paradossalmente ampliarsi le situazioni di insicurezza e il loro carico nel lavoro di cura (della famiglia: minori, malati ed anziani), in maniera analoga, per le stesse si contraggono sempre di più gli spazi economici, sociali e partecipativi, vanificando anni di progressi raggiunti.

5. Donne e sviluppo sostenibile

In questo quadro, discutere ed evidenziare il tema della parità di genere, soprattutto nelle aree marginali del Paese, funge da impulso per un miglioramento della qualità di vita delle donne in termini di programmazione e di visibilità, ma anche in termini di messa in campo di azioni specifiche ed interventi *ad hoc* per la promozione dell'inclusione e della coesione sociale che nelle comunità contemporanee costituiscono fattori fondamentali per la promozione del benessere.

Di qui, come già accennato nelle pagine precedenti, l'*Agenda 2030* promuove l'indispensabilità del ruolo (strategico) delle donne (*Obiettivo n. 5* e nei target specifici trasversali degli altri *SDGs*, inerenti al ruolo delle donne e alle discriminazioni di genere) sia per la garanzia dei diritti e delle libertà fondamentali che per il raggiungimento dei *17 Obiettivi per lo Sviluppo Sostenibile*.

²⁹ Si ricorda che diversi sono i movimenti che fanno luce sui femminicidi e sulla violenza contro le donne. Ad esempio, #MeToo dà voce alle vittime di abusi e in America Latina, uno di questi è denominato #NiUnaMenos.

³⁰ Secondo i dati pubblicati dall'Istat, nel 2020, più di 49 donne ogni 100.000 si sono rivolte al numero verde perché vittime di violenza mentre, nel 2019, la cifra era di solo 27 donne su 100.000. Un aumento, quello delle chiamate, che è stato diffuso tra tutte le regioni in Italia.

Tab. 2 Obiettivo 5: Raggiungere l'uguaglianza di genere e l'autodeterminazione di tutte le donne e ragazze

SDG 5.1	Porre fine, ovunque, a ogni forma di discriminazione nei confronti di donne e ragazze
SDG 5.2	Eliminare ogni forma di violenza nei confronti di donne e bambine, sia nella sfera privata che in quella pubblica, compreso il traffico di donne e lo sfruttamento sessuale e di ogni altro tipo
SDG 5.3	Eliminare ogni pratica abusiva come il matrimonio combinato, il fenomeno delle spose bambine e le mutilazioni genitali femminili
SDG 5.4	Riconoscere e valorizzare la cura e il lavoro domestico non retribuito, fornendo un servizio pubblico, infrastrutture e politiche di protezione sociale ³¹ e la promozione di responsabilità condivise all'interno delle famiglie, conformemente agli standard nazionali
SDG 5.5	Garantire piena ed effettiva partecipazione femminile e pari opportunità di leadership ad ogni livello decisionale in ambito politico, economico e della vita pubblica
SDG 5.6	Garantire accesso universale alla salute sessuale e riproduttiva e ai diritti in ambito riproduttivo, come concordato nel Programma d'Azione della Conferenza internazionale su popolazione e sviluppo e dalla Piattaforma d'Azione di Pechino e dai documenti prodotti nelle successive conferenze
SDG 5.6 a	Avviare riforme per dare alle donne uguali diritti di accesso alle risorse economiche così come alla titolarità e al controllo della terra e altre forme di proprietà, ai servizi finanziari, eredità e risorse naturali, in conformità con le leggi nazionali
SDG 5.6 b	Rafforzare l'utilizzo di tecnologie abilitanti, in particolare le tecnologie dell'informazione e della comunicazione, per promuovere l'emancipazione della donna
SDG 5.6 c	Adottare e intensificare una politica sana ed una legislazione applicabile per la promozione della parità di genere e l'emancipazione di tutte le donne e bambine, a tutti i livelli.

Fonte: Nostre elaborazioni su dati agenzia coesione sociale (<https://www.agenziacoesione.gov.it/wp-content/uploads/2020/04/agenda-2030-goal5.pdf>).

Nella fattispecie, l'*Agenda* attraverso un approccio multidimensionale e trasversale costruito sulla promozione delle cinque *P* («Persone: eliminare fame e povertà in tutte le forme

³¹ Si veda il lavoro di Robert Castel sulla protezione sociale (2003).

e garantire dignità e uguaglianza; Prosperità: garantire vite prospere e piene in armonia con la natura; Pace: promuovere società pacifiche, giuste e inclusive; Partnership: implementare l'agenda attraverso solide partnership; Pianeta: proteggere le risorse naturali e il clima del pianeta per le generazioni future») (<https://asvis.it/l-agenda-2030-dell-onu-per-lo-sviluppo-sostenibile/>) attraverso l'Obiettivo 5 cerca di comprendere e di trasformare i fattori determinanti della disuguaglianza di genere nelle sue dimensioni socio-economiche e politiche, nonché di cogliere e valorizzare il *mainstreaming* di genere in tutti gli altri *goals* dell'Agenda.

Fig. 3 L'Agenda 2030: gli Obiettivi dello Sviluppo Sostenibile.



Fonte: <https://www.agenziacoesione.gov.it/comunicazione/agenda-2030-per-lo-sviluppo-sostenibile/>

L'Agenda, realizzata a seguito sia del *Piano d'Azione di Pechino* (adottata dalla Quarta Conferenza Mondiale sulle Donne, 1995) che dalla "Convenzione Internazionale per l'Eliminazione di tutte le Forme di Discriminazione nei confronti delle Donne" (adottata dall'Assemblea generale delle Nazioni Unite, 1979) (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women - CEDAW*), indica in modo chiaro che i diritti delle donne non resteranno meramente formali solo se verranno ad essere riconosciuti come parte integrante dello sviluppo sostenibile.

Sempre seguendo questo *fil rouge*, la stessa Agenda contempla quanto contenuto nel *Programma d'azione di Addis Abeba* (2015) rispetto al modello di sviluppo sostenibile che individua nell'assicurazione del *gender equality and women's and girls' empowerment* una delle condizioni essenziali per il raggiungimento

di una crescita economica sostenibile e inclusiva³² a livello globale (*Addis Ababa Action Agenda*, United Nations New York, 2015, p.1).

Conclusioni

Nelle società post-moderne, nonostante nei fatti la sfera privata e quella professionale siano – per le donne – ancora ambiti contrastanti, iniziamo a vivere un cambiamento epocale che sta cominciando a farsi strada nella coscienza pubblica rispetto al tema della parità di genere e al ruolo delle donne.

Per questa ragione, è giunto il momento, di cambiare anche gli strumenti sociologici per misurare la disuguaglianza di genere e soprattutto per contrastarla.

In questo quadro, quindi, l'idea che donne e uomini siano chiamati a costruire la loro vita, senza essere condizionati dagli stereotipi di genere, deve essere perseguita anche attraverso l'elaborazione e l'applicazione di politiche di sviluppo locale, con tutti i soggetti che concorrono all'azione, nonché attraverso l'utilizzo di strumenti di *accountability* nella prospettiva di genere (*Gender-sensitive accountability*³³) i quali permettono di aumentare gli investimenti a favore di politiche di *welfare* attente all'*empowerment* delle donne e alla loro partecipazione attiva ai processi sociali ed economici (in linea con *SDG 5.4*), come preconditione essenziale per l'eradicazione della disuguaglianza e per la costruzione di una società globale basata sulla parità di genere e sulla giustizia sociale e sui diritti umani³⁴, nonché tesa a costruire un lavoro di rete per combattere la violenza sulle donne per raggiungere una strategia efficace di sviluppo sostenibile³⁵.

³² Per ulteriori informazioni cfr. United Nations Department of Economic and Social Affairs Financing for Development Office, www.un.org/esa/ffd.

³³ Cfr. <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1212>

³⁴ Si veda il Documento conclusivo della 62ª Commissione sullo Status delle Donne delle Nazioni Unite (CWS) in seno al Consiglio Economico e Sociale (ECOSOC).

³⁵ Tra i diversi attori sociali che possono sostenere il conseguimento degli obiettivi dello sviluppo del sistema Italia, oltre ai cittadini, alle organizzazioni della società civile, alle amministrazioni locali e alle imprese ci sono anche le Università che vengono ad essere chiamate in causa come uno degli agenti di sviluppo tra i cinque gruppi di lavoro tematici nella Legge n. 125 dell'11 agosto 2014 (2014), può modificare il contesto culturale, sociale, storico e politico

Bibliografia

- Bauman Z. (1999), *La società dell'incertezza*, Il Mulino, Bologna.
- Bauman Z. (2002), *Modernità liquida*, Editori Laterza, Bari.
- Bauman Z. (2002), *Il disagio della postmodernità*, Mondadori, Milano.
- Beck U. (1986), *La società del rischio. Verso una seconda modernità*, Carocci, Roma 2000.
- Beck U. (1999), *Che cos'è la globalizzazione, Rischi e prospettive della società planetaria*, Carocci, Roma.
- Beck U. (2017), *La metamorfosi del mondo*, Laterza editori, Bari.
- Collins, C. (2019), *Making Motherhood Work: How Women Manage Careers and Caregiving*, Princeton University Press, Princeton (NJ) USA.
- Castel R. (2003), *L'insicurezza sociale. Che significa essere protetti?*, Einaudi, Torino.
- de Beauvoir S. (2016) *Il secondo sesso*, Il Saggiatore, Milano.
- Crompton, R. (1999), *Restructuring Gender Relations and Employment: the Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press.
- Crompton, R. (2006), *Employment and the Family: The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, New York, Cambridge University Press.
- De Caroli M.E. e E. Sagone (2009), *Un 'puzzle' di genere, un 'genere' di puzzle. Prospettive teoriche e studi empirici sugli stereotipi di genere*, Bonanno Editore., Acireale-Roma.
- Friedan B. (2012), *La mistica della femminilità*, Castelvecchi editore, Roma
- Giddens (1990), *Le conseguenze della modernità. Fiducia e rischio, sicurezza e pericolo*, il Mulino, Bologna.
- Giddens, A. (2000), *Il mondo che cambia. Come la globalizzazione ridisegna la nostra vita*, Il Mulino, Bologna.
- Federici M.C. e Battisti, *Identità e sviluppo locale*, Lulu Press, New York.
- Fornari S. (a cura di), *Genere e modelli educativi. Voci dal mondo dell'educazione e dei servizi*, Pacini, Pisa 2017.
- Friedan B. (1964), *Mistica della femminilità*, Ed. di Comunità, Milano.
- Gaiaschi C. (2014), *Oltre il modello dual earner-dual carer: dalla conciliazione condivisa per tutti alla conciliazione condivisa fra tutti*, in «AG About gender International Journal of gender studies», vol. 3, n. 6, pp. 1-24.
- Giullari, S., Lewis, J. (2005), *The Adult Worker Model Family, Gender Equality and Care*, in «Social Policy and Development Programme Paper», vol. 19.

della società e il conseguenziale stereotipo in ambito sociale.

Grignoli D, Mancini A (a cura di) (2007), *Percorsi di sviluppo nelle società locali*, Rubbettino, Soveria Mannelli.

Grignoli D, Mancini A (a cura di) (2010), *La dimensione sociale dello sviluppo*, Carocci Editore, Roma.

Grignoli D, Mancini A, Tarozzi A (2013). *Development local en Italie. Le cas du Molise*. L'Harmattan, Paris.

Grignoli D. e N. Bortoletto (2019), (a cura di) *Dal locale al globale e ritorno, Nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*, FrancoAngeli, Milano.

Gornick, J. C., Meyers, M. K. (2003), *Families That Work: Policies For Reconciling Parenthood And Employment*, New York, Sage.

Gornick, J. C., Meyers, M. K. (2006), *Welfare Regimes in Relation to Paid Work and Care*, in «Revue française des affaires sociales», vol. 5, pp. 167-188.

Goldin C. (2021), *Career and Family*, Princeton University Press, Princeton (NJ) USA.

Istat, Maternità e interruzioni del lavoro, 2011.

Luhman N. (1991), *Sociologia del rischio*, Milano, Mondadori, 1996.

Naldini M. & C. Saraceno (2011), *Conciliare famiglia e lavoro. Vecchine nuovi patti tra sessi e generazioni*, Il Mulino, Bologna.

Orloff, A. S. (2006), *Farewell to Maternalism? State Policies and Mothers' Employment*, in Levy J. (ed.), "The State after Statism, The state after statism: new state activities in the age of liberalization", Cambridge, MA, Harvard University Press.

Saraceno C. (2021), *La dimensione sociale della crisi Covid in Italia*, Fondazione Friedrich Ebert Stiftung, Roma.

Saraceno, C., Keck (2011), *Towards an Integrated Approach for the Analysis of Gender Equity in Policies Supporting Paid Work and Care Responsibilities*, in «Demographic Research», vol. 25, n. 11, pp. 371-406.

Sartori F. (2009), *Differenze e disuguaglianze di genere*, Bologna, Il Mulino.

Sassen S. (2007), *A Sociology of Globalization*, WW Norton, New York.

West, C. & D. Zimmerman, (1987), *Doing gender*, in *Gender and Society*, 1(2), pp. 125-151.

Sitografia

<https://www.agenziacoesione.gov.it/comunicazione/agenda-2030-per-lo-sviluppo-sostenibile/>

<https://asvis.it/sviluppo-sostenibile#>.

https://dati.istat.it/Index.aspx?DataSetCode=DCCV_TAXOCCU1#

http://documenti.camera.it/leg18/dossier/pdf/ID0007.pdf?_1632849586669

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

https://www.demogr.mpg.de/publications/files/2730_1202231044_1_Misra%20Moller%20Budig.pdfDOI:10.1080/13668803.2011.571396

http://www.dt.mef.gov.it/it/attivita_istituzionali/analisi_programmazione_economico_finanziaria/documenti_programmatici/sezione1/strategia_di_lisbona.html

<https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1212>

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/it/IP_20_358

<https://www.technologyreview.com/2020/03/17/905264/coronavirus-pandemic-social-distancing-18-months/>.

https://temi.camera.it/leg18/temi/il_sistema_italiano_di_cooperazione_allo_sviluppo.html#:~:text=La%20legge%20125%2F2014%20prevede,31%20marzo%20di%20ogni%20anno

www.un.org/esa/ffd

<https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>

<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Desarrollo de los territorios y desarrollo en los territorios: el nuevo protagonismo de la comunidad

*Everardo Minardi*¹

*Nico Bortoletto*²

1. Paradigmas

Existe una lógica de la distinción y de la separación entre economía y sociología, lógica que parece frenar el entrelazamiento de bases conceptuales y paradigmáticas que en cambio se requieren para el análisis de una multiplicidad de factores, desde los psicológicos hasta los antropológicos y ecológicos, factores capaces de generar recorridos de éxito (y fracaso) de las comunidades en términos de autosostenibilidad, incluyendo la sostenibilidad económica.

Quien escribe ha abogado a menudo por ir más allá del enfoque analítico e interpretativo en el uso de los conceptos de crecimiento (*growth*) y de desarrollo (*development*) (Turnovsky, 2000, Minardi, 2020, 2021); estas dos nociones originalmente representaban la relación entre la capacidad de inversión y de valorización del recurso económico y tecnológico en las actividades de producción de bienes, por un lado, y la de los servicios, por el otro con la evidente finalidad de un aumento de la rentabilidad general. Lo que se pudo tomar en cuenta en este proceso es ese cambio de visión que es fundamental para captar los procesos de desarrollo en marcha, el creciente nexo y relacionalidad entre los factores económicos y los recursos sociales (valores, conocimientos, prácticas sociales reconocidas) que confluyen en los contextos territoriales y comunitarios en los que se genera el desarrollo integrado e integral, precisamente en cuanto incorporante (y no incorporado) al desarrollo económico.

El desarrollo no se reduce al crecimiento del valor del capital originado por el empleo de los recursos ambientales o de

¹ l'Università di Teramo

² Università Degli Studi di Teramo

los conocimientos técnicos del lugar, sino que genera incremento progresivo del valor económico en relación al entramado y a la combinación de los recursos cognoscitivos, procedimentales, capacidad de movilizar el capital social de la comunidad en términos sincrónicos con respecto a los diferentes subsistemas involucrados.

Un desarrollo integrado no sólo con el crecimiento, sino también desarrollo integral (Volpini, 1992; Minardi, 2019), por estar dirigido no sólo al empleo, a la utilización y frecuentemente al consumo de los recursos ambientales, sino también a su tutela con el fin de garantizar la posibilidad de adquirirlos y emplearlos en el tiempo y en el espacio disponible, en términos comunitariamente compartidos.

Existen –en el ámbito del recorrido exploratorio del desarrollo local– dos elementos que pudiéramos definir como unos *zeitberger*. Nótese que, según quien escribe, estamos lejos de haber superado por completo los pasajes históricos aquí hipotetizados. El primero de éstos consiste en el *fracaso y en la crisis de las experiencias de planificación económica y social* construidas y organizadas desde arriba sin ninguna referencia al problema de la participación (véase también La Spina, 2008; Magnaghi, 2007). Por una parte, esto nos conduce temporalmente al paralelo comienzo del ordenamiento regional que significaba un modelo de desarrollo diferente, estructurado en áreas territoriales limitadas y, por tanto, idealmente más equilibrado sobre el terreno. Por otro lado, hay que considerar el rápido crecimiento de la articulación de la sociedad italiana, que se manifiesta no sólo en sus culturas regionales y subregionales, sino que parece estar involucrada en un proceso de diferenciación de demandas, orientaciones, culturas generacionales; es decir, de intereses fragmentados sobre una base corporativa y territorial que aumentan su complejidad social interna, traduciéndose en una evidente crisis de gobernabilidad (Ardigò, 1982)

En este contexto se van afianzando progresivamente estrategias de programación de los objetivos y diseño de las operaciones que se trasladan del nivel regional al municipal e intermunicipal.

Los modelos de programación desde arriba no parecen, sin embargo, aun definitivamente abandonados, por el contrario

parecen reproducirse en el ámbito de las administraciones locales; éstas, no obstante, parecen manifestar una capacidad de evaluar y de afrontar las situaciones de crisis territorial en términos de mayor velocidad y de creciente pragmatismo (Warner, 2001).

Una posterior articulación de los instrumentos de programación económica y social nacional (corroborados por la institución del Servicio Sanitario Nacional, encargado de la gestión a las Regiones y por la ley para la reforma de las autonomías locales, a lo que también siguió el intento de reforma del Título V de la Constitución, con una nueva delegación de funciones, que inicialmente eran estatales, a las Regiones) ha validado y reforzado una serie de mecanismos de intervención más específicos hacia los territorios, que mientras tanto se habían definido y puesto en marcha a nivel estatal: pactos territoriales, acuerdos de programas, planes de desarrollo local, etc.

Sin embargo, dichos instrumentos requirieron una larga e intensa participación de las administraciones locales y de las partes sociales, con el objetivo de consensuar los objetivos y los medios disponibles, en una relación no improvisada con las autoridades locales y regionales. De esta manera se determinó un fuerte cambio de sistema, así como de las verdaderas inversiones de tendencia en el diálogo interinstitucional y el correspondiente diálogo social. En otros términos, la programación del desarrollo se redefine como “local “ donde tal expresión significa que la misma nace desde abajo, en el contexto de las comunidades territoriales, sobre la base de la atención a las necesidades y a las potencialidades de desarrollo que las situaciones locales presentan (Stimson et al., 2011).

Los actores del desarrollo son inevitablemente “locales “ pero con la demanda de activar contemporáneamente una cooperación en red que involucre, a través de la creación de *partnership* transnacionales, los diferentes niveles operativos y culturales de un proceso de desarrollo.

1. Las razones del desarrollo local

La relación con la perspectiva de lo global penetra en las comunidades locales revitalizándolas y a menudo incentivando

nuevos procesos internos de afirmación de lo específico y de las diferencias identitarias (Trigilia, 2006). Quien opera en lo local y adopta esa perspectiva sabe desde hace tiempo que las políticas de desarrollo local se basan principalmente en tres componentes esenciales:

- a. identidad cultural (a partir de la dimensión antropológica)
- b. capital social
- c. el conocimiento situado

2.1 La identidad cultural

La práctica profesional de los que diseñan, gestionan y evalúan los procesos de desarrollo local se basa en el reconocimiento compartido de que la identidad social y cultural de la población que la habita, en interacción con todos sus componentes morfológicos y simbólicos del territorio que la contiene, constituye el recurso primordial sobre el que accionar los procesos de cambio e innovación social.

Si la identidad, considerada igualmente en los aspectos antropológicos capaces de orientar y de motivar las acciones individuales, constituye un recurso insustituible para las tomas de decisión del desarrollo local, así mismo las políticas dirigidas a ese fin deben reconocer, valorizar, sostener la reproducción social de todos los componentes identitarios que entran en las acciones para el desarrollo local; y esto es debido a sus efectos vinculados al carácter distintivo de imágenes y lenguajes que pueden sustentar la comparación con otras identidades y otras culturas, todas presentes y comunicadas en la aldea global (Bonomi, De Rita, 1998).

2.2 El capital social

La investigación y la reelaboración de la identidad a través de las experiencias de vida individuales y colectivas, su intercambio a través de los idiomas vehiculares incluso lo de tipo simbólico presentes en las comunidades, contribuyen a reelaborar y a reconfigurar constantemente el universo del capital social como factor facilitador adicional de las acciones para el desarrollo local (Trigilia, 2001).

Cuando los significantes y los significados son practicados e intercambiados por una comunidad que se reconoce en las reglas y en las instituciones sociales propias de la comunidad territorial de referencia, en los objetivos de desarrollo que tienden a valorizar los valores y prácticas de hospitalidad, de convivencia, pueden alcanzar resultados de gran relevancia; esto se debe a que la entera colectividad se encuentra en la condición de poder compartir el goce de las ventajas ofrecidas por parte de una reafirmada cohesión social y al mismo tiempo el poder enfrentar los factores de riesgo que pueden afectar negativamente los intereses y la calidad de vida de la comunidad en una dimensión no individualista. Esencialmente la comunidad local es capaz de reproducirse a sí misma, incluso en un contexto ambiental mutable, muchas veces turbulento y no amigable, dado que puede acceder a los recursos sociales, simbólicos adquiridos y socializados a través de la ruta de la identidad y de la pertenencia de los individuos a dicha comunidad (Bridger, Alter, 2006).

Es por esto que la evaluación del grado de reproducción y de enriquecimiento del capital social representa un ámbito en el que hay que intensificar los procesos de análisis y de diagnóstico, sobre todo para gobernar la retroalimentación que la dinámica de lo global puede producir sobre el sistema frágil de la organización comunitaria. De hecho, una reducida capacidad de reproducción del capital social o el consumo indiscriminado que se cumple a menudo del mismo, ponen en riesgo no sólo la posibilidad de la comunidad de poner en marcha un proceso de desarrollo, sino que se diluye lo que es la propia identidad cultural, recurso indispensable para su multiplicación.

2.3 El conocimiento situado

Los saberes y los conocimientos locales constituyen el componente constitutivo del desarrollo local. Los saberes de la tradición (en su mayoría lo concerniente al trabajo manual), por una parte, y los conocimientos adquiridos por las generaciones a través del acceso al sistema formativo escolástico y no escolástico por otra parte, constituyen los puntos de apoyo para la ideación de acciones para el desarrollo; de hecho, tales acciones requieren la finalización y posterior refuerzo de tal componente. Eso en lo que refiere la estrategia del desarrollo local no se desvincula,

sino que se identifica con los sujetos sociales que operan en el ámbito de la comunidad y del territorio, para un *empoderamiento* de sus competencias; de hecho, existe la necesidad de dicho fortalecimiento para apoyar e implementar la capacidad de lograr el objetivo de transformación y mejora de la estructura económica y social de partida (véase Huang, Chang, 2018; Mungmachon, 2012, Howells, 2002).

Hasta ahora se han evidenciado las características constitutivas y distintivas del desarrollo local; ahora es necesario destacar al menos tres componentes que definen tal perspectiva y pueda asociarse con otras políticas de desarrollo que se conecten significativamente con las anteriores.

Las mismas pueden ser identificadas en:

1. el rol de la formación para la calidad del desarrollo local.
2. las estrategias y las prácticas de inclusión social en relación a los trabajadores migrantes, de los grupos más débiles (jóvenes y mujeres), de los desfavorecidos (con diferentes perfiles sociales, sanitarios y culturales).
3. el carácter ético del territorio, procedente de su capacidad de prevenir fenómenos y prácticas de ilegalidad y de crimen generalizado.

2.4 La formación de las competencias

Las iniciativas de programación y planificación del desarrollo local se han referido siempre al sistema de la formación escolar y no escolar, recurriendo a estructuras externas para cubrir el déficit formativo o de competencias técnico-profesionales, en el momento en el que fuese necesario.

El enfoque ha ido cambiando paulatinamente, y hoy en día la mayoría de los proyectos de desarrollo local se basan no sólo en el conocimiento de la oferta formativa ya consolidada, sino también en la que será necesaria en coordinación con las medidas de innovación que se prevé introducir tanto en el ámbito productivo como en el de la vida social.

A éstos corresponde la formulación de “Pacto de formación para el desarrollo local “ los cuales constituyen el instrumento

concebido para la planificación del desarrollo, a través de la evolución del sistema de formación hacia el tramado de una oferta formativa y de un *output* de competencias profesionales cada vez más dinámicamente vinculadas a las necesidades de las economías de los territorios (Fadda, 2010).

2.5 La inclusión social

Otro componente fundamental capaz de atribuir calidad a las políticas de desarrollo local es la inclusión social de los segmentos de población que pudieran estar más expuestos a las dificultades sociales en momentos de transformación de los sistemas sociales y de los sistemas de producción.

En la base de esta mayor atención se encuentran, por cierto, los movimientos migratorios que evidencian la creciente movilidad de las personas en dirección de las áreas donde pueden encontrar satisfacción a sus intereses.

Sin embargo, no se puede olvidar como también en las pequeñas y medianas comunidades se manifiesta ampliamente el desequilibrio demográfico como consecuencia de la reducción progresiva del número de recién nacidos mientras se va prolongando el promedio de vida de las generaciones de mayor edad. Esto inevitablemente trae como consecuencias que territorios y economías un tiempo periféricas tengan la necesidad de atraer una mano de obra adecuada a sus exigencias hoy, como resultado de las políticas de incentivos de desarrollo local.

Por este motivo, desde la perspectiva de un desarrollo local integral y enfocado en la calidad de la vida social de la comunidad territorial, se hace necesario aportar una política de inclusión social, que favorezca –por ejemplo– la disponibilidad de viviendas (*housing*), la formación profesional (*training*), de educación básica y superior (sobre todo para las jóvenes generaciones) y por lo tanto el acceso a los servicios sanitarios y servicios sociales.

Las dos políticas, orientadas a la inclusión social y de desarrollo local (aunque esté dirigido a mejorar la cohesión social) a menudo carece de coordinación y compatibilidad; los impactos territoriales resultantes pueden ser bien identificados no sólo por los ciudadanos afectados, sino también por los decisores públicos (Schulze-Boing, 2010).

2.6 El territorio “ético “

El desarrollo local, por último, requiere – como lo evidenció la Osce con un experimento dirigido precisamente en Italia (Canzanelli, 2009) – una atención especial a los requisitos de legalidad y de ética que el territorio puede constantemente evidenciar con la capacidad de controlar los fenómenos de ilegalidad y de criminalidad que afectan sobre todo a los actores sociales (los trabajadores por una parte y a los empresarios por el otro) comprometidos en actividades de desarrollo económico y social.

Nuevas iniciativas económicas en nuevos nichos de mercado de calidad pueden asentarse eficazmente cuando los requisitos no sólo se derivan de las facilidades administrativas y crediticias, sino también de la seguridad caracterizada por la legalidad y por las instituciones que operan para prevenir la formación de fenómenos y comportamientos de ilegalidad difusa, como de ilegalidad comprobada.

La prevención de infortunios, la reducción del trabajo sumergido, la eliminación de raíz de los episodios de explotación laboral infantil y femenina, la persecución de los fenómenos de *human trafficking* y de las prácticas de prostitución son sólo algunos ejemplos de ámbitos en los que la intervención de las instituciones públicas responsables de la seguridad debe considerarse realmente importante. La coexistencia de estos fenómenos no sólo desanima a los operadores del desarrollo, sino que impide las propias iniciativas de planificación e innovación, proyectando programas y acciones en un sistema económico y social caracterizado por la incertidumbre y el riesgo.

Si el desarrollo local se presenta cada vez más como una dimensión y un conjunto de recorridos con características accidentales y experimentales, precisamente los componentes mencionados anteriormente (identidad cultural, capital social y conocimiento localizado) son los que pueden contribuir a gobernar situaciones críticas emergentes en términos innovadores y participativos; lo que es más, la confianza en las instituciones, en las normas y la credibilidad de los roles y las tareas, que son típicas del desarrollo local, representan un factor de distinción y de ventaja competitiva con otras dimensiones del desarrollo (Fitzgerald, Wolac, 2016)

Por lo tanto, el desarrollo local sigue siendo una frontera en la que educadores, capacitadores, empresas de mercado, empresas sociales, instituciones sin ánimo de lucro, y actores de la regulación política y social se confrontan.

Además, es necesario adoptar una estrategia de acción dirigida hacia las dos transformaciones en acto, que ponga los proyectos de desarrollo de los territorios y de las comunidades en el centro, sobre todo a partir de la identificación de estos recursos, subestimados por demasiado tiempo.

3. Enfoques positivos para el desarrollo local

Las estrategias de desarrollo adoptadas hasta ahora, también a partir de programas estratégicos nacionales y comunitarios, han concentrado sus intervenciones sobre los ejes de la comunicación (desde las carreteras hasta las TIC) especialmente equipados en las áreas territoriales con mayor concentración de empresas industriales y comerciales de tamaño mediano y grande favorecidas por la presencia de concentraciones de población adecuadas, apoyadas por áreas urbanas equipadas para los sistemas residenciales de la población y para la recepción los desplazamientos de personas procedentes de otras áreas territoriales y regionales y de otros países.

El desarrollo en esta dirección se ha concentrado sobre empresas de dimensiones en crecimiento y también en territorios progresivamente equipados para el acceso a los recursos ambientales (agua, fuentes energéticas) y a los sistemas de regulación de las organizaciones y administraciones, hasta públicas, adecuados para apoyar la expansión de los centros de producción y distribución de bienes y servicios, también y sobre todo a escala global.

3.1 El riesgo de marginalidad de las áreas internas

El desarrollo se afirma como un conjunto de procesos que se manifiesta en escala global, subestimando frecuentemente las características específicas de los territorios sobre los que produce sus efectos positivos, pero también de efectos que se traducen en una degradación progresiva de los rasgos

característicos de los territorios mismos. Este modelo de desarrollo –quizás inevitable pero ciertamente distorsionador– indirectamente causa una concentración de medios y recursos, incluso humanos y profesionales, atraídos por otros territorios y comunidades que ven una reducción progresiva de población cautivada por lugares de concentración de las actividades industriales y de los servicios. Tales territorios y comunidades que a menudo resultan marginados con respecto a los sistemas de concentración industrial, situados en las zonas del interior, se ven obligados a enfrentarse a una importante reducción de aquellos recursos que son esenciales para su reproducción social y económica.

El fenómeno de la reducción de las pequeñas empresas o su inevitable traslado hacia las áreas industriales mucho más atractivas, contribuye no sólo a debilitar las comunidades locales, sino sobre todo a inducir un traslado de la población, sobre todo en edad juvenil, hacia zonas urbanas, más amplias y equipadas en centros de formación y apoyo para el empleo y el trabajo.

Las áreas internas se configuran –más bien– como ámbitos en los que las pequeñas empresas parecen no tener futuro y se caracterizan por actividades y producciones de carácter tradicional y de bajo nivel de cualificación técnica y profesional. La dinámica de un desarrollo visto principalmente en la dimensión del *crecimiento* parece haber perdido la visión y la evaluación de los recursos ambientales, sociales y culturales que en las comunidades de las áreas internas continúan generando; pero la progresiva caída del crecimiento, en el contexto de una transformación estructural de la dimensión *global* del desarrollo, devuelve la atención a la dimensión *local* del desarrollo (Steiner, Farmer, 2018).

Las manifestaciones de la *crisis*, es decir, de una transformación de la dimensión del desarrollo de global a local ya han sido objeto de análisis sistemáticas, no solo económicas; en particular se ha puesto en evidencia como en el centro del cambio estructural de las grandes empresas se manifiestan no sólo los efectos de un mercado siempre más selectivo y diverso, sino también y sobre todo los efectos de una mutación tecnológica que deja caer el preconcepto de la gran empresa como condición para la producción de cantidad de bienes y servicios destinados hacia una especie de mercado único.

Las innovaciones no marginales de las tecnologías en la producción de bienes y servicios y la difusión sorprendentemente rápida de las tecnologías digitales –sea en la comunicación que en la reconfiguración de los sistemas técnicos de producción– han creado las condiciones para una transformación *estructural* de los lugares y de los territorios de la producción industrial.

En modo particular, en los contextos de una sociedad y de una economía industrial consolidada y “madura”, la dimensión *global* del crecimiento (*growth*) parece evolucionar hacia una dimensión *local* del desarrollo (*development*), en los que adquieren relevancia progresivamente no solo la cantidad de bienes producidos, sino también la *calidad* de los mismos; es decir, la correspondencia más directa entre las características de los bienes y los elementos distintivos de la demanda de los mismos.

3.2 La dimensión local del desarrollo

A veces, la dimensión local se considera erróneamente inadecuada y reductora de la complejidad de una economía que debe planificar constantemente las conexiones entre la producción y el mercado; lo local es pequeño, débil, a menudo no es fácilmente identificable; los medios de comunicación establecidos no lo reconocen salvo por razones particulares; lo local parece carecer a menudo de esos factores de reconocimiento que lo convierten en objeto de representaciones mediáticas que a menudo cambian sus características originales.

Lo que no es tomado en cuenta –incluso en las representaciones colectivas– es el proceso regenerativo que está experimentando lo local tanto por la iniciativa de los protagonistas presentes en los territorios y comunidades como por la atención que se está extendiendo hacia los elementos distintivos de lo local, elementos que evidentemente no encuentran espacio en el conformismo de lo global. Dicho esto, todavía será oportuno considerar los efectos que los procesos de cambio estructural en los sectores de la producción industrial y la organización de los servicios para la colectividad están induciendo con efectos crecientes de interacción en lo local.

En esta dimensión se hacen visibles y experimentales los recursos ambientales, condiciones de vida que contribuye a producir algunos efectos significativos: la calidad de vida de

los operadores – en diferentes niveles – de la organización de las empresas; la practicabilidad de las operaciones de intervención sobre la producción que está cambiando su configuración mecánica tradicional, para redefinir los procesos y los productos a través de la mediación de las nuevas tecnologías que, a través de la mediación de las TIC, no requieren necesariamente grandes espacios de producción; también está cambiando rápidamente la estructura y la dinámica la red de distribución de mercancías en el contexto de un mercado ya no masivo, sino diferenciado, distribuido sobre la base de factores cualitativos antes considerados marginales (McQuaid, 2002).

La dimensión de lo local es también el ámbito donde son activados procesos de innovación en la producción y en la mediación de las nuevas tecnologías digitales que contribuyen a hacer variar imágenes, composición y características de los productos finales que más fácilmente se dirigen hacia los nuevos mercados sectoriales y distribuidos al interno de las áreas urbanas de grandes dimensiones, y también en las comunidades y en los territorios situados en el interior. Áreas internas, en tantos aspectos aún marginales, también en el cuadro de los procesos de programación de las intervenciones económicas y sociales, pero que se van lentamente reconfigurando como ámbitos territoriales en los que se conjugan, con significativas innovaciones sociales, se combinan sujetos y factores que se creían “fuera de juego”, destinados a una especie de dependencia necesaria respecto a los centros de la vida macro-urbana, centros de producción industrial y de servicios para la comunidad (formación, cultura, bienestar individual y colectivo, seguridad ambiental y social).

Innovaciones significativas se están multiplicando también bajo el perfil político administrativo, donde los tradicionales procesos de programación industrial se ven cada vez más acompañados por medidas (planes y proyectos) destinadas a reconocer y a apoyar la creación y el establecimiento de empresas en contextos de territorios que fueron por largo tiempo (y por diversos aspectos aún los son) considerados de irrelevante interés público (valles, pueblos tradicionales), con efectos negativos también sobre las condiciones de la seguridad ambiental.

Es por esto que, a nuestro parecer, es posible en el contexto actual la creación de una nueva modelización de las áreas internas como ámbito no localista sino de desarrollo local, es decir basado en la realización de aquellas condiciones que inicialmente habíamos destacado:

- el reconocimiento de factores ambientales como ámbito donde sus recursos son accesibles no para su consumo, sino para las prácticas de ecología integral;
- los diferentes componentes de un capital social y cultural que, en cuanto reconocido, se vuelve un recurso generador de esos procesos de innovación que tienden a mutar también los modelos de comportamiento y de organización de la vida social;
- el bienestar y la seguridad de la vida social y en la vida social que encuentra un recurso esencial para la calidad de la vida en el salario y en los recursos puestos a disposición por las empresas;
- las empresas como ámbitos de participación y de reconocimiento de los conocimientos, competencias y habilidades en cuanto factores generadores de producción y también de innovación en los procesos de la producción y de la distribución de bienes y de servicios.

Se trata en suma de poner en evidencia cómo el desarrollo local representa una modalidad específica de respuesta a las necesidades y a las demandas de los territorios y de las comunidades, que invierten en los efectos del desarrollo y no sólo en los recursos económicos, el capital económico disponible y accesible, sino también los recursos de un capital social y cultural que las comunidades, como ámbitos de vida relacional y de transmisión de memorias y conocimiento y tradiciones, no olvidan y no destruyen (Zamagni, Bruni, 2004) en el contexto de una reestructuración de la organización económica de las empresas y de los mercados, hoy aún más explícita.

Por tanto, un desarrollo local integrado e integral se presenta como uno de los recursos adicionales y estratégicos para una *calidad de vida* para la que no sólo se hacen necesarios los recursos económicos, sino también los recursos sociales

y culturales de los que la comunidad (desde la aldea, hasta el pueblo, a la pequeña ciudad, al distrito de la gran ciudad) es y sigue siendo la depositaria (Garofoli, 2009).

4. Pequeñas empresas y nuevos desarrollos

La atención enfocada en las iniciativas de recuperación y valorización de zonas aún consideradas periféricas por los planes de desarrollo puestos en marcha por instituciones u organizaciones empresariales no suele captar los procesos de innovación que, aunque de forma discontinua, se vienen produciendo ya desde hace tiempo.

En tal sentido, pretendemos proponer algunos ejemplos de pequeñas empresas que se están instalando en zonas periféricas y marginales, respondiendo no sólo a los intereses de las empresas, sino también a las necesidades y demandas de los territorios y comunidades involucradas.

En particular, podemos tomar en consideración algunos casos en los que la creación de empresas es posible, por un lado, gracias a la extensión de la innovación tecnológica a ámbitos territoriales generalmente ajenos a la planificación del desarrollo y, por otro, al redescubrimiento y la valorización de los recursos sociales y culturales de las comunidades capaces de reaccionar ante formas de marginación persistentes.

4.1 La difusión de las pequeñas empresas “en red”

La posibilidad de extender el acceso y el uso de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación incluso a zonas territoriales marginales ya no hace necesaria la movilidad de las personas involucradas, con el consiguiente impacto en los tiempos de vida individuales. Además, la dependencia de las actividades laborales cualificadas de las macroestructuras empresariales, que tienden a absorber y condicionar las formas de organización del trabajo, no siempre hace necesaria la descentralización de las actividades hacia lugares que reducen la relevancia y la apreciación de las competencias laborales necesarias para el reconocimiento profesional de las personas implicadas.

Más bien, se hace cada vez más frecuente la combinación de la autonomía del trabajo profesional con la conexión en formas y modalidades no acostumbradas con otras estructuras empresariales a través de la construcción de redes de colaboración técnico-profesionales, que posibilitan la relación con estructuras empresariales de referencia y el reconocimiento de una actividad profesional que se califica no tanto por su ubicación periférica sino por su autonomía de organización y gestión (Migliaccio et al., 2018).

El *networking* de las empresas se presenta como una estrategia de desarrollo de las actividades económicas que se entrelaza con la mejora de las condiciones de trabajo y de vida de las personas que, incluso en lugares y espacios diferentes, participan en el proceso de crecimiento no sólo de una red, sino de una *red de empresas*.

En la ordenación del desarrollo de la red, la planificación de los objetivos de inversión desde arriba va acompañada de un co-diseño de las intervenciones compartida con quienes actúan en las comunidades y territorios afectados. Instituciones como las regiones, los municipios del área metropolitana o las formas agregadas de los pequeños municipios participan ahora con frecuencia en el reconocimiento y la potenciación de los procesos de cambio en la construcción del desarrollo a nivel local.

Las redes empresariales, aunque sean pequeñas pero muy innovadoras, pueden ser uno de los agentes capaces de impulsar y potenciar el inicio de un proceso de desarrollo local renovado y diferente.

4.2 Nuevas formas de organización para el reconocimiento y la valorización de los saberes antiguos

En las aldeas y en las comunidades de las zonas del interior no siempre hay rastro de ellas, pero existe aún la presencia de talleres y espacios equipados para llevar a cabo actividades tradicionales, actividades artesanales, y también producción agroalimentaria basada en recursos autóctonos, no procesados según los módulos industriales (Bessière, 1998; Minardi, Bortoletto, 2008).

Se trata de actividades laborales y productivas que han perdido relevancia con el paso del tiempo, de prácticas laborales y profesionales basadas no en tecnologías industriales sino en

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

técnicas de transformación de recursos locales con un alto conocimiento localizado. Nos referimos a conocimientos y prácticas profesionales que a menudo carecen de reconocimiento normativo e institucional (no se adquieren ni se codifican en cursos de formación escolar o postescolar), pero que se transmiten de forma más o menos tácita en el seno de las comunidades locales como una especie de patrimonio original capaz de identificar las características distintivas de la comunidad.

El procesamiento de la piedra, de la madera en todas sus variantes, que también pueden atribuirse a las características ambientales y naturales de los territorios, constituyen las características de las actividades que se han mantenido a lo largo del tiempo, constituyendo las condiciones para adquirir ingresos de cierta importancia en la venta y distribución de los bienes finales.

Incluso los trabajos en áreas más específicas, como la producción de objetos cerámicos, tradicionales y artísticos, representan casos y situaciones en las que el conocimiento práctico está conectado con el conocimiento que se ha transmitido a lo largo del tiempo, dentro de los grupos y comunidades profesionales; estos, en el pasado sin el apoyo de los centros de formación específicos, transmitieron habilidades y destrezas dentro incluso de las relaciones intergeneracionales, los artesanos de edad avanzada con los jóvenes, destinadas a confirmar la producción de bienes y objetos sin la mediación de las tecnologías mecánicas o de otro tipo (Sacco, Segre, 2009; Polci, 2015).

Incluso en intervenciones recientes se ha reconocido a menudo la persistencia en el tiempo de la producción de bienes de calidad de matriz artesanal, en territorios ajenos a las zonas de urbanización y concentración de la actividad industrial; aunque los canales comerciales, incluso los pequeños, han permanecido abiertos y accesibles, se ha mantenido la identificación de la producción artesanal con los pueblos, las aldeas, incluso los centros periféricos que a menudo han seguido haciendo visibles los bienes producidos.

La reciente evolución de los itinerarios y perfiles de formación para el trabajo y las profesiones ha favorecido una mayor cualificación de las actividades de producción artesanal, contribuyendo a su visibilidad en el ámbito comercial; la

formación técnica también ha favorecido la especialización de la producción de bienes, que se ha beneficiado del apoyo de tecnologías dirigidas a fases de producción específicas.

Gracias a la combinación de estos factores, la producción de bienes artesanales está favoreciendo el redescubrimiento de las comunidades y de los territorios donde esta actividad no se ha dispersado, pero también ha permitido una evolución positiva hacia una diversificación de los destinatarios de estos bienes.

Por ejemplo, consideremos la producción de productos agroalimentarios, que en cierto modo no están relacionados con la producción industrial, pero sí con los conocimientos y las prácticas de producción y transformación. La producción *in situ* de leche, queso y otros productos alimentarios, que se traducen en bienes finales utilizables en el marco de los mercados denominados de “kilómetro cero”, deslocalizan las relaciones entre productores y consumidores, devolviendo la centralidad a los centros periféricos de la organización de las actividades económicas.

Este sistema, esencialmente autoformado, tiende a crecer y ampliar el complejo de relaciones entre los consumidores y los centros y estructuras distribuidos en territorios no inmediatamente circunscritos.

En esta dirección, sin embargo, el interés de la investigación económica no parece moverse de forma significativa, mientras que la misma investigación aplicada de las ciencias sociales es todavía débil, lo que puede poner de manifiesto la diferente matriz de motivaciones e intereses que los grupos y comunidades sociales manifiestan para una cultura de vida social diferente, optando a menudo por una producción de calidad tanto entre los bienes de capital como entre los alimentos.

4.3 Viejos-nuevos caminos para una comunidad cooperativa

Aun partiendo de una representación parcial e inadecuada de los procesos de innovación social que tienen lugar en las comunidades y territorios, en la medida en que se consideran áreas periféricas, o más bien internas, con respecto a la centralidad de las macroáreas urbano-industriales, es necesario tener en cuenta lo que ocurre en el interior de las comunidades que han quedado muy debilitadas como consecuencia de su marginalidad.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

El aislamiento natural, la no adaptación de las dinámicas y estructuras de conexión física y comunicativa, el envejecimiento de la población residente, la inadecuada e insuficiente actuación de las instituciones locales que a menudo crean dispersión y debilitamiento de los recursos sociales existentes, la progresiva reducción y a menudo extinción de los servicios esenciales para la vida de la comunidad (cierre de comercios y espacios de encuentro social para el tiempo libre, dependencia externa para los servicios educativos, culturales, sociales y sanitarios), conduce hacia una reducción sustancial de las relaciones sociales determinando una progresiva reducción de su vitalidad y capacidad reproductiva. En otras palabras, se acelera el aislamiento de los individuos, los grupos y las familias, reduciendo la comunicación y se comprimen aquellas prácticas de intercambio y participación que, sin ser mencionadas ni percibidas, eran capaces de regenerar las condiciones positivas de la vida social de una comunidad.

La reducción de la vitalidad de las relaciones sociales y de las comunicaciones en el seno de los grupos y de las comunidades produce también, junto con el debilitamiento de la reciprocidad, la reducción efectiva de las condiciones capaces de manifestar las expresiones de la mutualidad: en la carencia de relaciones sociales se reduce progresivamente la capacidad de compartir los déficits y, por tanto, de actuar por parte de los individuos y de los grupos para llenar el vacío y resolver los problemas que hacen frágiles y discontinuas las relaciones sociales (Bortoletto, 2008).

La mutualidad como acción recíproca y de doble dimensión destinada a mantener y reforzar la reciprocidad de las relaciones sociales, si parecía formar parte casi de la fisiología de la vida de una comunidad social, parece cada vez más debilitada al verse privada de las condiciones de coparticipación que los individuos y los grupos sociales eran capaces de manifestar incluso y sobre todo en las ocasiones de mayor tensión para la estabilidad de la vida comunitaria.

Por lo tanto, es necesario construir respuestas capaces de redefinir y, sobre todo, reconstruir el tejido de las relaciones sociales, caracterizadas por la reciprocidad y las condiciones de mutualidad. Resulta oportuno -en otras palabras- destacar una dimensión, la ética, expresada por la comunidad de relaciones sociales, que se revela estratégica para la activación de acciones

en la comunidad y por la comunidad, a fin de reconstruir las condiciones indispensables para la reactivación de las condiciones de reciprocidad y mutualidad, indispensables para la vida de la comunidad. La reactivación de las condiciones para una regeneración del desarrollo local no puede subestimar la dimensión ética de la que parten las acciones y decisiones, llevando a los sujetos a compartir y aceptar una condición de responsabilidad individual y social que deben afrontar como comunidad. La comunidad se presenta conscientemente como una *comunidad cooperativa*, una respuesta que la comunidad se da a sí misma para que sus miembros -empezando por los más débiles- se conviertan en protagonistas de un desarrollo integral de la comunidad y su territorio (Zamagni, 2005).

Hacia esta dirección se mueven muchos casos de pequeñas empresas que, como cooperativas comunitarias, demuestran ser capaces de reunir como miembros no a personas destinadas a convertirse en empleados subordinados, sino a personas, conocimientos y habilidades destinadas a devolver a la comunidad los recursos que le han faltado en el tiempo y en el espacio: el centro social comunitario, el centro educativo para menores, el centro de acogida para personas en circunstancias difíciles, el servicio de transporte a las estructuras de servicios sociales y sanitarios, etc., para personas que carecen de los medios e instrumentos necesarios para la movilidad, recursos que pueden utilizarse para préstamos éticos y no bancarios para satisfacer necesidades urgentes. Para las personas que carecen de los medios y las herramientas necesarias para la movilidad, recursos que pueden utilizarse para préstamos éticos y no bancarios para satisfacer necesidades urgentes. Un conjunto de acciones e intervenciones destinadas a recrear las condiciones de una vitalidad explícita siempre reconocida y valorada por el conjunto de la comunidad.

Las experiencias actuales de las cooperativas comunitarias, a pesar de su diversidad, inducida por la diversidad de los territorios y pequeñas comunidades en las que se establecieron, representan un caso significativo de respuesta que se puede dar a las necesidades del desarrollo local; con una combinación de recursos -desde capital social y cultural hasta capital económico- que no parecen compatibles con los de las empresas de capital, así como las propias empresas cooperativas orientadas a la

producción de bienes y servicios, con el uso significativo de recursos humanos reconocidos.

Por lo tanto, incluso en este caso, existen condiciones inéditas e imprevistas desde hace tiempo (en la medida en que no han sido planificadas y no pueden ser programadas) para un crecimiento no sólo económico (*growth*); el *development* se centra en el reconocimiento del papel que pueden desempeñar explícitamente las empresas, desplegando recursos que deben ser cuidadosamente revalorizados: *los recursos de los territorios y las comunidades* que pueden superar su condición de marginalidad y afirmar su centralidad en un contexto de creciente diferenciación económica y social.

Referencias bibliográficas

- Ardigò A., (1982), *Crisi di governabilità e mondi vitali*, Cappelli, Boloña.
- Bessièrè, J. (1998). Local development and heritage: traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. *Sociologia ruralis*, 38(1), 21-34.
- Bonomi A., De Rita G., (1998), *Manifesto per lo sviluppo locale*, Bollati-Boringhieri, Torino.
- Bortoletto N., (2008), *La svolta locale della Ricercazione: la dimensione e la pratica dello sviluppo locale*, en E. Minardi, N. Bortoletto, (a cura de), *Ricercazione, Innovazione, Sviluppo Locale*, FrancoAngeli, Milano, pp. 18-28, ISBN: 978-88-917-1359-9.
- Bridger, J. C., & Alter, T. R. (2006). Place, community development, and social capital. *Community Development*, 37(1), 5-18.
- Canzanelli, G. (2009). State of the art review on Local Economic Development Agencies. *Brussels: International Link and Services for Local Economic Development Agencies Working Paper*, (12).
- Fadda, S. (2010). Sviluppo locale e obiettivi della programmazione, *Argomenti: Rivista di Economia, Cultura e Ricerca Sociale*, 29, 2010, p. 1-19.
- Fitzgerald, J., & Wolak, J. (2016). The roots of trust in local government in western Europe. *International Political Science Review*, 37(1), 130-146.
- Garofoli, G. (2009). Regional and local development, *Scienze Regionali*, 8, 3.
- Howells, J. R. (2002). Tacit knowledge, innovation and economic geography. *Urban studies*, 39(5-6), 871-884.
- Huang, H. C., & Chang, S. E. (2018). Localized Innovation of Knowledge Community: Creation of local knowledge and learning landscape. *Environment-Behaviour Proceedings Journal*, 3(7), 87-94.

La Spina, A. (2008). Ambizioni e insuccessi di alcune politiche di sviluppo locale per il Mezzogiorno. Patti territoriali e Programmi integrati territoriali (Pit). *Quaderni di Sociologia*, (48), 21-38.

Magnaghi A. (2007). Il territorio come soggetto di sviluppo delle società locali. En *Etica ed Economia*, 2, 2007. Milano: Franco Angeli. DOI: 10.1400/95490

McQuaid, R. W. (2002). Entrepreneurship and ICT industries: support from regional and local policies. *Regional Studies*, 36(8), 909-919.

Migliaccio, G., Lurgi, M., & Aufiero, V. A. (2018). Business networks in Italian tourism. Case study: 'Rete Destinazione Sud'. *International Journal of Leisure and Tourism Marketing*, 6(2), 117-135.

Minardi E., (2019), *Locale e globale: gli effetti di ritorno della globalizzazione silenziosa*, en D. Grignoli, N. Bortoletto, (a cura de), *Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*, FrancoAngeli, Milano.

Minardi E., (2020), *Fare progettazione sociale*, Homeless Book, (e-book).

Minardi E., (2021), *Fare sviluppo locale*, Homeless Book, (e-book).

Minardi E., Bortoletto N., (2008), *Il distretto del gusto: Nuovi sistemi produttivi di loisir, tra deficit di politiche e nuovi processi di sviluppo locale*, en R. Lavarini (a cura de), *Viaggiare Lento*, Hoepli, Milano, ISBN 978-88-203-4057-5, pp. 87-111.

Mungmachon, M. R. (2012). Knowledge and local wisdom: Community treasure. *International Journal of Humanities and Social Science*, 2(13), 174-181.

Polci S., (2015), (a cura de), *Territori comuni. Dai talenti alle reti*, UnionCamere, Roma.]

Sacco, P. L., & Segre, G. (2009). Creativity, cultural investment and local development: a new theoretical framework for endogenous growth. In *Growth and innovation of competitive regions* (pp. 281-294). Springer, Berlin, Heidelberg.

Schulze-Boing, M. (2010). Inclusion and local development. Challenges for local and regional government. *Revista de Asisten Social*, (4), 147-152.

Steiner, A. A., & Farmer, J. (2018). Engage, participate, empower: Modelling power transfer in disadvantaged rural communities. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 36(1), 118-138.

Stimson, R. J., Stough, R., & Nijkamp, P. (Eds.). (2011). *Endogenous regional development: perspectives, measurement and empirical investigation*. Edward Elgar Publishing.

Trigilia C., (2006), *Sviluppo locale: un progetto per l'Italia*, Laterza, Bari.

Trigilia, C. (2001). Social capital and local development. *European journal of social theory*, 4(4), 427-442.

Turnovsky, S. J. (2000). Growth in an open economy: some recent developments. *National Bank of Belgium Working Paper*, (5).

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Volpini, D., (1992), *Antropologia e sviluppo*, CUAMM, Padua.

Warner, M. (2001). Building social capital: The role of local government. *The Journal of Socio-Economics*, 30(2), 187-192.

Zamagni S., Bruni L., (2004), *Economia Civile*, Bologna, Il Mulino.

Zamagni S., (2005), *Per una nuova teoria economica della cooperazione*, Bologna: Il Mulino, 2005

LETRACAPITAL

QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL

As condições gerais de produção, o saneamento básico e o desenvolvimento metropolitano: um olhar desde a periferia

André Santos da Rocha¹
Floriano Godinho de Oliveira²

Introdução

O debate sobre o desenvolvimento metropolitano [pensado aqui como uma dimensão do desenvolvimento regional] que emerge na contemporaneidade não está associado apenas aos temas que envolvem moradia, mobilidade e a dinamização de circuitos produtivos. Essa discussão dirige-se também às condições de habitabilidade e de vida das populações. Neste quesito destaca-se a reflexão sobre o saneamento básico, elemento que influencia nas dimensões da saúde e qualidade de vida e bem-estar socioambiental, bem como estão relacionadas a formas de desenvolvimento social

O saneamento básico se faz como premissa para o desenvolvimento social e se constitui também como uma condição geral de produção em ambiente urbano, na medida em que é considerada como infraestrutura para as atividades econômicas. Ela é parte integrante e indissociável dos direitos mais amplos na luta pelo direito à cidade, portanto parte integral de um desenvolvimento urbano-regional.

No Brasil, o valor universal de acesso ao saneamento básico é um princípio da Lei 11.445/2007 – Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – (AUGUSTO *et al.*, 2015). Esta lei considera saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais que propiciam no município o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, e a limpeza

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil)

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

urbana e manejo de resíduos sólidos³. Desse modo, analisar as políticas públicas de saneamento nos territórios sustenta, por exemplo, debates sobre o direito à água, que é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2010, como um direito humano (CASTRO, ELDER, MORAIS, 2015).

Outrossim, Heller (1998) indica que a temática do saneamento implica numa gestão de recursos financeiros e atrela impactos benéficos desse tipo de política em indicadores de desenvolvimento social que influencia em vários aspectos da saúde pública. Assim, a efetividade das políticas de equidade territorial do acesso à água e saneamento permitem promover políticas de desenvolvimento social no ambiente urbano.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo trazer algumas considerações para se pensar o desenvolvimento metropolitano tendo como foco as políticas de saneamento a partir da realidade de uma parte da periferia metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil), conhecida popularmente como Baixada Fluminense.

Elementos teóricos para pensar as políticas de saneamento: condições gerais de produção e desenvolvimento metropolitano.

As políticas de saneamento devem ser entendidas como uma forma de cooperar para a superação de injustiças territoriais e propiciar condições para o crescimento econômico e o desenvolvimento social a partir do incremento da infraestrutura básica às populações. Não podemos perder de vista que as estruturas de redes técnicas relativas ao abastecimento hídrico e ao esgotamento sanitário se constituem enquanto “consumo coletivo” na realidade metropolitana e estão atreladas diretamente à reprodução dos meios de produção.

Podemos remeter a Sandra Lencioni (2007), quando resgata a noção em Marx de “condições gerais de produção”, a importância dada às categorias de consumo produtivo que são entendidas como consumo coletivo. Para ela, um consumo coletivo é

³ <http://www.cidades.gov.br/saneamento/panorama-dos-planos-de-saneamento-basico-no-brasil>.

fundamental para a análise das lógicas de reprodução do ambiente urbano, porque esse tipo de consumo necessita ser pensado por sua íntima relação com a estrutura produtiva e social, pois “seu valor de uso é coletivo e responde a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente” (LENCIONI, *ibidem*). Nesse sentido, precisamos entender que a realidade metropolitana é composta de uma infinidade de redes técnicas materiais e imateriais (gasodutos, oleodutos, rodovias, ferrovias, telecomunicações, redes de água e esgoto etc.) e a disposição territorial delas estão, de alguma forma, atreladas às “condições gerais de produção”.

Para Lencioni (2007), as condições gerais de produção podem ser entendidas em dois conjuntos: [a] os de conexão direta – aqueles que atendem diretamente à reprodução do capital, em sua forma básica e elementar da realidade urbana como rodovias, oleodutos e ferrovias; e [b] os de conexão indireta – correspondem aos meios de consumo coletivo que estão associados aos sistemas de processo de produção de forma indireta, ou seja, atendem em alguma medida à produção do capital, porém não estão ancorados na lógica produtiva direta, e aqui podemos mencionar as redes de água e esgotamento sanitário.

A partir das condições gerais de produção, podemos pensar as assimetrias territoriais do acesso às quais as redes técnicas são postas. Isso inclui pensar as políticas de saneamento, uma vez que sua materialização é a efetivação de redes de abastecimento. Assim, se elas são parte de conexões indiretas das condições gerais de produção da realidade regional metropolitana, entenderemos o porquê de sua condição desigual no território.

Por isso é que se torna relevante pensarmos as políticas de saneamento para o desenvolvimento regional, pois precisamos fomentar ações que promovam a ampliação e acessibilidade econômicas e sociais importantíssimas de consumo coletivo. Trata-se, portanto, de ativar elementos do desenvolvimento aplicado para as pessoas e pensadas a partir das pessoas.

A plena implantação de sistemas amplos de abastecimento de água e de acesso ao esgotamento sanitário, por exemplo, é fundamental para ampliar, como diria David Harvey (2009), a promoção da “justiça espacial na cidade”, logo na realidade regional metropolitana. As políticas públicas na prática é o Estado

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

em movimento; sua construção e implementação são parte indissociável da forma como o espaço é produzido, logo, sua leitura não pode ignorar relações entre Estado, Capital e o Território (OLIVEIRA, ALGEBAILLE, 2019, 2020) para que possamos entender a produção desigual da realidade metropolitana.

É característica das periferias das regiões metropolitanas no Brasil a precária condição da oferta de saneamento básico, o que revela os problemas que marcam a segregação e a inacessibilidade de direitos e a democratização desses espaços. Para Heller (1998, p. 74), “a problemática do saneamento encontra-se fortemente associada ao modelo socioeconômico praticado e que a população mais vulnerável corresponde justamente àquela excluída dos benefícios do desenvolvimento”. Nesse sentido, repensar a oferta de saneamento básico em um modelo de desenvolvimento parte diretamente de repensar os modelos em seu contexto regional [em nosso caso, metropolitano].

Por sua vez, Brandão (2012, p. 45), ao fundamentar a importância dos estudos no contexto do desenvolvimento regional, tece críticas às teorias de análise localista em detrimento da necessária articulação das escalas geográficas. O autor apresenta vários termos que serviriam de guia analítico para avaliar as políticas no atual contexto. Entendemos que quatro deles têm relação direta com a temática do saneamento: “equidade, justiça ambiental (intergeracional), pouca capacidade de regulação local e ética”. Esses indicadores podem servir como “orientadores analíticos” para analisar as diferenças que podem ser produzidas no processo estrutural do desenvolvimento, em especial nas elaborações das estratégias e planos regionais.

Entendemos que tais planos, planejamentos regionais urbano-metropolitanos, necessitam ir além da objetividade funcional das estruturas urbanas e interpretá-las como verdadeiras funções econômico-sociais. O saneamento, em suas múltiplas dimensões, agrega claramente elementos mais triviais da vida comum no que tange ao acesso às redes de água e esgotamento sanitário, mas também diante de uma economia política da natureza sob égide neoliberal é também transformada em mercadoria a ser administrada, financiada e apropriada por agentes do capital financeiro e de iniciativas privadas. Trazendo, assim, uma relação conflituosa entre um bem comum e a mercadoria a ser valorada. Sendo,

portanto, um desafio para garantir o abastecimento a áreas que claramente são as mais empobrecidas das cidades. Nesse sentido, necessitamos trazer um olhar dessa dimensão territorial do saneamento metropolitano a partir da realidade periférica do Rio de Janeiro (Brasil).

O plano de desenvolvimento urbano integrado: um olhar desde os territórios da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI-RMRJ) foi concluído em 2018. Este documento aponta a necessidade de repensar a questão do desenvolvimento metropolitano, trazendo pontos nevrálgicos para o andamento de políticas econômicas e ambientalmente sustentáveis. Há diferentes menções e diagnósticos sobre temas relevantes como mobilidade e transporte, habitação, emprego, renda e, também, sobre o saneamento.

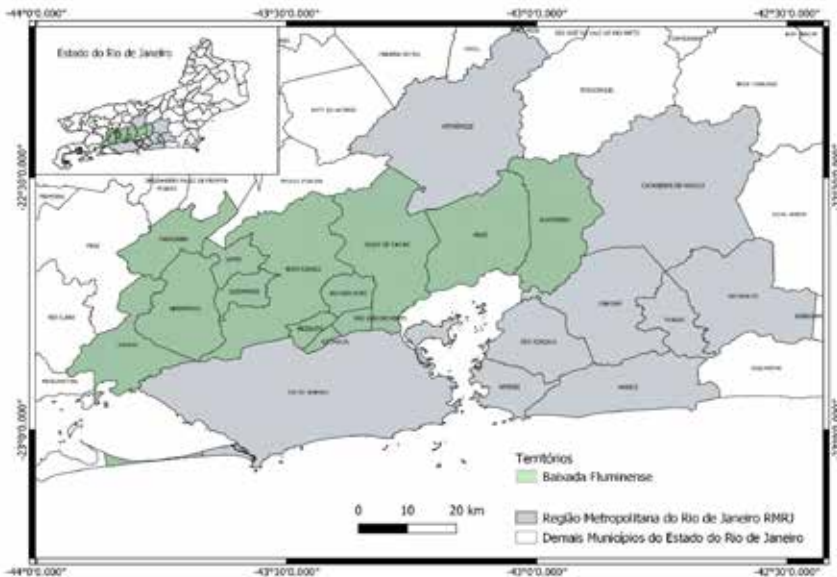
O saneamento é apontado como uma forma de promoção do desenvolvimento da RMRJ, e compreende as estruturas técnicas relativas ao abastecimento hídrico e ao tratamento de esgoto como fundamento de uma promoção justa e equilibrada do ambiente urbano. O documento dedica cerca de 41 páginas para o tema do “Saneamento Básico e a resiliência ambiental” (PDUI/RMRJ, 2018, p. 204-245)⁴. Em geral, o plano aponta o equacionamento do déficit do acesso à água e ao esgotamento sanitário, segurança hídrica e a questão dos resíduos sólidos como elementos a serem superados no desenvolvimento metropolitano. Sobre o esgotamento sanitário, Britto e Quintslr (2020, p. 451) destacam que o documento “indica que a cobertura ainda é falha, e o tratamento dos esgotos é ainda mais incipiente” e que isso fica mais nítido no recorte dos municípios da periferia metropolitana popularmente conhecidos como Baixada Fluminense, revelando graves contrastes regionais no interior da RMRJ.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é caracterizada por profundas diferenças internas, marcando grandes contrastes

⁴ <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/10/PRODUTO-19-TOMO-I-FINAL-PARA-WEB.pdf>. Acesso em 20/12/2020.

de desigualdades e de uso econômico produtivo em sua dinâmica interna (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2020). A Baixada Fluminense é parte da periferia dessa região metropolitana, localizada na porção oeste da Baía de Guanabara, que apresenta também suas diferenças econômicas e sociais internas⁵ (ROCHA, 2014), e é uma área que historicamente sofre com as questões relativas ao saneamento básico [ver Figura 1].

Figura 1 – Localização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com destaque para os municípios da Baixada Fluminense.

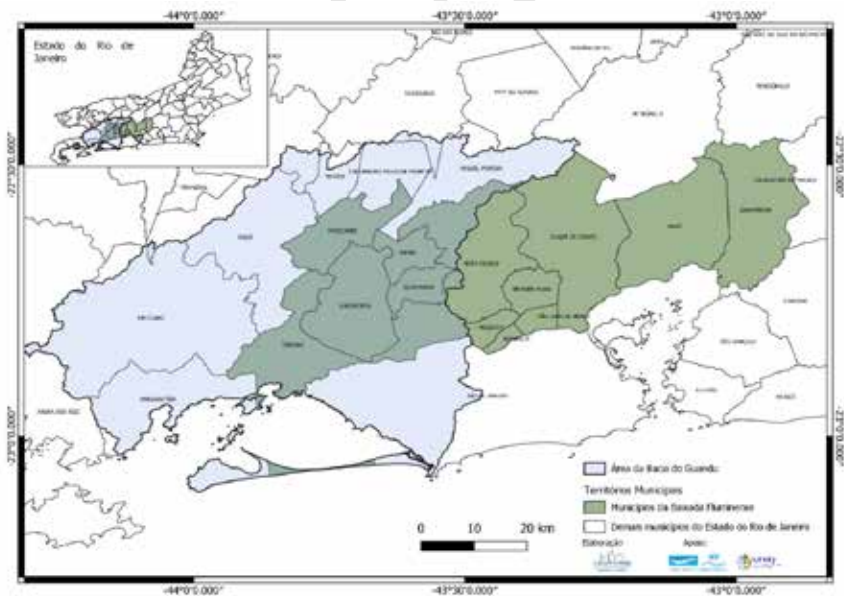


A própria origem etimológica do nome dessa área, que vem do latim *flumen*, remete à presença de rios que passam pelos municípios que são abrangidos por essa região, e esse fato potencializa a necessidade de se pensar as relações da “socio-natureza” (SWYNGEDOUW, 2004) no que tange às lógicas do território e às políticas públicas que são desenvolvidas para otimizar a ocupação dessas áreas.

⁵ A despeito de uma infinidade de definições que se pode fazer, entendemos a Baixada Fluminense como os municípios periféricos da porção oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, atualmente composta por 13 municípios: Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

É destacado em uma ampla bibliografia (SIMÕES, 2007; ABREU, 2006) que há problemas estruturais nos municípios da Baixada Fluminense que envolvem as dinâmicas da urbanização com saneamento precário (BRITTO, 2015; PORTO, 2001), somadas às próprias condições do sítio (GEIGER, SANTOS, 1954), e que potencializam e revelam problemas de drenagem, acesso à água potável e ao esgotamento sanitário adequado. Essas características remetem à necessidade de se pensar as políticas para o desenvolvimento urbano a partir desses territórios, uma vez que parte desses municípios estão inseridos em importantes bacias hidrográficas, como é o caso da Bacia do Guandu, que tem os municípios de Queimados, Japeri, Itaguaí, Seropédica e Paracambi integralmente inseridos na esfera de gestão dessa bacia (Bacia Hidrográfica II – Guandu) [ver Figura 2].

Figura 2 – Localização dos municípios da Baixada Fluminense inseridos na Bacia do Guandu.

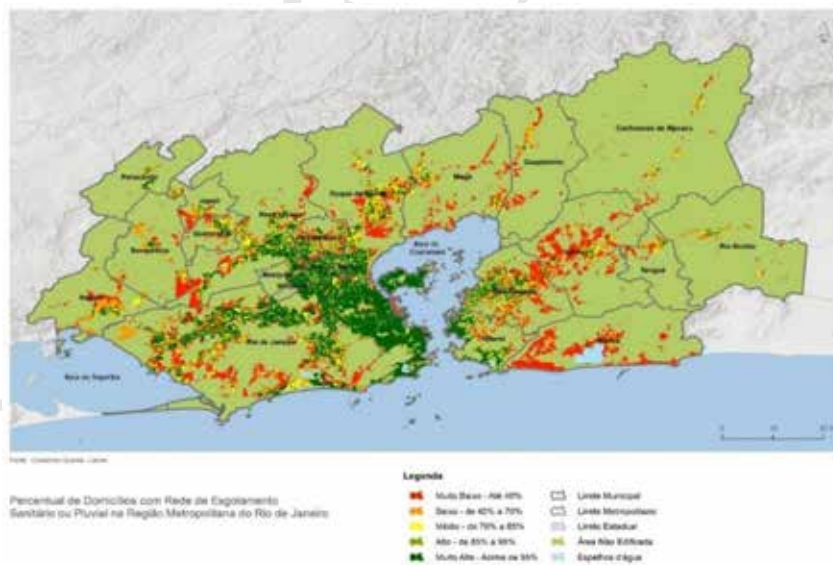


A referida bacia é considerada uma das mais importantes para o abastecimento metropolitano, servindo a mais de 7 milhões de pessoas. Logo, ela assume uma posição estratégica para a sustentabilidade metropolitana no tocante à segurança

hídrica. Por outro lado, esse abastecimento em níveis de qualidade depende tanto da existência de redes técnicas que levam os fluxos de águas às casas quanto da qualidade ambiental da água da região. Isso se articula diretamente à necessidade de redes de coleta de esgotos e do seu tratamento para que possam garantir a devida qualidade das águas às populações dessa periferia da metrópole. Essa bacia também é importante na geração de energia elétrica (OLIVEIRA, 2019)

Todavia, os municípios da Baixada localizados na porção oeste da metrópole – os mesmos que estão inseridos na Bacia do Guandu – são aqueles que apresentam problemáticos indicadores quanto às redes técnicas de acesso ao esgotamento sanitário, implicando na materialização da relação entre a presença de redes e elementos da divisão territorial do trabalho na metrópole fluminense [ver Figura 3].

Figura 3 – Percentual de domicílios permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial.



Fonte: PDUI-RMRJ, 2018, p. 234.

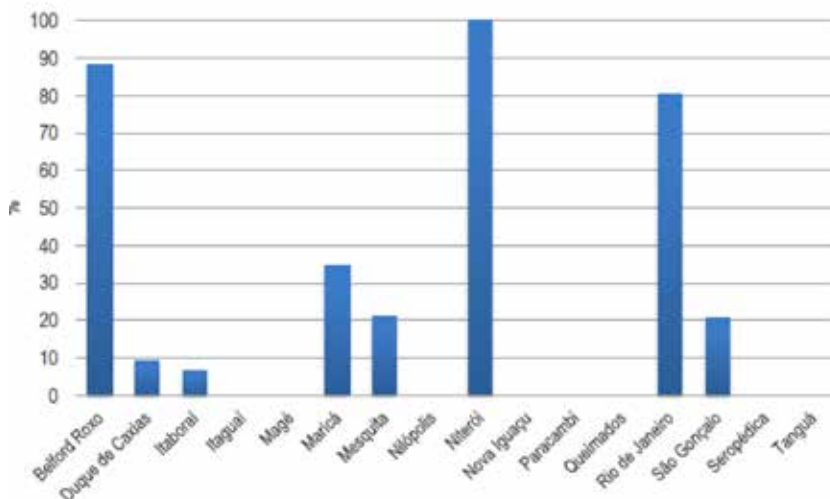
A leitura do mapa acima, que faz parte do PDUI-RMRJ, indica que a maior parte das áreas urbanas dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Japeri e Queimados apresentam um percentual muito baixo de habitações que estão diretamente

ligadas às redes de esgoto. Esse fato pode ser explicado tanto pela formação espacial da metrópole fluminense quanto pelas condições gerais de produção.

Rocha e Melchior (2020) indicam que esses territórios fazem parte da expansão da periferia imediata da região metropolitana, apresentando novos usos econômicos e sociais, logo apresentando novas demandas da estrutura urbana. Ao mesmo tempo que, com parte da periferia, apresenta já em sua gênese problemas estruturais de sua condição cidadina, tendo em sua história territorial a expansão e a rápida substituição de uso de áreas rurais para áreas urbanas em formato de loteamentos (GEIGER, SANTOS, 1954) sem o devido tratamento de estruturas que pudessem garantir o abastecimento de água, coleta de esgoto e a drenagem de águas pluviais. Logo, prevaleceu a ausência de políticas públicas que pudessem garantir uma infraestrutura urbana mínima. Outrossim, as condições gerais de produção da região metropolitana permitem entender o lastro de abandono dessas redes técnicas, que são sumariamente importantes para se pensar o desenvolvimento social nessa periferia da metrópole. Como tais redes compõem o que Lencioni (2007) denomina de “conexão indireta”, elas acabaram sendo relegadas ao segundo plano, em detrimento de outras redes técnicas de circulação (inclusive podemos citar ações recentes para redes de potencial logístico, como é o caso do Arco Metropolitano). Ao mesmo tempo, a estrutura do desenvolvimento desigual no território permite perceber assimetrias internas que materializam o fato de existirem áreas mais enriquecidas que nitidamente apresentam um maior percentual de residências ligadas às redes de esgoto em detrimento de outras áreas dentro de cada município.

No documento PDUI-RMRJ há dados que referendam essa diferenciação metropolitana, reforçando o quadro de desigualdades socioespaciais no acesso às redes de tratamento de esgotamento sanitário. A partir dos dados do Sistema Nacional de Informações Sobre o Saneamento Básico (SNIS) do ano de 2016, é possível identificar que os municípios de Itaguaí, Seropédica, Queimados e Paracambi não apresentavam tratamento de esgoto sanitário [ver Figura 4].

Figura 4 – Gráfico do índice de Tratamento de Esgoto – 2016.



Fonte: PDUI-RMRJ, 2018, p. 237.

Esses dados, além de reforçarem o desafio das desigualdades no acesso ao tratamento do esgotamento no âmbito do desenvolvimento da metrópole, destacam as fragilidades nos territórios periféricos e o forte impacto que pode causar na qualidade da água, o que cria pressões sobre a sustentabilidade para a Bacia Hidrográfica do Guandu. Nesse sentido, as condições gerais de produção no âmbito da metrópole reafirmam territórios desiguais, que sobrepõem a inexistência ou precárias condições de estruturas de acesso à água e esgotamento sanitário, condições de urbanização periférica, e aspectos sociais com forte aderência à área de habitação popular ou com estratus econômico das classes média-baixa e baixa.

Quando acessamos os dados do SNIS no ano de 2019 para o tratamento de esgotamento sanitário veremos que esse quadro pouco mudou. A situação é mais gritante quando comparamos a estimativa populacional de 2021, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os municípios da Baixada Fluminense que estão inseridos na Bacia do Guandu, com a população total atendida com rede de esgoto em 2019, e teremos quadros ainda mais problemáticos [ver quadro abaixo].

Quadro 1 – Comparativo da população total atendida com esgotamento sanitário e o percentual em relação à população estimada das cidades da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu.

Município	População total atendida com esgotamento sanitário [2019]	Estimativa da população em 2021 (IBGE)	percentual da população atendida com esgotamento sanitário.
Itaguaí	25.182	136.547	18%
Japeri	*	106.296	*
Paracambi	36.700	53.093	69%
Queimados	35.331	152.311	23%
Seropédica	16.937	83.841	20%

Fonte: SNIS 2019 / IBGE cidades 2021 / * sem dados disponíveis no SNIS.

O quadro acima aponta que na maior parte desses municípios o atendimento não ultrapassa a casa dos 23% (Seropédica, Itaguaí e Queimados); Paracambi apresenta uma proporção de 68%, que ainda é considerado com um nível baixo, segundo o mapa presente no próprio PDUI [Figura 3]. Na mesma condição está Japeri, que não apresentou dados relativos ao ano de 2019 no SNIS, porém é sabido de suas condições precárias, o que não difere dos demais municípios.

Por fim, em movimento recente, diante das medidas de alterações de um estado neoliberal (HARVEY, 2009) que instalam no Brasil os ajustes para manter o equilíbrio fiscal no Rio de Janeiro, avançou-se sobre a monetização e privatização dos recursos relacionados ao saneamento, logo as fortes pressões para privatizações e concessões são uma realidade. A partir dessa condição precária de acesso às redes de esgotamento sanitário nesses territórios da Bacia do Guandu emerge mais um desafio institucional e econômico diante da privatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE), responsável pelos serviços de água e esgoto de maior parte dos municípios metropolitanos do Rio de Janeiro. O que inclui a maior parte desses territórios. Há cidades em que parte do serviço é também ancorado em empresas públicas municipais, como é o caso de Japeri que tem os serviços de esgoto associados à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), porém

as medidas de privatização da empresa estadual que atua no território fluminense podem impactar os serviços de abastecimento de água, uma vez que a CEDAE atua também nesse ramo.

No processo de privatização da CEDAE estabeleceu-se uma divisão em quatro blocos, levando em consideração áreas de abastecimento e serviços. O que nos chama atenção é o fato de que a maior parte dos territórios que estão inseridos na Bacia do Guandu não foi arrematada na primeira rodada de loteamento da Cedae, realizado em 30/04/2020, no denominado Bloco 3, que inclui totalmente os territórios de Seropédica, Itaguaí e Paracambi (municípios da periferia metropolitana), parte da zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro e os territórios de Pinheiral, Rio Claro e Piraí (municípios do interior). Entre as muitas especulações e apontamentos técnicos para o não arremate por iniciativa do mercado seria o elevado custo para a efetivação da universalização, além do grande número de perdas financeiras existentes nessa região.

Em 29/12/2020 foi realizada a segunda rodada para concessão desse Bloco 3, que teve sua estrutura de formação territorial reformulada pelo BNDES, sendo incluídos dessa vez 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro, ou invés dos sete da rodada anterior. Esse bloco foi arrematado pelo grupo Saab Participações pelo valor de 2,201 bilhões de reais. A nova rodada recebeu propostas também da Aegea, que ganhara outros dois lotes na rodada anterior (Lotes 1 e 4), e teve o valor de proposta superado pelo grupo Saab nessa disputa do Bloco 3. A venda desse novo lote, sendo arrematado então com novos municípios, reforça ainda as preocupações em saber sobre as condições de efetividade e universalização nas periferias urbanas da região metropolitana, uma vez que somente após a inclusão de outros territórios do interior fluminense é que houve interesse da iniciativa privada na apropriação dessa parte da antiga CEDAE.

Considerações finais.

O abastecimento de água e, em especial, do acesso aos serviços de esgotamento sanitário com ampla conectividade das casas com as redes técnicas de coleta e tratamento de esgoto, se

apresenta como um desafio ao pleno desenvolvimento metropolitano. A leitura territorial da distribuição dessas redes técnicas a partir da ótica das condições gerais de produção da metrópole nos ajudam a entender, em parte, as assimetrias dessa distribuição que estão imbricadas com a própria organização urbana em condições precárias na periferia urbana.

Os exemplos dos territórios da Baixada Fluminense, como parte da periferia metropolitana, que estão inseridos na Bacia do Guandu, trazem importantes lições na compreensão desse quadro tão desigual de acesso. De um lado, há uma importante bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento metropolitano; de outro, seus territórios são postos em extrema carência do acesso adequado às redes de coleta e do tratamento do esgotamento sanitário, o que implica em impactos profundos na sustentabilidade da região e da segurança hídrica metropolitana.

Outrossim, as condições gerais de produção no contexto metropolitano nos ajudam a entender o porquê do desinteresse do capital por essas áreas que, mesmo com as concessões de serviços privados, essas populações estarão à mercê de precária condição de acesso às redes técnicas de água e esgoto, pelo simples fato de que as redes de águas e esgoto não estão associadas diretamente à reprodução sistêmica das mercadorias a serviço da produção. Por isso, é necessário romper com a lógica de desenvolvimento *sub judice* do capital e pensar no desenvolvimento como garantia do acesso aos direitos das populações. A lógica saneamento-mercadoria é o que sustenta o jogo das privatizações, por isso o chamado Bloco 3, que abrange os territórios periféricos elencados no texto, e agora, somente com a inclusão de mais municípios, totalizando 21 territórios, é que foram arrematados pela iniciativa privada. Nesse sentido, há um presente desafio: como e quem pode garantir a universalização desse saneamento nessa região estratégica na metrópole diante de um cenário ultraliberal?

Nesse íterim, percebemos que a contradição do desenvolvimento na tutela do Estado neoliberal alimenta como única justificativa o lastro econômico, e cria a partir de sua reprodução o deslocamento em passos largos do lastro social. Há, portanto, uma cisma para o pleno avanço social e sustentável das metrópoles contemporâneas, em especial nas áreas periféricas. Por

isso, se torna relevante olhar o desenvolvimento metropolitano desde as periferias, e partir de outras óticas como a do saneamento, no intuito de constituí-lo com parte do direito humano e não como uma mercadoria a ser consumida.

Agradecimentos

Agradecemos a AGEVAP, pelo apoio financeiro à pesquisa via edital 16/2019 de apoio à pesquisa do Comitê Guandu. Também ao Programa da Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), pelo suporte e apoio na realização do Estágio da pesquisa pós-doutoral.

Referências

ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AUGUSTO, L. G. *et al.* (2012). O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6): p. 1.511-1.522. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a15.pdf>. Acesso em: 05/12/2019.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2012.

BRITTO, A. L. Tarifas sociais e justiça social no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil. *In*: CASTRO, E. J.; HELLER, L.; MORAIS, M. P. (eds.). **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília (DF): IPEA, p. 209-226, 2015.

BRITTO, A. L.; QUINTSLR, S. Políticas e programas para esgotamento sanitário na metrópole do Rio de Janeiro: um olhar na perspectiva das desigualdades ambientais. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 22, n. 48, p. 435-456, maio, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223699962020000200435&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2021.

CASTRO, E. J.; HELLER, L.; MORAIS, M. P. (eds.). **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: IPEA, 2015.

GEIGER, P. P.; SANTOS, R. L. “Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense”. *In*: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XVI, n. 03, julho- setembro, 1954, p. 291-313.

HARVEY, D. **Social justice and city**. Georgia: University of Georgia Press, 2009.

HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 3(2): p. 73-84, 1998. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7152.pdf>> Acesso em: 12/12/2020.

LENCIONI, Sandra (2007). Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, v. XI, n. 245, 2007. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24507.htm>>. Acesso em: 20 abril 2020.

OLIVEIRA, Floriano G.; OLIVEIRA, Leandro D. Espaço Metropolitano, regionalização da economia e reestruturação produtiva no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cuyonomics investigaciones em economia regional**, v. 1, ano 3, p. 39-66, 2020.

OLIVEIRA, F. G.; ALGEBAIL, Eveline. Gestão territorial e políticas públicas no Estado contemporâneo. *In*: MUTIM, Avelar; MOURÃO, Cecília; MELO, Roberto da Cruz; LACERDA, Thayse. (Org.). **Educação ambiental, políticas públicas e gestão social dos territórios**. 1. ed. Curitiba (PR): Editora CRV, 2020.

OLIVEIRA, F. G.; ALGEBAIL, Eveline. As relações entre capital, Estado e território e suas implicações para a análise de políticas públicas. *In*: OLIVEIRA, Eloiza de; OLIVEIRA, Floriano G. de.; AMADO, Luiz Saléh. (Org.). **Política pública e formação humana: contribuições para o futuro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. I, p. 50-73, 2019.

OLIVEIRA, F. G. A geração de energia elétrica – represas e usinas – e redes técnicas de energia e abastecimento de água dela decorrentes no Rio de Janeiro – 1940 a 1960. *In*: CAPEL, Horacio; ZAAR, Miriam H. (Org.). *La electricidad y la transformación de la vida urbana y social*. 1. ed. Barcelona: Geocrítica, 2019, v. I, p. 175-192.

PDUI-RMRJ – PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. (2018). Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/10/PRODUTO-19-TOMO-I-FINAL-PARA-WEB.pdf>. Acesso em: 20/12/2020.

PORTO, H. R. L. **Saneamento e cidadania: trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense**. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ROCHA, A. S. (2014). **As representações ideais de um território – Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 2014.

ROCHA, A. S.; MELCHIOR, L. A mobilidade dos trabalhadores dos

municípios do Extremo Oeste Metropolitano, interações metropolitanas e as redefinições regionais. **Espaço e Economia** [online], 19 | 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.16253>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.

SWYNGEDOUW, E. **Social power and the urbanization of water** – Flows of power. Oxford: Oxford University Press, 2004.

TUBBIS FILHO, D.; ANTUNES, J. C. O.; VETTORAZZI, J. S. (orgs.). **Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim**. Experiências para Gestão dos Recursos Hídricos. Rio de Janeiro: INEA, 2012.

Industrialização periférica e tramas de resistência no espaço metropolitano do Rio de Janeiro, Brasil¹

*Leandro Dias de Oliveira*²

*Victor Tinoco*³

I – Introdução

O espaço metropolitano do Rio de Janeiro assistiu, desde o início do século XXI, à implementação de novos empreendimentos dos ramos industrial e logístico, num processo de consolidação econômica de suas “fronteiras” (OLIVEIRA, 2018). Cidades localizadas nas “bordas” receberam uma série de aportes produtivos e tiveram suas paisagens modificadas pelo fenômeno industrial. A construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no eixo Itaboraí-São Gonçalo, interligado pelo Arco Rodoviário Metropolitano ao Porto de Itaguaí, impactou diretamente a economia do Leste Metropolitano, especialmente as cidades de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Contudo, também houve, em Rio Bonito, a implantação do Parque Industrial e de Serviços, numa área total de 378.900 metros quadrados às margens da BR-101, e mesmo

¹ Este trabalho é fruto de projetos de pesquisa em curso, como: “*Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável na periferia metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil)*”, com auxílio em formato de bolsa do PIBIC-CNPq (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); “*Political ecology of peripheral industrialization*”, vinculado à International Political Ecology Network – POLLEN; “*Geografia Econômica e Rota Cervejeira do Rio de Janeiro: Um estudo sobre reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento regional*”, agraciado com bolsas de iniciação científica (PIBIC-CNPq e IC-FAPERJ) e auxílio financeiro (APQ1 – Auxílio à Pesquisa) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; e também “*Reestruturação territorial e resistências no município de Japeri, RJ: uma análise sobre a emergência de movimentos sociais na luta por justiça territorial – os casos da FAMEJA e MOBILIZA*”, projeto de pós-doutoramento coordenado pelos autores.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil).

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil).

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Tanguá assistiu à chegada da Indústria de Rações Patense. Na parte oeste, que engloba as cidades de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica, também ocorreram intervenções e despontaram novas empresas produtivo-logísticas na borda da região metropolitana, com a redinamização portuária de Itaguaí e a criação e ampliação de distritos, polos, condomínios e demais espaços industriais e logísticos nas outras cidades. O polo petroquímico de Campos Elíseos, que envolve os empreendimentos do entorno da Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobras), situado no eixo da BR-040 na cidade de mesmo nome, também viveu um processo de expansão econômica com o surgimento de novos empreendimentos, como o polo moveleiro e a implantação de galpões logísticos. Todos os três eixos – a norte, a leste e a oeste – são conectados pelo Arco Rodoviário Metropolitano e representam as forças centrípetas e centrífugas do espaço metropolitano fluminense.

A construção do Arco Rodoviário Metropolitano alicerçou uma nova dinâmica espacial para o espaço metropolitano do Rio de Janeiro, especialmente para a região conhecida como Baixada Fluminense, onde passa grande parte da extensão do arco (71 quilômetros), e produziu uma série de remoções e conflitos em suas adjacências no decorrer da obra pela territorialização dos investimentos logístico-industriais (TINOCO, 2020). Não é por outro motivo que movimentos sociais surgiram e se fortaleceram, como o caso da Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais de Japeri (FAMEJA)⁴ e MOBILIZA Japeri⁵ – para ficarmos apenas no exemplo da cidade de Japeri⁶ e nas resistências ao condomínio industrial do bairro Marajoara –, que passaram a atuar na escala local e regional (Baixada Fluminense e Extremo Oeste Metropolitano), nos últimos 10 anos, articulando as demandas

⁴ Fundada no ano de 2010, a federação é composta por 14 associações de moradores e tem como objetivos fortalecer a organização das associações que a compõem e fomentar o movimento associativo no município de Japeri.

⁵ É um movimento social que atua na luta da mobilidade urbana, transporte público e nos deslocamentos não motorizados como direitos sociais, agricultura familiar e turismo de base comunitária.

⁶ É importante destacar que Japeri é um dos municípios mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, mas, ao mesmo tempo, é parte estratégica do plano regional como um dos polos atrativos logístico-industrial na região do extremo oeste metropolitano.

e lutas da população municipal por meio das práticas espaciais de resistência. Eis o objetivo deste capítulo: *discutir teoricamente o avanço da industrialização e as concepções de práticas espaciais de resistência na periferia metropolitana do Rio de Janeiro.*

De antemão, algumas obras podem ser consideradas aqui metodológicas. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (1989) e *Justice, Nature and the Geography of Difference* (1996), de autoria de David Harvey, são centrais para a avaliação das flexibilizações produtivas em curso, para além da dicotomização simples entre modelos fechados. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (1993) e *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions* (2000), de Edward Soja, auxiliam na verificação do fenômeno metropolitano da complexa expansão da metrópole; *Technopolis: High-Tecnology Industry and Regional Development in Southern California* (1993) e *The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth* (1989), o primeiro de Allen J. Scott e o outro de Michael Storper e Richard Walken, entre outras obras (como SCOTT, 2000; SCOTT, STORPER, 1986; STORPER, 1997), auxiliam no exame da retomada do desenvolvimento regional e constituição das aglomerações locais flexíveis.

Sandra Lencioni (*Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro*, 2015, e outras análises, como Lencioni, 1991 e 2011), referência nos estudos sobre reestruturação, nos permite a interlocução sobre a formação da megarregião, fruto da urbanização dispersa Rio de Janeiro-São Paulo e horizonte de integração entre metrópoles. O diálogo com Floriano Godinho de Oliveira, em sua obra *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro* (2008) e outros *papers* recentes (OLIVEIRA, Floriano, 2014, 2019) oferece o instrumental analítico do campo da geografia econômica e aprofundamento dos debates acerca das novas aglomerações produtivo-espaciais, particularmente no espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

A luta política, em nosso estudo, e as práticas espaciais de resistência são questões teórico-metodológicas centrais. Tais práticas podem ser compreendidas em dois grupos, pelas dimensões da insurgência/subordinação/sobrevivência, como resistência subterrânea e resistência pública. A primeira, subterrânea, apresentando-se sob a perspectiva da apropriação e do uso do cotidiano como instrumental de luta dos sujeitos

em suas táticas de resistência, de modo a compreender que essas formas de resistências, que são ocultas, se dão embaixo da linha de visão dos dominantes e assumem um papel importante no processo de articulação das lutas em seu caráter público. A segunda concepção de resistência, pública, pela questão da visibilidade das práticas de resistências tanto dos sujeitos quanto dos dominantes, nas quais as ações dos sujeitos estão subordinadas a um conjunto de ordenamentos jurídicos e sociais. Para isso, a obra *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*, de James Scott (2013), se torna importante por revelar que as resistências são visíveis e invisíveis, e as relações cotidianas são condicionantes para a emergência de levantes, manifestações e outras formas de ações diretas. A partir de Hollander e Einwohner (2004), compreendemos que as resistências são diversificadas e abrangentes tanto em comportamento quanto nos ambientes onde se realizam. Afinal, as autoras indicam que a resistência pode ser facilmente reconhecida nas práticas dos movimentos sociais nas táticas de luta, como os piquetes, as petições, as greves, ou os casos mais recorrentes aqui no Brasil dos acampamentos do MST e MTST, como formas de visibilidade e publicização das lutas.

Dividimos o texto em duas partes principais: na primeira, intitulada “A industrialização da periferia metropolitana fluminense”, é apresentado o atual processo de espraiamento produtivo no espaço metropolitano do Rio de Janeiro do fenômeno industrial, que envolve desde o investimento em novos espaços fabris e requalificação de antigos até mesmo os aportes logísticos correlatos; na segunda, intitulada “A geografia dos conflitos e das resistências cotidianas”, é destacada a análise sobre as resistências, suas visibilidades e invisibilidades como instrumentos de suas táticas, e seus sujeitos em suas práticas espaciais nas diferentes escalas de ação.

II – A industrialização da periferia metropolitana fluminense

Nos últimos anos, assistimos a mudanças na estrutura econômica do Estado do Rio de Janeiro (Floriano OLIVEIRA, 2006 e 2008; PAGANOTO & BECKER, 2012; SILVA, 2012;

SOBRAL, 2013), com redinamização de certas centralidades metropolitanas para além de seu núcleo e complexificação das relações entre capital e interior. Da mesma maneira que a parte central da metrópole carioca, outras cidades metropolitanas e do interior também assistiram ao espraiamento dos serviços em suas diversas formas, com novos hotéis, *shoppings*, supermercados (SIMÕES, 2007; OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009; ROCHA, 2014 e 2015; OLIVEIRA, 2014a), e viveram o típico processo de requalificação urbana à brasileira, combinando a constituição de áreas revitalizadas para a nova classe média, com novos prédios, praças, fachadas e serviços.

Investigações de nossa parte, de forma sistemática e com base nos conteúdos da Geografia Econômica da Indústria, têm buscado caracterizar esse processo de novos investimentos produtivos numa espécie de borda metropolitana fluminense. Por meio de uma série de levantamentos de dados, mapeamentos de campo, visitas técnicas, entrevistas, revisões bibliográficas e de outras fontes documentais, apontamos em outras ocasiões a criação de novos espaços produtivo-logísticos em áreas como o Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, o eixo da BR-040, na cidade de Duque de Caxias, e a parte leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2015, 2018, 2020, 2021, entre outros).

No Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, emergiram novos espaços industriais, como os condomínios industriais de Paracambi, Seropédica e Japeri; foram redinamizados os distritos industriais de Queimados e Santa Cruz, no limite com a cidade de Itaguaí; a região portuária de Itaguaí se tornou muito maior, com a ampliação e modernização do Porto de Itaguaí e criação do Porto Sudeste e de outros terminais de diferentes portes; as condições de retroporto também legitimaram a criação de condomínios logísticos e novos silos de estocagem na periferia imediata da região portuária; o Arco Rodoviário Metropolitano significou também a atração, ainda que menor que o planejado, de empreendimentos em suas proximidades e de condomínios logísticos para tráfego em maior velocidade (CHAGAS, 2017; TINOCO, 2019; GERMANO, 2020; PINHO, 2021).

A Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), importante centralidade da cidade e de fundamental importância para a cadeia petrolífera do Estado do Rio de Janeiro, também

proporcionou a criação de um polo industrial no seu entorno. O Polo Industrial de Campos Elíseos abriga uma série de empreendimentos do ramo petrolífero, químico, logístico e de outras naturezas. Além disso, a BR-040 (Rodovia Washington Luiz), especialmente no trecho entre a Linha Vermelha o início do trecho construído do Arco Metropolitano, também passou a receber novos investimentos, desde empresas do ramo comercial e um polo moveleiro as suas margens (RODRIGUES, 2019).

Na parte leste, formada pelos municípios que compõem historicamente a Grande Niterói, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) modificou as realidades outrora estritamente rurais dos bairros de Itaboraí impactados pela construção ainda em curso. Mesmo com a abrupta mudança pelas perspectivas econômicas do complexo, que resultou em diminuição de pretensões produtivas e na própria renomeação – agora, chamado Polo GasLub –, não há dúvidas que se criou um importante espólio econômico-espacial que conjuga porto específico, leitos estradais e novos empreendimentos, mas também a valorização do solo urbano, a criação de serviços diversos, o aumento do interesse de investimentos e o espraiamento de produtos imobiliários diversos (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2020).

O fato é que essas novas indústrias – aliás, pode-se falar em pacote industrial, que envolve fábrica, logística e serviços atrelados – que aportaram nas diversas cidades localizadas na periferia metropolitana do Rio de Janeiro possuíam algumas características merecedoras de detalhamento. Instaladas em áreas que ainda possuíam feições rurais com atividades simples, tanto no que se refere à agricultura familiar quanto aos pequenos comércios, tais aportes produtivos encontraram um espaço propício para a efetiva circulação de capitais.

A combinação de periferias metropolitanas pobres, com sujeitos muitas vezes invisibilizados aos olhos do poder público, com valores descomunais de investimentos, proporcionou certas facilidades para a operação das empresas. Escondidas muitas vezes em ruas de menor movimento, as plantas fabris pouco se comunicam com o cotidiano das cidades. Com frações de terras não loteadas disponíveis para venda, pouco importava o preço médio estabelecido, pois teriam espaços suficientes para a implantação de seus prédios e pátios; com mão de obra reduzida,

terceirizada e mesmo em alguns casos com grande exigência técnica, também não era significativo o valor dos salários, plenamente condizentes com as capacidades de investimento; com leis fragilizadas, seja pelas próprias mudanças que atenuaram os seus impactos, seja pelo desinteresse no cumprimento de suas exigências por parte dos governantes, se tornava possível construir e mesmo iniciar a produção à revelia dos possíveis impactos ambientais de instalação e mesmo de operação.

Portanto, com fachadas modernas, mas em geral com estruturas próximas a um modelo “quartelizado”, os novos investimentos realizados nas periferias metropolitanas do Rio de Janeiro traziam características da produção flexível e formas contemporâneas de fabricação e funcionamento, mas combinadas com uma separação abissal em relação à cidade que a abrigava e baixa empregabilidade, com usufruto do trabalho de funcionários nos moldes fordistas, de lugares diversos e terceirização em suas variadas formas. Da mesma maneira, todas as empresas operam sob os princípios do desenvolvimento sustentável, preconizando formas de produção sem maiores impactos ambientais e adotando plantas fabris com áreas verdes e tecnologias modernas antipoluentes, mas implicaram o desmantelamento de espaços de agricultura tradicional e, em alguns casos, impactaram o entorno com poluição do ar, da água e do solo. O funcionamento da siderúrgica Ternium (ex-TKCSA), em Santa Cruz (na cidade do Rio de Janeiro) ou a instalação da CTR Santa Rosa (Seropédica) para tratamento de resíduos, são exemplos centrais de como o desenvolvimento trouxe o signo da poluição, mesmo sob o discurso da sustentabilidade.

Outrossim, o desenvolvimento social se revelou uma miragem para as populações que habitam as periferias agora transformadas em espaços luminosos para a circulação de capitais. No que se refere aos valores investidos e em constante circulação, sequer poderíamos intitular de periferias as áreas aqui destacadas. Para a população pobre, que viveu o desencanto com as promessas de melhorias sociais advindas dos novos vetores do desenvolvimento, as mudanças sentidas são muito menos impactantes. A ampliação da oferta de alguns serviços não foi capaz de compensar as fragilidades históricas, que vão desde os problemas de moradia, educação e saúde, até questões como o

próprio acesso ao saneamento básico, a ruas com pavimentação digna e maior segurança pública. Verdadeiramente, o que se assistiu foi um grande atropelo dos interesses locais de pessoas simples, cujas ambições muitas vezes não ultrapassavam a luta pela dignidade e pela própria sobrevivência (OLIVEIRA, GERMANO, PINHO, 2021). Nesse cenário, é esperado que surjam conflitos e formas de resistências cotidianas daqueles que foram vilipendiados por formas duras e excludentes de se produzir riquezas.

III – A geografia dos conflitos e das resistências cotidianas

A defesa do lugar se institui a partir de uma relação territorial, constituindo uma série de práticas espaciais que apresentam traços de resistência à ordem instituída e compõem um conjunto de mecanismos, táticas de luta e sobrevivência frente ao “desenvolvimento”. Essas práticas, além de revelarem a lógica e os interesses do capital, abrem precedentes para se pensar em alternativas de desenvolvimentos, mesmo que sob as condições de uma sociedade heterônoma.

Nesse sentido, os sujeitos que constituem o lugar, ao agregarem territorialmente sua resistência, passam a elaborar um projeto de lugar que leva à formação de uma nova espacialidade. Quando analisamos a escala do lugar no exemplo da articulação das associações e movimentos sociais como FAMEJA e MOBILIZA Japeri, percebemos a articulação de diferentes sujeitos, que podem ser considerados antagônicos, mas que dialogam entre si na necessidade de denunciarem e buscarem dentro do jogo democrático possibilidades de mudança da realidade espacial. Essa possibilidade de mudança pode ser um horizonte alternativo, mesmo assim ainda preso ao par resistência e dominação, heteronomia e autonomia.

Isso vai em direção ao que Harvey (2016) fala a respeito da questão dos movimentos sociais anticapitalistas. Para ele, é necessário entender o contínuo processo de inovação do capital e sua dinâmica migratória através do globo. Nesse aspecto, Souza (1996) tem a compreensão de desenvolvimento como algo

novo, uma mudança, ou seja, um desejo de mudança construída coletivamente e de maneira autônoma que se contrapõe à ideia de desenvolvimento proposta pelo sistema capitalista.

É preciso buscar a compreensão da resistência, para as realidades como a Baixada Fluminense e a fração denominada Extremo Oeste Metropolitano, a partir de arcabouços teóricos e metodológicos que dialoguem com as escalas local e global, que se expressam de diferentes maneiras, como contexto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. A construção do arco – em si, trata-se de muito mais que uma rodovia, mas uma opção por um modelo de desenvolvimento excludente e segregador – foi um importante exemplo de movimento de expropriação bastante agressivo que originou importantes processos de luta e resistência. Em que pese a complexidade da questão sobre como tais conflitos são produzidos, convém analisar de que forma essa população sobrevive, se subordina, se insurge, ou seja, resiste a essa lógica de expulsão/desterritorialização de seus espaços de vida e de transformações de seus cotidianos, que é o elemento marcante do atual movimento do capital. Trata-se da expropriação e espoliação das populações de seus lugares para condições mais precarizadas e excludentes, ou simplesmente a expulsão material e simbólica de seus espaços de vida.

Quando falamos de expulsões, baseando-nos em Sassen (2016), pensamos em desterritorializações concretas e simbólicas que as populações vivenciam e se reterritorializam com novas práticas espaciais, sob outros modos. Podemos dizer que os sujeitos, frente à desterritorialização que lhes é imposta, produzem novas práticas espaciais para que possam sobreviver, se insurgir ou até mesmo lidar com a subordinação imposta pela lógica da territorialização que lhes é determinada. Ou seja, eles produzem resistência a esse processo, usando suas práticas cotidianas para resistir.

Esse conjunto de práticas espaciais não se dá de maneira isolada. Elas se constituem dentro de um jogo de táticas dos sujeitos, como sinalizamos acima, nas três dimensões de insurgência/sobrevivência/subordinação. Nesse movimento, podemos compreender a emergência da nossa perspectiva de resistência no conjunto de práticas espaciais que se manifestam em sentido público e também de forma subterrânea, por meio

de um jogo de táticas de resistência para se opor à dominação e à subordinação, ou continuar a sobreviver.

No entanto, quando adentramos o universo de conflitos sociais, em nível dos subalternos, não podemos pensar somente na perspectiva da subordinação e da sujeição à ordem ou de conformação de que as estruturas de práticas de resistência nascem somente de atos de insurgência. Para Scott (2013), o subalterno detém uma infrapolítica, uma série de ações que se dão na profundidade de seus vividos, mas que se transformam, ou melhor, se adaptam ao movimento da vida frente aos desafios aos quais são forçados a viver. As resistências estão no invisível, nos subterrâneos, nas profundas geografias de seus cotidianos.

Ao refletirmos sobre essas conformações de acordo com a conjuntura dos sujeitos subalternos, observamos que as práticas espaciais de resistência são expressões das lógicas de produção do espaço, ou seja, as resistências surgem como parte do movimento da produção desigual. Ribeiro (2018), em sua análise sobre a *prática socioespacial da resistência*, observa que a expropriação leva os sujeitos até o limite do corpo físico e, com isso, impõe a sobrevivência, uma vez que, “para continuar como habitante, o indivíduo torna a resistência uma dimensão obrigatória do ato de viver e, portanto, transforma-a em prática socioespacial” (RIBEIRO, 2018, p. 56). A prática se manifesta nos gestos, na percepção que se tem do mundo exterior, no sentido do espaço enquanto percebido.

Mobilizar associações de moradores, como a FAMEJA, sempre articulando resistências em ações que envolvam educação, orçamento participativo, atuação no Conselho da Cidade, trabalho agrícola local e outras frentes, e atuar na luta por mobilidade urbana, como o MOBILIZA Japeri, extrapolando a questão e buscando igualdade, justiça social e sustentabilidade, são ações que merecem destaque. Lembremos também um caso importante: com a implementação dos condomínios industriais, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) instalou uma série de novos dutos de água em Marajoara, todos voltados para o abastecimento dos condomínios. Muitos membros da comunidade disseram utilizar os chamados “gatos” desses dutos, pois a água nas casas provém, na maioria dos casos, de poços artesianos. Eles promovem, desse modo, transgressões que se ligam à insurgência contra a ordem excludente e à luta pela

sobrevivência, mas ao mesmo tempo estão presos à subordinação dos grupos marginais que controlam a venda do gás e a circulação da população em algumas áreas do bairro.

Essas são algumas das práticas espaciais de resistência desses sujeitos, que explicitam a resistência ao processo de acumulação do capital e sua modernização excludente, cuja luta cotidiana é pela sobrevivência. Afinal, a noção de prática espacial de resistência nos remete às formas de interpretação de como o espaço é produzido e vivido por esses sujeitos que resistem, por exemplo, aos processos de desterritorialização promovidos pela territorialização dos capitais que elencamos acima. Dessa forma, no âmbito da resistência que apresentamos neste trabalho, apontamos para um horizonte de justiça espacial, de luta por justiça dos lugares, que se constitui a partir das práticas espaciais de resistência subterrânea. Práticas escondidas e silenciosas, que ficam por baixo da visão dos dominantes, constroem a lógica de sobrevivência no cotidiano diante das injustiças espaciais e vêm a público no momento do conflito, só que subordinadas a ordenamentos jurídicos e sociais, e às dinâmicas territoriais de suas vidas cotidianas nas lutas contra os processos de expropriação e espoliação que os expulsam diariamente e marcam suas vidas.

IV – Considerações finais

Os sujeitos da resistência carregam em suas práticas espaciais uma contestação à realidade desigual à qual são impostos. As injustiças que sofrem no cotidiano fazem emergir toda essa desigualdade que compõe sua geografia. É na prática espacial que eles transformam a realidade, pois o espaço é produto, condição e meio da sua existência e, com isso, também, da sua resistência.

A prática espacial de resistência se revela no plano do vivido, porque é o vivido que é usado e apropriado como elemento essencial das táticas de resistência como parte do objetivo central que é a sobrevivência. As insurgências também são parte desse vivido. Elas são práticas que compõem as táticas de resistência, podendo ser micros ou macros, públicas ou subterrâneas, mas são parte da luta de sobrevivência ao processo de desterritorialização pelo capital.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Nesse sentido, resistir significa usar um conjunto de táticas combinadas, públicas e subterrâneas, visíveis e invisíveis aos olhos dos dominantes, em um jogo de sobrevivência, insurgência e subordinação. Obviamente, as táticas têm como centralidade a sobrevivência, mas não uma sobrevivência em condições piores, mais degradantes. A luta é para ter acesso a condições justas de sobrevivência. Condições que impliquem a garantia da dignidade, cidadania e democracia para a reprodução da vida enquanto sujeito que produz o espaço social.

Diante disso, a condição espacial é fator chave para a existência humana em conflito com a lógica de produção do mundo do capital, do mundo da mercadoria e da desigualdade. Por isso, é preciso buscar caminhos de ruptura, com possibilidades de produções de outras espacialidades, em espaços de possibilidades, em espaços de esperança.

V – Referências

CHAGAS, Guilherme Mapelli. **A reestruturação territorial-produtiva de Itaguaí - RJ: ascensão e crise de uma cidade símbolo do Novo Desenvolvementismo Fluminense.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017.

GERMANO, André Luiz do Nascimento. **Novo desenvolvimentismo brasileiro: a atuação da Ternium CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), em Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference.** Oxford: BlackwellPublishing, 1996.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLLANDER, Jocelyn A.; EINWOHNER, Rachel L. Conceptualizing resistance. **Sociological Forum**, v. 19, n. 4, p. 533-554, dez. 2004.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial.** Centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1991.

LENCIONI, Sandra. Condomínios industriais: um nicho dos negócios imobiliários. *In*: PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; HIDALGO, Rodrigo;

VIDAL-KOPPMANN, Sonia; LENCIONI, Sandra. **Negócios imobiliários e transformações socioterritoriais em cidades latino-americanas**. São Paulo: FAU/USP, 2011.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, ano 6, n. 22, setembro de 2015. Disponível em: http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=132&lang=pt. Acesso em: 5 de junho de 2020.

OLIVEIRA, Alberto; RODRIGUES, Adrianno (2009). Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre Económico**, v. 12, n. 24, p. 127-143, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12nspe24/v12nspe24a8.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole. *In*: OLIVEIRA, Floriano J. Godinho de; SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Desirée Guichard. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Faperj, 2008.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. Território, Estado e Políticas Territoriais: análise das políticas de gestão do território e da recente expansão/reconcentração econômica nos espaços metropolitanos. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVIII, p. 1-17, 2014.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de; PESSANHA, Roberto Moraes. Os circuitos espaciais de produção do petróleo no Rio de Janeiro e em São Paulo: formação e integração da megarregião Rio-SP. **Geographia (UFF)**, v. 21, p. 3-17, 2019.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de; OLIVEIRA, Leandro Dias de. Espaço metropolitano, regionalização da economia e reestruturação produtiva no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cuyonomics: Investigaciones en Economía Regional**, v. 3, p. 39-65, 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-productiva. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano IV, n. 7, julho-dezembro de 2015, p. 1, 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Geografia do colapso: crise e desestruturação produtiva na realidade metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Terra Livre**, v. 1, p. 131-158, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1448/1386>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. As “fronteiras” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito econômico-pro-

duto. *In*: PINA, Helena; MARTINS, Maria Felisbela. **The overarching issues of the european space: a strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?** Porto: Editora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, p. 344-354.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano IX, n. 19, maio-agosto de 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; GERMANO, André Luiz do Nascimento; PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. Crise, desenvolvimento e território: reflexões sobre o extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 18, p. 42-62, 2021.

PAGANOTO, Faber; BECKER, Olga Maria. A emergência de novas centralidades na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro e a reorganização dos deslocamentos espaciais da população. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Águas de Lindóia/SP. 2012. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[116\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[116]ABEP2012.pdf). Acesso em: 23 de setembro de 2021.

PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. **A miragem do desenvolvimento na periferia metropolitana: reestruturação e crise em Queimados - RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ROCHA, André Santos da. **As representações ideais de um território: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), 2014.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano 3, n. 6, janeiro/junho de 2015. Disponível em: <http://espaoeconomia.revues.org/1677>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

RODRIGUES, André Luiz Teodoro. Duque de Caxias e Rodovia Washington Luís (BR-040): uma perspectiva dual sobre a temática econômica, histórica e política do município. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano VIII, n. 15, julho/dezembro de 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidades e complexidade na economia global**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, Allen J.; STORPER, M. (eds.). **Production, Work, Territory**. The

Geographical Anatomy of Industrial Capitalism. Boston (EUA): Allen and Unwin, 1986.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos.** Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SILVA, Robson Dias da. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1990- 2008).** Rio de Janeiro: Editora FGV / Faperj, 2012.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhada** – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **Metrópole do Rio e projeto nacional:** uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Faperj, 2013.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis:** Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma teoria aberta do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-23, 1996.

STORPER, Michael. The Regional World. **Territorial Development in a Global Economy.** New York: Guilford Press, 1997.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony. O Burburinho: a força econômica da cidade. *In:* CAMPOLINA DINIZ, Clélio; LEMOS, Mauro Borges (Orgs.). **Economia e Território.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

STORPER, Michael; WALKEN Richard. **The Capitalist Imperative:** Territory, Technology and Industrial Growth. Oxford: Blackwell Publishing, 1989.

TINOCO, Victor. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: modernização, acumulação e novo desenvolvimentismo. 2019. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano VII, n. 14, janeiro-junho de 2015.

TINOCO, Victor. **Transformações espaciais e práticas espaciais de resistência no entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro:** a luta das comunidades de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã pela permanência na terra. Tese (Doutorado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

¿Una geografía del vino en Colombia? Localización, producción y consumo

Wladimir Mejía Ayala¹

1. Introducción

Aún hoy, después de 40 años de haber reintroducido en Colombia el cultivo de la vid para la elaboración de vino, la vitivinicultura, actividad con gran interés económico y cultural a nivel global, permanece desconocida para el público no especialista. No obstante, en el país se producen vinos de buena calidad, premiados a nivel internacional y que entran dentro del rango de los vinos del trópico. Al mismo tiempo, a nivel de consumo, Colombia se presenta como un mercado de gran interés para inversores y empresas extranjeras vitivinícolas, reconocidas en las grandes superficies comerciales del país.

En los estudios realizados por la Agencia Valona para las importaciones y las inversiones extranjeras en Bogotá – Awex Colombia (2020), y por Euromonitor International (2020), se identifica un aumento per cápita entre 2011 y 2019 de 46% en cuanto al consumo de vino en el país, pasando de 0,2 litros a 2 litros. Así mismo, los datos del Grupo Éxito correspondientes a 2020, presentan un incremento de 22% con respecto al periodo enero-septiembre de 2019, lo que representó ventas por \$29 millones USD en vino, es decir, el comercio de 3,8 millones de botellas. Los productores colombianos de vinos no participan en esta dinámica económica, porque, a excepción de algunos casos, si bien se producen vinos de calidad, no se hace en grandes cantidades, lo que no les permite competir con los países exportadores y de gran tradición vitivinícola.

En cuanto a lo anterior, el objetivo de este capítulo es introducir al lector en la vitivinicultura colombiana, desde la geolocalización de los viñedos y la descripción de la actividad en relación a las oportunidades de comercializar sus productos, no en el mercado nacional, donde no les es posible competir, sino *in situ*,

¹ Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia

diversificando su actividad hacia los servicios relacionados con el turismo; unos con mejores oportunidades que otros, en relación a la distancia existente entre sus viñedos y los lugares emisores de un cierto tipo de turistas, o de atractivos y el desarrollo de prácticas turísticas. De esta manera, la reintroducción en los territorios de la vitivinicultura, que se da a partir de los años ochenta, puede considerarse como la reintroducción de un elemento cultural que resulta ser, de manera más o menos consciente, un insumo para generar un proyecto de desarrollo por medio del turismo.

El documento resulta de una revisión documental de los textos que se han producido, desde diferentes áreas del conocimiento, sobre la vitivinicultura en Colombia, muchos de ellos de literatura gris. Esta revisión se completó con un trabajo de observación a los viñedos de Ain Karim y Puntalarga en Boyacá.

El documento se encuentra organizado en cuatro partes, de las cuales esta introducción corresponde a la primera. En la segunda se presenta la trayectoria de la producción de uvas y vino en Colombia, y la localización de los viñedos. En una tercera parte se da cuenta de las particularidades de la vitivinicultura en el país, lo cual toma sentido al relacionarlo con el turismo. En la cuarta parte, se proponen, más que conclusiones, ideas que guiarán la continuación de esta investigación.

2. Desarrollo y distribución de la vitivinicultura en Colombia

Las mejores condiciones geográficas para la producción de vino en el mundo –clima, suelo y topografía, principalmente-, se encuentran distribuidas entre los paralelos 30 y 50 del hemisferio Norte y 30 y 40-45 del hemisferio Sur. Esas condiciones se encuentran y han sido históricamente bien aprovechadas, principalmente, en la región Mediterránea, en países como Italia, Francia y España, y otros como Portugal, Alemania, Hungría y Grecia, que se han destacado históricamente por su producción vitivinícola y por desarrollar el comercio del vino a nivel mundial. Con el mismo nivel de importancia, se identifican en otras latitudes países como Estados Unidos, Chile, Argentina, Australia, Brasil, Sudáfrica y China.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

La producción en Colombia se encuentra fuera de las franjas geográficas descritas anteriormente y su clasificación corresponde a la del vino del trópico. Se trata de una región caracterizada por su diversidad de climas, suelos y topografías, y en consecuencia, ecosistemas, con altitudes que van desde el nivel del mar hasta las nieves perpetuas, y con la posibilidad de encontrar dentro de ella, algunas zonas con las condiciones climáticas, edáficas y topográficas para cultivar uvas destinadas a la producción de vino, prácticamente, todo el año, lo que permite programar las vendimias, principalmente, en relación al clima y a las dinámicas del mercado (Almanza, Serrano y Fischer, 2012).

El primer registro que se tiene sobre la elaboración de vinos en Colombia es la experiencia de las Bodegas del Rhin, fundadas en 1937 en la ciudad de Bogotá, con el objetivo de producir vinos a partir de mostos importados de Argentina y Chile, y comercializarlos junto a otros vinos y licores nacionales e importados. Esta labor ha sido reconocida a nivel internacional con premios como la Medalla de Oro en el Festival Vitivinícola de España. Actualmente, se ofrece un tour para visitar las instalaciones y los procesos de producción, conocer licores históricos en Colombia y degustar vinos nacionales.

En cuanto al cultivo de la vid para la elaboración de vino, los primeros cultivos aparecen en el departamento del Valle de Cauca, principalmente, en el municipio de La Unión, localizado a 4º 33' latitud norte, a 1000 msnm, con una temperatura de 24°C (Imagen 1). Las cepas que se producen son Isabella y Thompson, por lo que el vino que resulta es Jerez o vino dulce. Actualmente, el área de cultivo es de 2231 ha y la producción es industrial con la utilización de tecnología de punta. Por año, se logran dos cosechas, obteniendo 6 millones de litros de vino. La empresa se llama Casa Grajales y ha diversificado su actividad incursionando en la industria del turismo y el ocio, al habilitar su viñedo, el proceso de producción de vino y sus bodegas de vinificación para la visita, además de contar con el Museo de la Uva y el Vino y el Parque Nacional de la Uva.

La actividad vitivinícola en el departamento del Valle, la cual inicia en 1976, y la actividad vitivinícola que inicia en los años 1980 en el Departamento de Boyacá con el surgimiento de tres viñedos, pueden ser definidas como las experiencias

pioneras en cuanto a la producción y comercialización de vinos en Colombia². En cuanto a lo anterior, en el año 1982, de la mano del señor Marco Antonio Quijano Rico, químico de profesión y oriundo de la región, se da inicio al proyecto vitivinícola Marqués de Puntalarga, donde se produce vino seco del trópico de altura y de clima frío, entre 2.400 y 2.700 msnm, 16°C y precipitación anual de 750 m³, con variedades como Riesling Blanca del Rin y cruzamientos de Riesling por Pinot Noir, entre otros. En 1986, aparece la Vinícola Guananí de la mano de Joachim Hezberg, un ingeniero agrónomo de origen Alemán, en el municipio de Villa de Leyva, a una altura de 2150 msnm, con la adaptación de las variedades Chardonnay y Cabernet Sauvignon (Henaó, 2004). En 1987, surge el Viñedo Ain Karim en el municipio de Sutamarchán, a 2100 msnm, una temperatura entre 18° y 26°C y suelos arcillosos, de la mano de Pablo Toro, un arquitecto e ingeniero mecánico caldense, enólogo de la Universidad de Davis, California. Al igual que para Puntalarga y Guananí, la localización del viñedo es el resultado de procesos de investigación en los que participaron expertos internacionales, en este caso, franceses que buscaron las mejores condiciones para el cultivo; las variedades se importaron también desde Francia, como son Cabernet Sauvignon y Sauvignon Blanc y desde California injertos de Chardonnay (Gómez-Sierra, 2012).

Hoy, Puntalarga es el lugar de acopio y producción de vinos más que de cultivo de la vid, pues se trata de un proyecto regional que ha vinculado a 70 campesinos y sus familias como productores de uva. Con una superficie de producción 400 ha., el proyecto se distribuye en 18 municipios del Departamento de Boyacá. En cuanto a la Vinícola Guananí, actualmente se produce casi exclusivamente vinos para las curias del país, utilizando la variedad Isabella. En el caso de Ain Karim, después de la muerte del señor Pablo Toro, en 2008, la nueva dirección del viñedo se

² Si bien, en Colombia, fue a inicios del siglo XX que comenzó a nivel comercial el cultivo de la uva, primero, en el departamento del Valle del Cauca y luego en los departamentos de Antioquia, Santander, Tolima y en cercanías de la Sierra Nevada de Santa Marta (Almanza, 2011); y que desde 1945 se impulsó la viticultura en el país, particularmente, en el municipio de La Unión, departamento del Valle del Cauca; fue solamente desde 1982 que se empezaron a sembrar viñas para la producción de vino seco, puesto que el único que se producía hasta ese momento era dulce.

centró en lograr el punto de equilibrio financiero sin aumentar el área de cultivo. Para ello, diversifica en actividades turísticas (tours y degustaciones) y eventos (Martínez, 2016). El viñedo ocupa una superficie de 12 ha y produce 20.000 botellas de vino seco al año que vende en los departamentos de Boyacá y Cundinamarca.

A partir de 2003, se da inicio a una segunda ola en cuanto al surgimiento de viñedos en Colombia, con Viña de Aldana en el departamento de Santander, en el municipio de Los Santos, vereda Tabacal. Se trata de una superficie de siembra de tan solo 2 ha, a 1650 msnm, con una producción de 3000 botellas al año, utilizando la variedad Isabela. El vino que ahí se produce es dulce y semidulce, el cual únicamente se consume y comercializa en el viñedo, lugar donde también se ofrece el servicio de posada ecológica, un tour del vino y actividades de turismo experiencial, relacionadas con el cultivo de la uva, la producción y la cata de vinos. Con características similares a Viña Aldana, en cuanto a ofrecer al público además del vino, una experiencia de turismo de descubrimiento, aparece en 2006, en el municipio de Villa de Leyva, Boyacá, a 2100 msnm, el viñedo Umaña Dajub y, en el departamento de Santander, a 1720 msnm, en el municipio de Zapatoca, el viñedo Sierra Morena.

Un ejemplo emblemático de esta segunda ola de viñedos en Colombia, es el de Viña Sicilia, localizado en el departamento de Antioquia, a orillas del río Cauca, en el municipio de Olaya. Carlos Bravo, su propietario, cirujano plástico de profesión, desarrolló una investigación agronómica y enológica para encontrar las condiciones climáticas, edáficas y topográficas adecuadas para la producción de uva destinada a la elaboración de vinos de calidad. Los cultivos son orgánicos con variedades como Nero d'Avola, Malbec, Sira, Chardoney, Catarato y Grillo. La calidad de los vinos de Viña Sicilia ha sido reconocida con medallas mundiales. Adicionalmente, el viñedo cuenta con un hotel temático y un spa, y se piensa, en relación a la comunidad local, como un proyecto que ofrezca oportunidades para mejorar las condiciones de vida de la población.

La última experiencia de esta segunda ola, se registra en el municipio de Vijes, en el departamento del Valle del Cauca, a 1000 msnm y una temperatura promedio de 27°C. De este viñedo no se tiene mucha información, solamente sus fundadores, Emilio Sardi y el enólogo argentino Edgardo Escalera, desde 2011 producen uvas de las variedades Syrah, Sauvignon Blanc, Carmenere y Merlot.

y de los ejércitos imperiales que lograron de manera exitosa desarrollar el cultivo de la uva y producir vino³. Con la diáspora de la vitivinicultura hacia los territorios que estuvieron bajo el control de los dos imperios, esta actividad se desarrolló muy bien y ha tomado mucha fuerza en Argentina y Chile.

En otros casos, como el de Colombia, es posible que los Jesuitas hayan logrado producir un vino de buena calidad (Henaó, 2004) y que su prematura interrupción se deba a la caída del comercio del vino español, que despertó dudas en la Casa Real sobre la autosuficiencia de los nuevos territorios, llevando a Felipe II de España ordenar en 1595, el fin de la producción vinícola en el Nuevo Mundo (Quijano, 2006), para proteger los ingresos de los vinos españoles (Winkler, Cook y Lider, 1974; Sempat, 1983); logrando de esa manera, que la actividad, al menos en este país, desapareciera por completo. Es así como, desde la Colonia se sabía que en Colombia se podía producir uvas para la elaboración de vino.

En cuanto a lo anterior, se identifica que el vino dulce elaborado a partir de la variedad Isabella es el producto principal en cuatro de los cinco viñedos registrados anteriormente (Casa Grajales, Vinícola Guananí, Viña de Aldana y Viñedo Sierra Morena) y resulta ser el más comercializado por su volumen y costo de producción⁴, en relación a los vinos principalmente secos que se producen en Umaña Dajub, Aim Karin y Puntalarga, en Boyacá, y Viña Sicilia en Antioquia. Estos se caracterizan por ser viñedos de no más de 40 hectáreas, salvo por el caso de Puntalarga que cuenta con la participación de varios *terroirs*⁵ de diferentes propietarios, que identifican la producción de uva como una nueva actividad económica.

³ Textos arqueológicos y antropológicos hablan sobre la posible utilización de la uva para la elaboración y consumo de vino antes de la llegada de los colonizadores (Dozier, Kim y Russell, 2020). No obstante, en este trabajo, se hace referencia a la vitivinicultura en nuestra región, como una actividad moderna, claramente económica y globalizada, con unos intereses que dialogan además con lo cultural.

⁴ De las 2700 has registradas en Colombia para la producción vitivinícola, más de 2300 son destinadas a la producción de uva Isabella.

⁵ Conjunto de condiciones naturales que influyen en la biología de la vid y la composición de la uva, a lo cual se une una dimensión humana, entendida como tradición, cultura y evolución en dicha área de producción. El *Terroir* es un agrosistema homogéneo en el cual operan varios factores que contribuyen a la calidad de un producto final. Los factores son ecológicos (geología, hidrología, clima, topografía), biológicos (cepa, portaingertos), antropocéntricos (técnicas culturales y prácticas enológicas) (Scienza, 2003, citado por Gómez, 2005, p. 30).

Por otra parte, si se tiene en cuenta que, a diferencia de los países que lideran la producción de vino en el mundo, en donde se logran producir 15 toneladas de uvas por hectárea, la producción en Colombia no es mayor a 4 toneladas por hectárea, salvo en los departamentos donde se produce la variedad Isabella (Andrade, 2017: 34). Se trata de un factor que incrementa el costo de producción.

Lo planteado toma sentido frente a la dificultad que experimentan los vitivinicultores nacionales, en cuanto a comercializar sus productos en los almacenes de cadena país, en vista de que no es posible competir ni en precio ni en volumen, con los vinos importados. Los vinos de los viñedos más reconocidos en Colombia se venden en un rango de precios que oscila entre los 15 y los 35 USD; mientras que en las grandes superficies comerciales, almacenes de cadena y tiendas online, se consiguen vinos desde los 4 USD y de calidades superiores a partir de los 15 USD.

Por esta razón, en Colombia, a pesar del importante incremento en cuanto al consumo⁶, la comercialización de los vinos secos nacionales se hace *in situ* (y por envío bajo pedido, en un menor porcentaje), es decir, consiste en llevar al lugar de producción a un tipo de consumidor específico, el cual podemos definir como un turista internacional, doméstico y/o de proximidad, es decir, un individuo urbano móvil de clase media con capacidad de gasto y ávido de acceder/consumir/descubrir novedades gastronómicas⁷, particularidades culturales regionales, paisajes o simples *comodities*⁸.

⁶ En un estudio realizado por Awex (2020), se muestra que el vino es la segunda bebida alcohólica más consumida después de la cerveza. Así, en el comercio minorista, el vino representa el 21% de las ventas, lo que lo convierte en un producto en mayor demanda que el Whisky (17%) y el Aguardiente (14%). Por otra parte, el estudio realizado por Euromonitor (2020), muestra que en abril de 2019, el gasto de los hogares colombianos en bebidas alcohólicas aumentó un 8,1% en comparación con 2018 y para 2020, el consumo de vino alcanzó para los meses de abril, junio y julio de dicho año, un crecimiento de 20,3% en el mercado general.

⁷ En virtud de lo señalado, un estudio realizado por Euromonitor (2020), muestra que 82% de los restaurantes localizados en la capital del país ofrecen vinos nacionales y extranjeros en su carta, sin embargo, de este porcentaje, el 75% privilegia la venta de vinos internacionales debido al margen de ganancia que estos les dejan y a la elección de los consumidores que, aunque interesados, se centran en su conocimiento anterior o a sus hábitos regulares. Es decir, hay un desconocimiento generalizado en cuanto a la producción de vinos en Colombia.

⁸ Expresiones culturales estimadas en términos de su valor de cambio, específicamente en el contexto del turismo cultural, convirtiéndose así en

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Teniendo en cuenta lo señalado anteriormente, se identifica que la distancia es un factor que determina, para la comercialización de vino, la relación entre viñedos y consumidor. Es así como, en la mayoría de los casos, los viñedos se localizan cerca de una gran ciudad o una ciudad intermedia, dotada de una infraestructura a nivel de movilidad y alojamiento, con aeropuerto nacional y/o internacional (Imagen 2). Esta ciudad puede ser ella misma un lugar turístico o un lugar de paso obligado de turistas nacionales e internacionales que se dirigen a lugares turísticos. Incluso, esos lugares pueden hacer parte del espacio turístico de la gran ciudad.

Si se trata de un lugar turístico de importancia en la región y/o en el país, la visita al viñedo, presentado como uno de los atractivos del lugar, está garantizada a nivel de turistas nacionales e internacionales, así como de turistas de proximidad o aquel tipo de turismo que se practica cerca al lugar de residencia (exploradores, doble residencias, fines de semana, *locaturisme*⁹, entre otros), siendo para el caso de Colombia, dentro del mismo municipio, departamento en el que se encuentra el municipio o departamentos aledaños, y que incluye prácticas diversas de descubrimiento, encuentro, juego, shopping, entre otras. En cuanto a este último, la gran ciudad o a la ciudad intermedia podrían considerarse como lugares emisores de ese tipo de turistas.

En complemento al punto anterior, la gran ciudad o ciudad intermedia debe contener y ser contenida por una sociedad económicamente dinámica y diversa, dentro de la cual se encuentre un sector o clase media urbana con capacidad de gasto y con capacidad de desplazamiento, más o menos consumidora o nueva consumidora de vino¹⁰.

bienes u objetos culturales que pueden ser comercializados por la industria del turismo. Proceso contradictorio puesto que, si bien puede provocar la degradación de la cultura de una localidad, también genera beneficios económicos a los habitantes de esta (Chambers, 2010).

⁹ El fenómeno del *locaturisme* tiene que ver con un pensamiento ecológico y ético sobre la actividad turística. Sus orígenes se encuentran en lo que se llamó el *locaborisme* en Francia o el kilómetro cero en España, que consiste en el consumo principalmente de alimentos de proximidad (alimentación biológica, local, de estación, etc.). En términos del turismo y principalmente de desplazamiento, lo que se busca es evitar los impactos negativos que provoca el desplazarse en avión, en tren, en automóvil.

¹⁰ Según datos del Grupo Éxito para 2020, las ciudades que concentran el 63%

4. A manera de conclusión

En relación a la historia de la vitivinicultura en el país, la reintroducción de esta actividad como un elemento cultural, puede ser concebida como un sello identitario, siendo para estos territorios, posiblemente de manera no consciente para el productor, un insumo que participa en la dinamización socioeconómica de las regiones, algunas de ellas, en situación de margen y bloqueo. Lo anterior se pone en funcionamiento por medio del turismo, puesto que, estos lugares además de producir vino, ofrecen la posibilidad de visitar los viñedos, las bodegas y conocer los diferentes procesos vinculados a su elaboración, realizar catas y organizar degustaciones, ofrecen alojamientos con servicios de zonas húmedas y spa, restaurantes con menú nacional e internacional y salones para eventos, todo enfocado en el descubrimiento y la experiencia vitivinícola.

Entre los viñedos que han logrado reconocimientos internacionales, sobresalen los casos de Puntalarga y Ain Karim. Estos proyectos se desarrollaron en un momento donde no se consumía de manera significativa vino en el país, siendo necesario para ellos crear ese mercado. Más adelante, diversificando sus actividades con el turismo, los viñedos lograron acercar al consumidor a sus territorios, garantizando el comercio de sus productos. Tal como lo propone Magnaghi (2013), la idea sería la de reunir los lugares de producción y los lugares de vida, y dar un lugar central a la agricultura y a los paisajes nutritivos que produce, pensando el territorio como un bien común.

Referencias

Agencia Valona para las importaciones y las inversiones extranjeras en Bogotá – Awex Colombia (2020). Fiche sur le secteur des vins en Colombie (source ELANBiz). 11 p.

Andrade, M. (2017). Estudio de factibilidad productiva y comercializadora de uva Isabella, finca “La Esperanza” centro poblado el vergel de Tarquí, Huila. Trabajo de grado para optar por el título de Ingeniera Agroforestal de la Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Pitalito, 70 p.

Almanza-Merchán, P. (2011). Determinación del crecimiento y desarrollo del fruto de vid (*Vitis Vinifera* L.) bajo condiciones de clima frío tropical.

Tesis Doctoral. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Agropecuarias. Escuela de Posgrados, Bogotá, 166 p.

Almanza, P., Serrano, P. y Fisher, G. (2012). Manual de viticultura tropical. Tunja: Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 118 p.

Chambers, E. (2010). Native tours: The anthropology of travel and tourism. Long Grove: Waveland.

Dozier, C., Kim, D. y Russell, D. Chemical residue evidence in Leon Plain pottery from the Toyah phase (1300–1650 CE) in the *American Southern Plains*, *Journal of Archaeological Science: Reports*, Volume 32, 2020. DOI: 10.1016/j.jasrep.2020.102450.

Euromonitor international (2020). Alcoholics drinks in Colombia.

Gómez, F. (2005). Vinos y campesinos en Boyacá. El efecto Vid en el Valle del Sol. Trabajo de grado presentado para optar al título de Magíster en Antropología. Universidad de Los Andes, 253 p.

Gómez-Sierra, F. (2012). El éxtasis del colibrí huella y guía cultural de la vid y el vino el caso del “Marqués de Villa de Leyva”. *Cultura Científica*, (10), 46-65. https://www.jdc.edu.co/revistas/index.php/Cult_cient/article/view/197

Henaó, E. (2004). La finca vitivinícola Guanani: reto y pasión de un empresario. Trabajo de grado. Administración de empresas turísticas y hoteleras. Universidad Externado de Colombia, 98 p.

Magnaghi, A. (2013). Riterritorializzare il mondo *Scienze del Territorio* Firenze University Press ISSN 2284-242X (online) No. 1, pp. 47-58.

Martínez, S. (30 de noviembre de 2016). Conozca a Pedro Toro: productor de los vinos Marqués de Villa de Leyva. *Revista Diners*. https://revistadiners.com.co/gastronomia/40224_conozca-pedro-toro-productor-los-vinos-marques-villa-leyva/

Quijano Rico, M. (2006). Investigación e innovación Promoción y defensa del “terroir” regional. *Cultura Científica*, (4), 35-41. Recuperado a partir de https://www.jdc.edu.co/revistas/index.php/Cult_cient/article/view/385

Sempat, C. (1983). El sistema de la economía colonial: el mercado interior, regiones y espacio económico. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 339.

Winkler, A., Cook, J., Kliever, M. y Lider, L. (1974). General Viticulture (1974) (2ª edition). London: University of California Press, 695 p.

Webgrafía

<https://www.portafolio.co/economia/consumo-de-vino-registro-alza-en-tiempos-de-pandemia-545846>

<https://www.america-retail.com/sin-categoria/aumenta-consumo-de-vino-en-colombia-durante-el-confinamiento/>

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

<https://www.valoraanalitik.com/2020/10/17/el-vino-en-colombia-ayuda-a-pasar-el-trago-amargo-de-la-pandemia/>

<https://www.eleconomistaamerica.co/empresas-eAm-colombia/noticias/10841988/10/20/Ventas-por-268000-millones-del-Exito-confirman-al-vino-como-el-companero-en-la-pandemia.html>

<https://www.laopinion.com.co/vida-y-salud/consumo-de-vino-aumento-durante-el-confinamiento>

<https://www.semana.com/economia/articulo/confinamiento-llevo-a-un-alza-en-el-consumo-de-vino-en-colombia/202016/>

<https://www.eluniversal.com.co/colombia/consumo-de-vino-en-colombia-aumento-durante-el-confinamiento-XJ3658990>

As Indicações Geográficas (IG) brasileiras, suas variedades e a importância para o desenvolvimento local

Regina Cohen Barros¹

I – Apresentação

A Indicação Geográfica (IG) é uma ferramenta de desenvolvimento e importância local, principalmente nos setores agropecuário, extrativista e de serviços, porque ela embute e reconhece fatores ligados à origem, que vão além das condições naturais incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação do homem no campo, agregação de valor, valorização do meio rural, trabalho cooperativado, que contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável.

A Indicação Geográfica (IG) é um nome geográfico que identifica um produto ou serviço como originário de uma área geográfica delimitada quando determinada qualidade, reputação ou outra característica é essencialmente atribuída a essa origem geográfica (BRASIL, 2019).

Nos últimos anos, as Indicações Geográficas (IGs) vêm como uma opção de valorização das atividades produtivas no Brasil. Verifica-se, também, um aumento do estudo nessa temática, através de levantamentos feitos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o crescente número de pedidos de registro feitos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e de trabalhos científicos dedicados às Indicações Geográficas (IGs).

O reconhecimento da qualidade desses produtos em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil)

a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica, e com isso levar a um desenvolvimento local com uma geração de renda para a população, através da visibilidade e confiabilidade de seus produtos por serem únicos no mercado

No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então, esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias, pois uma IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural.

A busca pelo desenvolvimento local se apresenta como um tema de extrema importância no contexto econômico e social brasileiro. Nesse cenário, ações ou estratégias adotadas em determinados arranjos produtivos locais têm contribuído para fortalecimento de regiões, especialmente em atividades ligadas às IGs. No processo de reconhecimento de um produto ou serviço por sua Indicação Geográfica, agrupamentos de produtores necessitam desenvolver aspectos ligados à governança local, à definição de padrões de qualidade do produto, à comercialização e mesmo marketing dos produtos das IGs; uma tarefa que requer coordenação de relacionamentos e interesses diversos.

Se reportarmos a história, vamos constatar que os diversos sinais distintivos ou Indicações Geográficas nasceram de um objetivo em comum que era distinguir a sua origem que pode ser geográfica ou pessoal de um produto.

Para ilustrar, encontram-se indicações de sinais distintivos de uma origem, como os vinhos de Em-Gedi e o Cedro do Líbano. Na Grécia e em Roma havia produtos diferenciados justamente pela sua origem, como: o bronze de Corinto, os tecidos da cidade de Mileto, as ostras de Brindisi, o mármore de Carrara e o vinho do Porto. Segundo Mapa (2019), na Idade Média, por exemplo, surgiram as marcas corporativistas, utilizadas para diferenciar os produtos manufaturados por um grêmio de uma cidade de um grêmio de outra cidade. Esses grêmios, ou corporações de ofício da produção, tinham Estatutos e Ordenações que detalhavam todos os aspectos e operações da produção, fixando as normas que seus associados deviam cumprir para fabricar os produtos.

No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então, esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território que apresentam originalidade e características próprias, pois, segundo Inao (2010), uma IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural. Cria um fator diferenciador para produto e território, gera originalidade e características próprias; assim, as IGs não diferenciam somente os produtos ou serviços, mas os territórios.

O Brasil é um país que apresenta grande diversidade de produtos de Indicação Geográfica diferente da Europa, pois engloba outros produtos como artesanato, serviços, mas principalmente agropecuários com qualidade diferenciada, que podem ter forte identidade com sua origem geográfica dada a influência de aspectos étnicos, culturais, geográficos e climáticos.

II – Conceito, regulamentação e reconhecimento de Indicação Geográfica no Brasil

No Brasil, a Lei nº 9.279/1996, de 14/05/96, regulamentou, em seus artigos 176 a 182, direitos e obrigações relativas à propriedade industrial; inovou ao prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) estabelecesse as condições de registros das indicações geográficas. O INPI, através de Atos Normativos 134 e 143, de 15/04/97 e 31/08/98, respectivamente, instituiu as normas de procedimento e os formulários próprios que deverão ser utilizados para apresentação de requerimento de registro de indicações geográficas.

“Indicação Geográfica” é um conceito cada vez mais difundido e regulamentado, que visa estabelecer qualidades e diferenças para determinados produtos de acordo com a região onde é produzido. As Indicações Geográficas são uma ferramenta coletiva de promoção comercial dos produtos. Mas há um pré-requisito: que haja algum componente histórico ou cultural que identifique o produto com a região. Champanhe é um exemplo clássico. Após anos de processo, passou-se a consi-

derar “champanhe” apenas o espumante produzido na região de Champagne, na França. O queijo de Minas pode ser considerado outro exemplo de possível aplicação do conceito de indicação geográfica. O produto portador de uma Indicação Geográfica tem identidade própria e é inconfundível. Isso não quer dizer que ele seja melhor que seus similares, mas é diferente, pois adquire pela íntima ligação com o território um sistema de garantia dessa qualidade. É considerada pela lei brasileira como indicação geográfica a **indicação de procedência ou a denominação de origem**.

A Indicação Geográfica no Brasil se divide em duas espécies:

INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA (IP): é o nome geográfico de localidade ou região que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM (DO): é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (MAPA, 2021).

III – Reconhecimento e titularidade no Brasil

A competência legal do INPI em relação às Indicações Geográficas é reconhecida com a Lei de Propriedade Industrial – Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996 –, ao estabelecer no parágrafo único do art. 182 que “o INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas”. Tal norma decorre do fato de ser o Brasil signatário da Convenção da União de Paris (CUP), do Acordo de Madrid sobre Indicações de Origem e do Acordo sobre os Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (ADPIC ou TRIPS, em inglês), tendo, via de consequência, o dever de proteção das IGs. Para garantir efetividade a esse direito, o INPI edita a Resolução INPI número 075, de 28 de novembro de 2000, com o objetivo de organizar os procedimentos de registro e estimular a utilização desse ativo de propriedade industrial.

O INPI não apenas efetua o registro, mas também forneça assistência e orientações diretamente aos produtores e prestadores de serviço interessados. A Lei Federal n. 9.279/96 define o uso da IG:

- Art. 176 - Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.
- Art. 177 - Indicação de Procedência: considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.
- Art. 178 - Denominação de Origem: considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.
- Art. 182 - O uso da indicação geográfica é **restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local**, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

A Resolução INPI n. 75, de 28 de novembro de 2000, estabelece: art. 5º - Podem requerer registro de indicações geográficas, na qualidade de **substitutos processuais**, as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico e estabelecidas no respectivo território.

§ 1º Na hipótese de um único produtor ou prestador de serviço estar legitimado ao uso exclusivo do nome geográfico, estará o mesmo, pessoa física ou jurídica, autorizado a requerer o registro da indicação geográfica em nome próprio.

§ 2º Em se tratando de nome geográfico estrangeiro já reconhecido como indicação geográfica no seu país de origem ou por entidades/organismos internacionais competentes, o registro deverá ser requerido pelo titular do direito sobre a indicação geográfica.

A Resolução INPI n. 75, de 28 de novembro de 2000 também estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas: depositante; nome do produto objeto da indicação geográfica; tipo e descrição do produto; delimitação da área geográfica; e elementos que comprovam que o produto é originário da área delimitada.

IV – A Indicação Geográfica e o desenvolvimento local

O reconhecimento da qualidade dos produtos agrícolas em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica (IG). Kakuta *et al.* (2006) trazem uma noção de IG:

Essa noção de IG surgiu de forma gradativa, quando produtores e consumidores passaram a perceber os sabões ou qualidades peculiares de alguns produtos que provinham de determinados locais. Isto é, qualidades diferenciadas, jamais encontradas em produtos equivalentes feitos em outro local. Por isso começou-se a denominar os produtos com o nome geográfico de procedência. Os vinhos foram os primeiros exemplos de IG.

A IG é uma ferramenta de desenvolvimento principalmente no setor agropecuário, porque ela embute e reconhece fatores ligados à origem, que vão além das condições naturais, incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação do homem no campo, agregação de valor, valorização do meio rural, trabalho cooperativado, que contribuem diretamente para o desenvolvimento rural sustentável.

As IGs podem ser entendidas, do ponto de vista econômico, como uma estratégia para agregar valor a produtos ou serviços que têm características próprias relacionadas ao território no qual estão inseridas e, assim, fortalecer o desenvolvimento territorial. Nos últimos anos, as IGs têm sido consideradas indutoras de

desenvolvimento de uma região, com a valorização dos recursos territoriais e possibilitando o surgimento de novos nichos de mercados. Podem ser pensadas, portanto, como uma ferramenta de ocupação harmoniosa do espaço cultural produtivo, aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento rural.

Segundo Wilkinson (2008), a IG consiste em um indicador de qualidade dos produtos ancorados em uma região, sendo o resultado da combinação de características tangíveis (solo, relevo e clima) e intangíveis (patrimônio cultural, cultura local, tradição, história, *savoir faire*), e ratificando, os autores Belas (2012), Nierdele (2013) e Cerdan (2013) indicam que um produto com certificação de IG possui características que lhe conferem notoriedade devido a fatores físicos do local de origem, e que ocorre também uma diferenciação dos fatores humanos e naturais presentes no espaço e no modo de produção da IG pertencentes a um território definido.

Para Dullius (2009), nesse contexto, as IGs surgem com o propósito de desenvolver as atividades em uma região única que confere todas as condições para desenvolver, agregando valor de mercado ao produto. As IGs podem ser consideradas como Arranjos Produtivos e Inovadores Locais (APLs). Caldas, Cerqueira e Perin (2005) que aproximam a ideia de Indicação Geográfica com a de Arranjos Produtivos Locais, que podem ser consideradas como estratégias de desenvolvimento local, destacam que as IGs podem ser entendidas como uma qualificação para o desenvolvimento do arranjo produtivo, por incluir em seus critérios físicos, sociais e subjetivos as características essenciais de uma nova forma de olhar o território.

Para a Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovadores Locais (REDESIST), os “Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (APLs) são

aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Isso costuma envolver a participação e a interação de empresas, as quais podem ser produtoras

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

de determinados bens e serviços ou fornecedores de insumos e equipamentos, além de poderem ser prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros. Para eles, essas empresas podem ter as mais variadas formas de representação e associação, incluindo as instituições públicas e as instituições privadas voltadas para formação e capacitação de pessoas, como escolas técnicas e universidades (CASSIOLATO *et al.*, 2004).

De acordo com Guedes (2012), no Brasil, as experiências em diferenciações e regiões demarcadas tiveram início na década de 1990, por meio de entidades públicas que iniciaram atividades de intercâmbio de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural no Mercosul. A discussão ganhou impulso, no Brasil, com a adesão das agências de fomento e desenvolvimento rural, como a Food and Agriculture Organization (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), e algumas organizações do Estado regulando e criando normas, como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), organizações governamentais, entre elas os ministérios e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e outras com apoio direto junto aos produtores, como fazem a própria EMBRAPA, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e alguns grupos nas universidades.

Em 1994, foi assinado o Acordo de Direitos de Propriedade Industrial relativo ao comércio (ADPIC) – Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) – gerido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que estipulou os padrões mínimos de proteção das IGs no âmbito internacional.

É importante deixar claro que o TRIPS não estabeleceu um registro internacional para reconhecimento das IGs, embora já existam negociações nesse sentido na OMC. Para que a proteção de uma IG seja válida no território de outros países, é necessário requerer, se for o caso, o registro – em cada um desses países. Portanto, para que uma IG seja válida e reconhecida no Brasil, por exemplo, ela precisa requerer seu registro no INPI, como fez Porto e Champagne.

Outra forma de proteção seria aquela dada por meio de acordos entre blocos ou países, a exemplo do Acordo Mercosul-

-União Europeia, discutido nos últimos anos, e que, se assinado e ratificado, garantirá a proteção de certas IGs entre os países dos blocos, conforme regras estabelecidas no acordo

Para Sen (2000), o desenvolvimento consiste no processo de ampliação da capacidade de realizar atividades previamente escolhidas e valorizadas. Uma nova política social é concebida como condição para o desenvolvimento sustentável, uma vez que este envolve fatores sociais, culturais e políticos. Como ressaltam Wittmann *et al.* (2003), o desenvolvimento regional “alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Tais fatores, como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região”.

O desenvolvimento regional baseia-se na consecução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas em prol do desenvolvimento local, criando condições sociais e econômicas para fomentar novas atividades produtivas. Wittmann *et al.* (2003) afirmam que, “já não basta o pensar global e o agir local; é preciso ir além, pensar local e agir globalmente”, uma vez que o desenvolvimento ocorre de forma a viabilizar os processos, fazendo com que as organizações possam competir no mercado mundial. Entretanto, sem desenvolvimento social concomitante não é possível haver um desenvolvimento econômico satisfatório. Em face do exposto, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional se constitui em uma estratégia de cunho político, econômico, social e cultural, sendo que o processo de desenvolvimento carece de apoio institucional e governamental que conduza à aquisição de credibilidade e sustentação em um ambiente competitivo.

É nesse contexto que surgem, no Brasil, discussões voltadas às contribuições que as IGs podem oferecer para o desenvolvimento territorial. Deste ponto de vista, este trabalho identifica as IGs como fatores de desenvolvimento local porque podem promover as diferentes regiões e produtos diferenciados, identificando pontos fortes e vocações econômicas que podem tornar a região mais competitiva, com produtos reconhecidos e registrados.

Abramovay (2005) discute o território principalmente a partir dos espaços rurais, e destaca que existem ativos e processos específicos cuja valorização supõe uma ação coordenada: é o

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

caso tanto do aproveitamento de amenidades naturais e do patrimônio histórico quanto da colocação em mercados dinâmicos dos produtos, dos conhecimentos produtivos tradicionais, das habilidades artísticas, culinárias e da própria tradição folclórica de determinada população. Assim, o entendimento é que espaços rurais, a partir de suas especificidades e potencialidades, podem encontrar formas de transformação de suas realidades em busca de melhoria da qualidade de vida a partir dos processos globais (CALDAS, 2003). É nesse contexto que as IGs surgem como possíveis estratégias de desenvolvimento ou fortalecimento do território

As IGs, segundo os autores Vieira e Buainain (2011), têm sido amplamente utilizadas nos mercados agroalimentares para proteger e valorizar produtos de diferentes tipos. Nesse sentido, têm sido fomentadas iniciativas para que os produtos considerados locais criem estratégias de diferenciação no mercado a partir das denominações de origem, a exemplo da qualidade do produto, agregação de valor ao produto.

V – Panorama das Indicações Geográficas Nacionais Registradas (INPI)

As Indicações Geográficas Brasileiras registradas e concedidas pelo INPI são dinâmicas, pois a cada dia são mais IGs registradas. No dia em que foi escrito este trabalho (acesso em 10 de agosto de 2021), o panorama comportava-se da seguinte maneira, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Panorama das Indicações Geográficas (IGs) no Brasil.*

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL	NÚMERO	%
Indicação de Procedência (IP)	68	71
Denominação de Origem (DO)	29	29
Total	97	100

Fonte: INPI, 2021. *Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Para melhor entendimento da distribuição das Indicações Geográficas no Brasil temos a Tabela 2 indicando a quantidade de IGs registradas pelas cinco regiões brasileiras.

Tabela 2 – Indicações Geográficas por regiões do Brasil.*

REGIÕES BRASILEIRAS	INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS
Sudeste	26
Sul	23
Nordeste	15
Norte	09
Centro-Oeste	04

Fonte: Data Base SEBRAE. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

*podem ter sofrido atualizações após o acesso.

Foram elaboradas as Tabelas 3 e 4 para ter conhecimento das Indicações Geográficas registradas no Brasil pelo setor da economia e os principais produtos.

Tabela 3 – Indicações Geográficas brasileiras por setor da economia.*

IGs BRASILEIRAS POR SETOR DA ECONOMIA	NÚMERO
Agroalimentar	59
Artesanais	11
Rochas, minerais e pedras ornamentais	05
Indústria	01
Serviço	01

Fonte: Data Base SEBRAE. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

*podem ter sofrido atualizações após o acesso.

Tabela 4 – Número de Indicações Geográficas por tipo de produto no Brasil.*

PRODUTO	QUANTIDADE
Fruticultura	12
Café	10
Vinhos e espumantes	08
Produtos da apicultura	05
Queijos	05
Rochas e pedras ornamentais	05
Carnes, pescados e derivados	04
Cachaça	03
Artesanato	11
Calçado e Moda	01
Peixes ornamentais	01
Serviço	01

Fonte: Data Base SEBRAE. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

*podem ter sofrido atualizações após o acesso.

VI – Considerações finais e a importância das IGs para o desenvolvimento local

Tem sido uma unanimidade que as Indicações Geográficas são importantes para o desenvolvimento local, pois todo processo envolve a remuneração de ativos específicos (ao longo da cadeia produtiva), tais como: valor agregado ao produto da IG, um acesso a mercados de nicho e possibilidade de ampliação e possuir um monopólio (barreiras à entrada).

São muitas vantagens sobre o desenvolvimento local, dentre elas podemos destacar: o aumento da renda e do emprego; a valorização da região; as economias de aglomeração, de escala e escopo; as condições de política pública e de legitimidade; a participação de atores locais e o fluxo equitativo de recursos no local; uma sustentabilidade (social, econômica e ambiental); e, por fim, a preservação dos conhecimentos tradicionais.

Nesse contexto, as IGs têm como fim agregar valor e gerar riqueza constituindo-se em uma opção concreta para uma nova etapa de desenvolvimento do local/regional brasileiro, com a geração de produtos típicos e tradicionais, com qualidade diferenciada, a partir do momento em que a diferenciação destes produtos é controlada pelo Conselho Regulador das IGs, por meio da fiscalização das normas instituídas pelo Manual de Uso, podendo atender o mercado nacional e internacional, com a confiabilidade integral de toda a cadeia produtiva.

Portanto, é notável a valorização da origem e procedência dos alimentos aproximando produtores de consumidores, e partimos do pressuposto de que a Indicação Geográfica (IG) é capaz de dar nova forma e função ao espaço, agregando valores e dimensões socioeconômicas, associativistas, culturais e ambientais e, ao mesmo tempo, reestruturando toda uma cadeia produtiva, colocando os setores primários e terciários numa única conexão para atender à demanda do mercado emergente, que exige padrões diferenciados de qualidade e confiabilidade dos produtos de origem agropecuária, artesanais, de extração mineral e de serviços.

VII – Referências

ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. *In: Anais do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília. 2005. Disponível em: <http://http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/condraf_25_08_05>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BELAS, Carla Arouca. **Indicações geográficas e salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Organização: Luiz Otávio Pimentel. Brasília: MAPA; Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2009, 418 p.: il.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Organização: Claire Marie Cerdan, Kelly Lissandra e Aparecido Lima da Silva. 2. ed. Brasília: MAPA; Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2010, 376 p.: il.

BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial. Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/inovacao/nucleo-de-inovacao-tecnologica>. Núcleo de Inovação Tecnológica. Acesso em: 10 agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Curso de Básico de Indicações Geográficas**. SDI/MAPA, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Inovação e Propriedade Intelectual** – Guia para o Docente. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/legislacao/resolucao-inpi-075-de-28-de-novembro-de-2000>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

BRUCH, K. L. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. *In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza*. (Org.). **Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania**. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

CALDAS, A. S. As denominações de origem como unidade de planejamento, desenvolvimento local e inclusão social. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador (BA), v. 5, n. 8, julho de 2003.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador (BA), ano VII, n. 11, jan. 2005.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M. **Caracterização e**

taxonomias de arranjos e sistemas produtivos locais de micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: UFRJ, Redesist, 2004.

CERDAN, C. Indicações Geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. *In*: NIEDERLE, P. A. (Org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 125-150.

DULLIUS, P. R. **Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: as experiências do Rio Grande do Sul.** 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade de Santa Maria. Santa Maria (RS), 2009.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Indicações geográficas no Brasil.** Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 20 de agosto 2021.

GUEDES, Cezar Augusto Miranda. **Denominações territoriais agroalimentares, políticas e gestão social: Argentina, Brasil e a experiência espanhola no contexto europeu.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

GUEDES, C. A. M.; SILVA, L. D. R. Denominações territoriais: significado e importância para a agricultura familiar no Brasil. *In*: **Anais do V Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID).** Rio de Janeiro: INPI, 2012.

INAO. Institut National de Origine et de La Qualité. Disponível em <http://WWW.inao.gouv.fr>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em <http://WWW.inpi.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

KAKUTA, S.; SOUZA, A.; SCHWANKE, F.; GIESBRECHT, H. **Indicações geográficas: guia de respostas.** Porto Alegre (RS): SEBRAE/RS, p. 38, 2006.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Curso Básico de Indicações Geográficas.** SDI/MAPA, 2021.

NIEDERLE, P. A. (org.). **Indicações geográficas.** Qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

SEBRAE, <https://datasebrae.com.br/panorama-das-igs-brasileiras/>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, F. N. *et al.* Desafios à institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, ano 2, n. 2, nov. 2012.

VELLOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC).** Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias, Centro de

Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 166p. 2008.

VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M. Propriedade intelectual na agricultura. *In: AVILA, Charlene; DEL NERO, Patricia Aurelia (Org.). **Aplicação da propriedade intelectual no agronegócio.*** 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011, p. 21-50, v. 1.

VIEIRA, A. C. P.; GARCIA, J. R.; BRUCH, K. L. Análise econômico-ecológica dos efeitos da mudança climática na região delimitada pela Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe em Santa Catarina – Brasil. *In: **Anais do CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS**, 6., 2013, Florianópolis: UFSC; Cirad, 2013.*

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 213p., 2008.

WILKINSON, J.; VITROLLES, D. Valorisation des produits d'origine: contribution pour penser le développement durable dans la Pampa Gaúcha au Brésil. **Géocarrefour**, Lyon, v. 83/ 3, 2008.

WILKINSON, John. **Indicações Geográficas no Brasil:** situação atual e perspectivas. Florianópolis (SC): UFSC, 2008.

WITTMANN, M. L. *et al.* Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. *In: WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional:*** abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

Las sabanas como espacios agrícolas y de vivienda exclusiva

*Carlos Enrique Castro Méndez*¹

*Yolima Del Carmen Agualimpia Dualiby*²

*Wladimir Mejía Ayala*³

“...El mundo no puede seguir estandarizándose.
Debe tener en cuenta
las diferencias notorias que se presentan en cada
localidad y región...”
Paolo Lugari Centro experimental Las Gaviotas
(Sabana estacional de la Orinoquia colombiana)

Introducción

Las sabanas como espacios de interés global están presentes desde inicios de la geografía y dentro de ese proceso de conocimiento se estableció la primera división utilizada en la ciencia del suelo para conocer el patrón de distribución de los suelos en el paisaje. Para la identificación de estos espacios se aplicaron dos elementos climáticos que eran relativamente predecibles y susceptibles de mapear, como fueron la precipitación y la temperatura.

La precipitación está asociada al incremento de la nubosidad cuyo fenómeno climático es causado por la Zona de Confluencia Intertropical formada por las corrientes de aire provenientes de los hemisferios norte y sur. La precipitación se distribuye localmente de acuerdo con la cercanía a cuerpos de agua, la dirección y la exposición de las vertientes a los vientos, así como la posición dentro del relieve.

¹ Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia – Instituto Geográfico Agustín Codazzi.

² Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Grupo de investigación PROGASP-GAIA.

³ Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia. Grupo de investigación Geografía y Ordenamiento territorial GEOT.

La temperatura puede estimarse a partir de dos escalas de análisis, la global y la local. La primera de ellas divide a la tierra en zonas calientes o tórridas y zonas frías, que son delimitadas de acuerdo con la inclinación e incidencia de los rayos solares y los movimientos de la tierra. La escala local está condicionada por la cercanía a la zona ecuatorial y su representación se estableció en sentido altitudinal a las cuales Francisco José de Caldas denominó pisos térmicos. Por lo anterior, las tierras tanto cálidas como frías, podrían mapearse a escala global y también a escalas cercanas a la línea ecuatorial.

La manifestación del calor reflejado en la tierra fue analizada de forma global, a partir de la relación precipitación y temperatura cuando se encontraba entre el eje ecuatorial y los polos. Estas relaciones luego fueron ajustadas a la categoría de paisaje y es una representación del estado natural en el que se encuentran estos espacios terrestres.

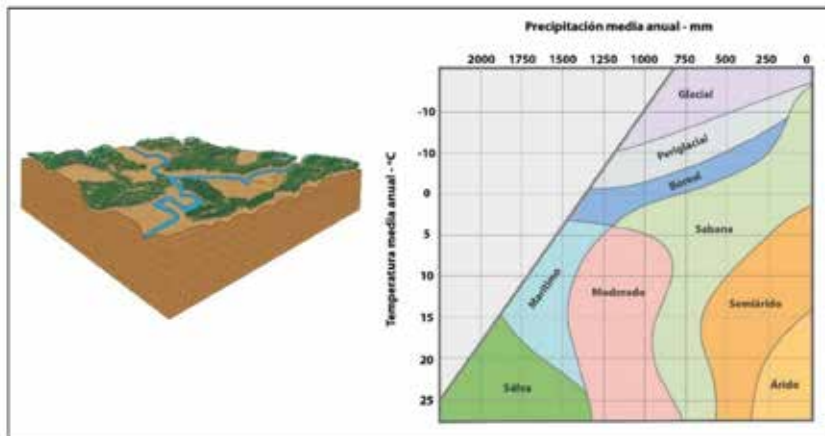
El patrón de interpretación de paisajes fue trabajado por varios autores que desarrollaron metodologías como soporte a una categoría de clima para un espacio en concreto. Algunos de estos intentos por representar la realidad clima-paisaje fueron esquematizados en el índice de Lang (1920), los diagramas de Peltier (1950) y en el índice de humedad de Holdridge (1979). Otra forma de estudio del clima se realizó a través del modelamiento de los paisajes y fue denominada como geomorfología climática, enfoque que continuó con la tarea de explicar la génesis de los paisajes y su estructura (Figura 1).

La precipitación, la temperatura y sus relaciones con otros elementos como la vegetación, trajeron nuevos conceptos que permitieron enriquecer el discurso de unas tierras que eran vistas con agrado para la construcción de viviendas y centros de desarrollo, o como tierras en las que hay un incremento en la producción de biomasa, acumulación de azúcares y aceites que las hace atractivas para la inversión de capitales.

La destinación de tierras de las sabanas a partir de la precipitación y la temperatura, pasó de un enfoque ambiental y productivo, a uno que genera el bienestar y la comodidad de las poblaciones ávidas de espacios sanos destinados a las personas mayores y otras variables de clima enfocadas a la elección de

territorios que se valoran aceleradamente en el mercado de tierras, ya sea por la belleza en sus paisajes o por la oportunidad económica que genera la implementación de nueva biotecnología.

Figura 1. Representación espacial del paisaje de sabana y diagrama de combinación de elementos climáticos que determina su identificación de acuerdo con Peltier (1950).



Los espacios urbanos y los espacios rurales

La ciudad de Bogotá es el elemento de partida más conocido para analizar la relación que tiene la expansión urbana sobre tierras agrícolas, que poco a poco van cayendo en la acción de búsqueda de su valorización, adquirida por el cambio de uso agrícola a urbano, y que también permite contrastar en el sentido contrario, a tierras con baja capacidad de uso agrícola que son ingresadas a los circuitos globales con el nuevo paradigma global del posibilismo basado en el impulso de la nueva biotecnología. Estas nuevas situaciones permiten observar que Colombia y los países de América Latina se encuentran en un cambio de paradigma en sus metodologías para clasificar el uso de las tierras, como son los métodos basados en la capacidad natural o determinísticas del uso de la tierra, en transición hacia el posibilismo, que en muchas ocasiones sustenta economías transnacionales y tiene poca consideración tiene con la cuestión ambiental.

El ordenamiento territorial se refuerza en un ordenamiento político globalizado y es básicamente un ordenamiento económico de la propiedad que se encuentra descrito en varios documentos de política (CONPES 3797/2014 y CONPES 3940/2018); a partir de ellos se dicta la función social de la propiedad privada y en este cambio paradigmático se vislumbra como la tierra adquiere una función económica.

La vivienda exclusiva se encuentra inscrita en una temporalidad que puede estudiarse espacialmente en las huellas históricas representadas en estructuras físicas presentes en las sabanas. El avance del poblamiento se analiza a partir de dos elementos, el primero es la dirección del crecimiento y es el dominante en Bogotá, se dirige desde el centro hacia el norte y del centro al sur como un proceso de ocupación ligado a la construcción de las principales vías de Bogotá: la carrera séptima, la décima, la avenida caracas, la carrera sesenta y ocho y la avenida Boyacá. La dirección norte-sur revela la necesidad de conectar a Bogotá con Tunja, a Bogotá con Fusagasugá y el Puerto fluvial en Girardot. La vivienda no exclusiva localizada al occidente de la ciudad colinda con las vías de la calle 13 hacia la zona franca de Madrid y Mosquera, en dirección a la ruta hacia la costa atlántica con salida por el borde norte de Bogotá.

El otro elemento es histórico y está representado de manera lineal en la dirección de crecimiento oriente-occidente de la ciudad y se puede identificar a través de la evolución en los tipos de vivienda. Sus inicios parten de la fundación de Bogotá por Gonzalo Jiménez de Quesada en 1538 en los alrededores del centro histórico el Chorro de Quevedo y el sector de la Candelaria (Bogotá o Bacatá significa en lengua Muisca *fin del valle*); en línea recta se encuentra como referente espacial de la invasión de sabanas inundables identificadas como asentamientos indígenas a las que constituyeron luego haciendas agrícolas y ganaderas en lo que hoy es el barrio Fontibón (*Hyntiba* nombre de un importante cacique Muisca), y más al occidente el establecimiento de la cabecera municipal de Madrid (Hacienda española) seguida de construcciones alineadas hacia esas tierras de la sabana, muestra una mancha urbana que muestra la tendencia de la ocupación de tierras de la sabana de Bogotá. El poblamiento de este sector

inicia en los años setenta con la llegada de la agroindustria de flores (Figura 2.)

Figura 2. Referentes de primeras viviendas exclusivas localizadas en los sectores de la Candelaria, Fontibón y Madrid. A la derecha se observan predios de un pasado agrícola en Cajicá solicitados para vivienda.



(Fuente: Google Earth, 2021).

En el presente las necesidades de vivienda exclusiva se establecen como una iniciativa del ordenamiento territorial de Bogotá, que para cerrar antiguas políticas basadas en enclaves industriales, que ahora se localizan dentro del perímetro urbano, incluye en la planeación a los municipios localizados en los alrededores de la gran ciudad y visualiza estos territorios como una reserva de tierras que se requieren para la liberación de predios, planeación y construcción de parques industriales, localización de centros de negocios internacionales e instalaciones de almacenamiento de provisiones para la ciudad capital.

El cambio de uso como estrategia de valorización de la tierra, que en el caso de los municipios de Cota, Tabio, Tenjo, Chía y Cajicá, se muestran como la nueva tendencia de ocupación urbana aunque mantiene un pasado agrícola susceptible de análisis espacial con la identificación de parcelas y distribución de lotes, fincas y con la presencia de galpones de flores; la población actual prefiere cambiar la vocación de uso agrícola de estas tierras a la construcción de vivienda exclusiva aduciendo la disminución en la producción de las tierras o la ocurrencia de procesos de salinización imaginarios (ocasionados por la fertilización de los cultivos de rosas, claveles y pompones) abre la posibilidad de adecuación del medio natural hacia nuevos usos (figura 3).

Figura 3. Distribución de predios de uso agrícola e invernaderos de flores con sus reservorios de agua extractada de capas profundas; se requieren tres pozos para llenar esos reservorios de aguas.



Fuente: Imagen Google Earth, sector Sesquilé- Suesca en Cundinamarca.

En la presente investigación se aplicó la identificación del paradigma como una forma particular de observar el mundo, para lo cual se definió el conjunto de conocimientos con los que se construyó un modelo o una representación de la problemática centrada en el cambio de uso de las tierras. Un cambio de paradigma surge al identificar una nueva problemática o cuando se requiere una nueva intervención considerada como una nueva forma de observar o de identificar un fenómeno; incluye además un desarrollo metodológico que posibilita el estudio o la desagregación de elementos que son necesarios para la búsqueda de soluciones acordes con las ciencias que se encuentran en progreso en ese lapso de tiempo.

Cada paradigma está soportado por un conjunto de teorías que le dan significancia y que en determinado caso pueden ser implantadas por grupos hegemónicos para lograr los objetivos de dominación y direccionamiento de las políticas públicas en beneficio propio o para incrementar los flujos de capitales mediante la creación de nuevos espacios geográficos.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Para contextualizar el enfoque se muestran los pasos generales por los que transitan los paradigmas como el empirismo basado en leyes generales que condujeron al darwinismo, el cual muestra la continuidad analizada a través de la evolución. La siguiente revolución paradigmática se basó en el historicismo a través del cual se analizó la problemática desde lo temporal y esto permitió comprender el cómo, el por qué y el cuándo; los conocimientos procedentes de la historia y la sociología condujeron al posibilismo que asegura que todo es realizable si se modifica la condición natural y con esta nueva visión se abrió la oportunidad para ejercer dominio sobre la naturaleza. El neoposibilismo es un paradigma más flexible, que presenta varios enfoques el análisis del espacio desde los métodos probabilísticos, con la inclusión de nuevas tecnologías, el otro enfoque se basa en la crítica radical que lleva a análisis muy diferentes a los que se daban en las ciencias. Emerge el enfoque ambiental valorado desde el análisis de la problematización.

El repoblamiento del territorio con gente llegada de otras partes del mundo es una estrategia novedosa que se aplica en países desarrollados y que también se encuentra presente en países en vías de desarrollo como Colombia. Mediante esta estrategia, se crean nuevos sitios de concentración de la población lo que facilita la gobernabilidad y da un impulso al proceso de globalización, para lo cual dichas tierras adquieren mayor rigidez en el aspecto normativo y jurídico.

Estas acciones que se llevan a cabo en el contexto mundial permiten el control total y facilitan el manejo de los efectos que se producen en la actualidad tales como la erosión y la reproducción del capital. Una nueva cultura emerge desde lo universal y facilita la movilización de capital e inversión acumulada en los países desarrollados y que requieren la circulación. La llamada tercerización del territorio es una nueva forma de ruralización con autonomía en el centro, lo moderno ahora es modesto, muy rápido y la población no tiene apego por los sitios. Lo natural cambia a otro modo de representación de lo humano que permite transformar la realidad.

La ruralidad como nuevo valor que afecta la naturaleza, se basa en espacios reconquistados tales como las sabanas, debido

a que no son visibles a la población general y poco pueden hacer los pobladores originales para oponerse al cambio. Cuando el término que se utiliza es el de “progreso”, los pobladores están en la obligación de aceptarlo porque es el capital el que influye en la autoridad local, ven en sus territorios la posibilidad de abrir nuevos ingresos y están muy de acuerdo con lo que se denomina en la actualidad el catastro multipropósito. Esta nueva política no es un acuerdo logrado durante el proceso de paz, se trata de una estrategia global aplicada a los países latinoamericanos sin distinción y en pleno desarrollo en dichos países.

A través del reencuentro con el lugar, el bien común y la llegada de nuevos pobladores se establece un neo ruralismo que cambia la territorialidad provocando nuevas prácticas socio-espaciales que dan paso al espacio del lugar. Se genera una reinención de enfoques profesionales con un nuevo discurso territorial con otras miradas y valores que potencializan los nuevos espacios del capital, y se considera un proyecto cultural que no tiene nada en común con el turismo; el traslado de las primeras viviendas a la zona rural plantea un nuevo ordenamiento en la ciudad que ahora es destinada a los negocios, el comercio y las conexiones internacionales.

En estos términos se analiza un pequeño sector de la sabana de Bogotá y lo que acontece en un sector de la sabana estacional en Puerto Gaitán para identificar las controversias existentes en el cambio de uso de la tierra, que se da énfasis en los usos habitacionales y usos agrícolas intensivos; es necesario comprender los cambios de paradigma si se definen las sabanas desde la mirada global y se establecen las controversias jurídicas y ambientales sucedidas durante el cambio de uso en esas tierras.

La sabana es definida como amplias extensiones de tierra de relieves planos con temperaturas ambientales mayores a 17°C, geográficamente distribuidas cerca de la línea ecuatorial en zonas intertropicales. La estructura vegetal predominante es herbácea con algunos arbustos que no superan los 2 metros de altura (Sarmiento, 1994); la sabana estacional mantiene enraizamiento denso y abundantes semillas en estado de latencia en los suelos. (Entrevista personal a Rubiela en la sabana estacional de Puerto Gaitán, Meta).

En esta parte de la investigación se tienen varios interrogantes ¿porque hay tanto movimiento de capitales a las sabanas naturales en el mundo?, ¿Cuáles fueron las estrategias aplicadas para identificar estos paisajes?

El objetivo de esta investigación es comprender los acontecimientos que llevaron al establecimiento de la población en algunas sabanas colombianas, el movimiento de capitales y la identificación de contradicciones causadas por el cambio de uso de las tierras que son más visibles.

Metodología

Para poder identificar el tipo de paradigma que se aplica en el cambio de uso de las tierras se tuvieron en consideración los instrumentos técnicos y jurídicos que se aplican en la actualidad para definir la capacidad de uso de las tierras, los cuales básicamente son determinantes de la aptitud de uso y consecuentemente ayudan en la identificación del nivel de fragilidad de las tierras. Estos elementos de planificación del uso de las tierras se encuentran registrados en el decreto 3600 de 2007 que tiene como fin proteger las tierras de clases agrológicas 1, 2 y 3 y cuyo propósito es colaborar en el cumplimiento de la función social de proveer alimentos y tangencialmente el de continuar las políticas de protección ambiental.

La metodología de capacidad de uso a cargo del Instituto Geográfico Agustín Codazzi se actualiza continuamente en métodos y técnicas para informar cada vez con mayor precisión sobre la clasificación agrológica de las tierras.

Se revisaron instrumentos de política que influyen directamente en las actividades que se dieron en las sabanas, se recibió información sobre las continuas revisiones de clases agrológicas que se piden para los municipios de la sabana de Bogotá para entender las nuevas estrategias que se siguen para presionar el cambio de uso de agrícola a urbano.

Las revisiones de capacidad de uso de los municipios de la sabana de Bogotá a escala 1:10.000, posibilitaron la liberación de 45% del área que se consideraba agrícola, en razón a que a esta escala se identificaron suelos mal drenados o muy superficiales debido a la erosión y desaparición de depósitos de

ceniza volcánica (IGAC, 2012). Aun cuando se liberó esta área, se buscaron otros mecanismos para cambiar el uso de rural a urbano y se revisó la fragmentación de espacios rurales del municipio de Cota cerca de la hacienda el Noviciado, esta acción llevó a la conformación de un barrio urbano constituido por varios predios que tuvieron que ser cambiados de uso rural a urbano porque luego de concluido el estudio de clases agrológicas y después de la revisión de la cartografía básica predial, este conglomerado de predios se encontraba con construcciones en más del 50% de su área. En un dato promedio obtenido de funcionarios del Instituto Geográfico Agustín Codazzi, mensualmente se reciben solicitudes de revisión de clases agrológicas a quince predios todos ellos con la finalidad de cambiar el uso de rural a urbano (información personal).

Al consultar los propietarios nativos de la sabana de Bogotá en el sector Tabio, Cota, Mosquera y Madrid, se denota un cambio de actitud dado que estos se muestran interesados en el fenómeno de urbanización y buscan cambiar las unidades de área de fanegadas a metro cuadrado es decir cambiar de rural a urbano y ejercen una presión continua en las oficinas de planeación de estos municipios (entrevistas a pobladores de la sabana de Bogotá); caso contrario en la sabana estacional de Puerto Gaitán los procesos de violencia condujeron al acaparamiento de predios y a la espera de una sobrevaloración de los predios, que llegó con los acuerdos de paz y con la destinación de estas tierras para la agricultura intensiva. En el último caso los propietarios llegados de otras regiones esperan recuperar su inversión y presionan para un cambio de uso hacia conjuntos habitacionales (Entrevista a líder campesina en la sabana estacional del Meta).

Algunos municipios en sus planes de ordenamiento territorial restringen la fragmentación de predios rurales en un área específica para evitar precisamente la diseminación de espacios urbanos en zonas rurales; este caso de fragmentación de predios en lotes es precisamente lo que sucede en la vereda Tillava en la sabana estacional del departamento de Meta, esto ocasiona un conflicto de legalidad de predios causado por la necesidad de vivienda para los trabajadores de las petroleras que se establecen en la región.

El insumo para definir la capacidad de uso de las tierras es la cartografía de suelos. En el 2015 continuaron los levantamientos de suelos en amplios sectores de la sabana de la Orinoquia y cubrieron una extensión de aproximadamente 2,8 millones de hectáreas a una escala 1:25.000; los municipios de Puerto Gaitán, Puerto López, Mapiripán, La Primavera, Santa Rosalía, Cumaribo y Puerto Carreño hicieron parte de los proyectos aplicados a políticas de uso del suelo (DNP, 2015).

Para el análisis de la sabana estacional localizada en clima cálido se tomó información de suelos del el sector Tillava – los Kioscos realizados por IGAC (2015). Estos espacios se analizaron con el fin de probar la hipótesis de cambio de paradigmas mediante el contraste de lo que acontece en la sabana estacional y el cambio de uso que sucede en el sector representativo de la sabana de Bogotá.

De paisajes y sabanas a nuevos territorios

El territorio ancestral localizado en el sector Tillava – los Kioscos contenía una población aborigen constituida por Piapocos, Achaguas y Guahibos que tenían territorios permeables (IGAC, 1995); hoy en día, a estas etnias se le reconoce como el grupo indígena *Sikuani* que cuenta con un reducido espacio denominado como resguardos. Esta multietnicidad constituía en la antigüedad un espacio social en donde confluían comunidades que realizaban trueques y representaban tierras por las que se movilizaban estos grupos, es decir se trataba de comunidades nómadas. Si se compara con otras sabanas naturales identificadas en la cartografía global se encuentran similitudes, como que todas estuvieron cubiertas de una diversidad cultural ancestral que ha sido reconocida por varios historiadores (IGAC, 1995; Bayer y Lenton, 2010; Quiñonez, 2020).

Sin embargo, esta población ancestral es agrupada en una sola Etnia que es reconocida socialmente por los organismos estatales y que poco a poco ha cambiado su cultura, aunque quedan algunas comunidades que ofrecen resistencia al cambio de la nueva forma de ver la vida en estas sabanas estacionales colombianas.

El afán de crear territorios ha llevado a que en las sabanas naturales colombianas se haya invertido el trabajo de varias generaciones en la ocupación de estas tierras; la primera generación corresponde a una de ellas basada en la vaquería y la cultura llanera; la segunda está relacionada con la colonización, con una agricultura de poca extensión y para un mercado exclusivo, elitista y recientemente una agricultura intensiva mecanizada y con nueva biotecnología que destruye para crear nuevos espacios agrarios en donde el capital puede reproducirse a sus anchas.

Tal como sucede con los paradigmas de la ciencia estas tres nuevas formas de ocupación programada por el Estado y la globalización, causaron por varias décadas la desterritorialización de los nativos y el cambio cultural de estas comunidades que han pasado por la evangelización, la nueva escolarización y las nuevas formas de producción capitalista, que ve un negocio en sus artefactos y adornos para incrementar los flujos de capital y crear nuevas esperanzas de vida.

Los procesos de reterritorialización de las sabanas naturales en algunas ocasiones se tornan contradictorios y obedecen a los cambios en el uso de las tierras y las prioridades que se tienen previstas en varias temporalidades por las que pasan estos espacios. Para sacar a la luz algunas de estas temporalidades se realizaron las comparaciones entre dos sabanas colombianas que muestran diferentes estados de ocupación.

El ser humano que habita las sabanas de acuerdo con el determinismo geográfico se encontraba en espacios abiertos y estaba expuesto a cambios extremos en cuanto a períodos húmedos y secos, que le obligaban al movimiento constante dentro de esos espacios debido a la disminución temporal de la calidad de vida y a la escasez de agua y alimentos. Con la llegada de las vías y la posibilidad de movilizarse de manera más rápida en estos espacios, la permanencia y los cruces posibilitaron estancias cortas, cambios positivos de las condiciones a través de la intermediación del medio, con nuevos instrumentos le permitieron una mejora en la vida al interior de la sabana estacional.

Las sabanas estacionales fragmentadas socialmente desde la antigüedad, en un período se agruparon por lo menos en una

categoría que tuvo similitudes biofísicas y a esta temporalidad le sigue otro tipo de fragmentación que puede observarse en la sabana de Bogotá y en los alrededores de la ciudad capital colombiana. La delimitación entre el campo y la ciudad producto de una política globalizada permiten comprender el porqué del uso actual de dos sabanas localizadas en climas diferentes como espacios agrícolas o de vivienda que son comparables solo con la aplicación del enfoque transdisciplinario. Los interrogantes para este tipo de sabanas que han sido ocupadas por más de 500 años con comunidades en progreso socioeconómico son: ¿Ante un espacio natural de sabana que significa un uso agrícola o un uso habitacional? y ¿Qué resulta más predatorio para la sabana, un cultivo intensivo o un uso para vivienda permanente?

Sabanas en contradicción

En términos actuales las tierras de las sabanas adquieren rigidez como menciona Santos (2000), con la creación de normas y políticas públicas que ayudan a que un proceso se realice de manera normal y esta, se constituye a su vez, en una nueva forma de entender las acciones que se cumplen con la planificación del uso en las sabanas naturales, con estos elementos se da inicio a la construcción de nuevas realidades, que en Colombia se establecen con la creación de la frontera agrícola para la revalorización del espacio y la promoción de nuevas técnicas que son necesarias para este tipo de producción; su aplicación solo es posible mediante el ingreso de altos volúmenes de capital y nuevas formas de producción intensiva, que causan la desterritorialización de las poblaciones locales incapaces de realizar el cambio de paradigma biotecnológico.

La frontera agrícola definida por el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Territorial y la Unidad de Planificación Regional Agropecuaria (MADR y UPRA, 2018) incluye los paisajes de sabana en todos los climas, esto significa que la producción agrícola en Colombia es diversa en su oferta y ante una apertura de fronteras se presentan algunas inconsistencias relacionadas con la economía. Por un lado los insumos para producir cada día son más costosos y se requieren de nuevas tecnologías, en mecanización y en la identificación de limitantes de los suelos

derivadas de levantamientos cartográficos, tanto que se prefiere paquetes tecnológicos que homogenizan las labores y no tienen en cuenta la oferta, el desbalance o la insuficiencia del suelo y se prefiere programar los usos agrícolas a partir de la cartografía de suelos general, que muestra menores limitaciones en el uso agrícola.

De otro lado las tierras con menor vocación agrícola se presentan con una visión futurista que muestra a la biotecnología como aquella que permite lograr los más altos rendimientos solo si se toman espacios inmensos con un monocultivo. Se piensa de manera parcializada que la oferta edáfica natural puede modificarse con nuevas tecnologías de cultivos, ocasionando una pérdida de biodiversidad y dejando de lado el supuesto teórico que afirmaba que cuando el uso de las tierras supera la capacidad de uso, estas irremediablemente se degradan.

Las acciones ambientales para los países de América Latina se programan desde los países dominantes y a través de acuerdos internacionales cooptando las funciones de las instituciones ambientales creadas a partir de los noventa y amarrando al sistema nacional ambiental a monitorear, producir informes y cumplir unas metas de degradación neutral que parte del estado actual y no tiene en cuenta las áreas ya degradadas por los sistemas agropecuarios adscritos a la llamada revolución verde.

Los cambios de uso de las tierras que están alejados de la aptitud agrícola natural o los usos urbanos que fragmentan el paisaje natural o cultural de la sabana tienen el mismo efecto en la población local, sus efectos son la revalorización de la tierra, los desequilibrios territoriales y la expulsión.

Generalidades de las sabanas

Las sabanas en general presentan alta susceptibilidad a los fenómenos de desertificación por algunas razones muy particulares relacionadas con la baja capacidad que tienen estas tierras para almacenar y regular las aguas lluvias.

Para el caso de la sabana de Bogotá las condiciones locales son diferentes a las de la sabana estacional. De acuerdo con Agualimpia y Castro (2013), las tierras de la sabana de Bogotá en el sector perimetral del borde norte de la ciudad tienen

alta capacidad de almacenamiento y retención de agua, esto disminuye las posibilidades de desertificación y le otorga a las tierras resiliencia al uso agrícola a pesar de que la precipitación sea menor y de que las tierras se encuentran en un clima frío seco.

El aspecto más importante se presenta en los pisos térmicos cálidos en donde hay incremento de las tasas de evapotranspiración que son la base de estos problemas, si a esto se añade la presencia de amplios períodos de sequía se tiene que los procesos degradativos tienden a ser más recurrentes.

Para el caso colombiano las ciudades con alta densidad poblacional se concentran en los pisos térmicos fríos y templados (DANE, 2012) y esto lleva a una competencia entre necesidades de agua para usos agrícolas y para usos habitacionales.

El aspecto de disponibilidad de agua se ve impactado por las demandas para usos habitacionales, industriales y comerciales, en algunos casos observados en las sabanas del caribe, caracterizadas por un clima cálido seco (IGAC, 2016), en donde es necesario recurrir a las aguas subterráneas porque prácticamente no hay ríos superficiales como es el caso de Aguachica, Cesar en Colombia así como en las sabanas de Chetumal en Quintana Roo México (Sánchez, Pacheco, Carrillo y González, 2016). Las aguas lluvias se presentan como una alternativa ecológica que marcará algunas de las características de la oferta de vivienda que se tiene para estos sectores de la sabana colombiana y que seguramente se aplicarán en las sabanas identificadas en América Latina y en el continente Africano.

El segundo aspecto de las sabanas es la cobertura vegetal que escasamente tienen especies arbóreas de amplias copas y doseles capaces de brindar protección al suelo a la pérdida de humedad; predominan especies herbáceas y hay muy pocas arbustivas, se añade como en el caso de la sabana de Bogotá, la sobre explotación de acuíferos causada por las agroindustrias de flores; de acuerdo con CAR (2008), la sabana de Bogotá cuenta con 634 pozos de aprovechamiento de aguas profundas y en algunos casos este inventario podría ser mayor.

Estado de la ocupación de sabanas

Normalmente hay una co-construcción interinstitucional del objeto de estudio que permite la solución de un problema común y que según los planteamientos de Jiménez y Ramírez (2008), permite que haya un efecto positivo para el común respecto a la gobernabilidad aplicada desde arriba hacia abajo; no obstante, estas buenas intenciones quedan cortas cuando se observan desequilibrios territoriales matizados en el progreso y en la materialización de los flujos de dinero local, que da la oportunidad a otros inversionistas que provienen de otras regiones del planeta.

En la tabla 1 se trata el aspecto de la ocupación de vivienda en cuatro municipios de la Sabana estacional del departamento del Meta, que muestran el aparente movimiento interno y un vaciamiento en los sectores de frontera agrícola de los municipios de Puerto Gaitán y Puerto López; también indica la presencia de habitaciones de uso temporal para población que se encuentra en transición hacia las sabanas que ahora se encuentran con baja densidad de población.

Tabla 1. Índice de ocupación de viviendas en cuatro municipios del departamento del Meta en la sabana estacional colombiana.

NOMBRE MUNICIPIO	Total unidades de vivienda de uso temporal	Total unidades de vivienda desocupadas	Total unidades de vivienda con personas presentes	Unidades de vivienda	Población	Índice de ocupación de viviendas
Mapiripán	81	165	1.718	2.008	6.036	0,9
Puerto Gaitán	544	1.873	10.466	12.897	41.017	0,8
Puerto López	550	1.968	8.676	11.246	28.270	0,8
San Martín	683	872	7.120	9.020	22.281	0,8

Fuente de datos: DANE, con base en Censo, 2018

Como nuevas modalidades de acción se plantea el análisis multiterritorial debido a que las nuevas ocupaciones se dedican a borrar el accionar de antiguos actores de territorio y es necesario

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

analisar estas controversias mediante nuevos instrumentos que permitan dejar al descubierto el entramado de las relaciones conflictivas que hay entre actores y para esto se apela a procesos interdisciplinarios que permiten el acercamiento del investigador a algunos aspectos de la realidad.

Se plantea en la investigación que las trayectorias de actores que han sido despojados de estas tierras dejaron sus huellas en estas tierras a través de los nombres de los sitios geográficos y es a través de la interpretación de los topónimos derivados de un estudio de cartografía antigua la que permite sacar a la luz esa pertenencia simbólica a dotar de nombres a los accidentes geográficos o sitios que frecuentaba la población ancestral y que da significado de pertenencia a estos lugares.

Para el caso de los primeros colonos de la sabana estacional colombiana, en un corto tiempo puede identificarse que a raíz de los procesos de paz de los años cincuenta y las fuertes migraciones dentro de la misma región, específicamente desde San Martín y desde Villavicencio, se nota una cultura que asemeja los procesos de ocupación moderna y que fue culturizándose desde la época de la colonia y con vínculos a especies introducidas en el continente denominado los llaneros o las vaquerías que aún tiene una fuerte influencia en el territorio porque contiene un alto componente político; estos primeros colonos pueden reconocerse en la cultura llanera, la música y las labores de vaquería. La huella de estos colonos está en la cartografía, impusieron nuevos nombres geográficos, pelearon territorio con los ancestrales y se asentaron en zonas con abundante disponibilidad de agua para sus labores de ganadería extensiva.

Los terceros ocupantes que han podido identificarse son traídos de otras regiones de Colombia en compensación por sus tierras perdidas durante el conflicto, sus tierras tenían mejor calidad y fueron desplazados a este territorio e insisten en producir agricultura en pequeñas parcelas, pueden utilizar pequeñas variaciones en las formas de siembra y creen en los arreglos agroforestales, las siembras basadas en procesos orgánicos, patentes de sitios para productos que antes no eran reconocidas. (entrevista personal a Rubiela en la sabana estacional del Meta).

El cuarto actor presente en la sabana estacional es variado y agresivo con los espacios naturales se encuentra asociado a

los procesos de globalización y viene cargado de biotecnología y maquinaria que tiene la capacidad de suplir a la mano de obra, estas maquinarias pueden descapotar preparar, sembrar y cosechar con mano de obra limitada. Se ven representados en comunidades religiosas como los menonitas, culturas chinas, grandes empresarios asociados a los circuitos internacionales, otros se combinan con las exploraciones de reservas de petróleo y extensos cultivos de palma africana y caucho.

La forma de rastrear esta intervención en el territorio puede visualizarse con imágenes de satélite que permiten reconocer espacialmente instalaciones o campamentos, extensas áreas cultivadas y terrenos descapotados o desprovistos de sus coberturas vegetales, se desarrollan a partir de vías que permiten movilizar los productos de cosechas y se encuentran alejadas de los centros urbanos.

Con la identificación de estos cuatro actores territoriales surgen nuevos interrogantes: ¿cómo identificar el desbalance territorial?, ¿qué técnicas utilizar para analizar la llegada de nuevos pobladores?, ¿cómo estimar el impacto que pueden causar esta nueva población en las decisiones y en la gobernanza de la región? ¿Cómo descifrar un territorio que aunque se encuentra en una zona poco intervenida, tiene cuatro actores que de alguna manera ejercen su poder o posesión en estas sabanas estacionales del departamento del Meta?

De acuerdo con información DANE (2018) sobre unidades de vivienda con personas ausentes y unidades de vivienda de uso temporal, se realizó una estimación de población foránea que se constituyen en el potencial de ocupación y establece las necesidades de vivienda dentro de la sabana estacional. Se encontró que los municipios con mayor cantidad de población foránea son Puerto Gaitán, San Martín y Puerto López (Tabla 2).

Las nuevas viviendas presentarán un incremento si a estos espacios de sabana estacional se le hace efectiva las políticas de enfoque territorial (PDET), en los que la agricultura intensiva proyectada para esta línea perimetral de la frontera agrícola, que marca el límite entre la sabana estacional y la selva amazónica en el sector de Mapiripán a orillas del río Iteviare, entrará en la era de los monocultivos.

Tabla 2. Estimación de la población foránea en cuatro municipios del departamento de Meta, localizados en la sabana estacional

NOMBRE MUNICIPIO	Total unidades de vivienda con personas ausentes	Total unidades de vivienda de uso temporal	Total unidades de vivienda desocupadas	Unidades de vivienda	Índice de ocupación de viviendas	Índice de personas por vivienda	Población foránea
Mapiripán	44	81	165	2.008	0,9	3	243
Puerto Gaitán	14	544	1.873	12.897	0,8	3	1730
Puerto López	52	550	1.968	11.246	0,8	3	1383
San Martín	345	683	872	9.020	0,8	2	1687

Fuente de datos: DANE, con base en Censo, 2018

En términos de gobernanza territorial la población foránea marca la diferencia en las decisiones políticas del territorio pues adquiere la posibilidad de elegir alcalde de esos municipios contiguos. Se puede ver en la tabla 2 que Puerto Gaitán de acuerdo con datos oficiales del DANE cuenta con la mayor cantidad de población foránea que es atraída por las actividades extractivistas del petróleo y por los cultivos de palma africana.

Una de las contradicciones que surge con la ocupación de sabanas naturales del departamento de Meta es el cambio de uso de la tierra, en primera instancia los levantamientos de suelos realizados a escala 1:25.000 al sector de Puerto Gaitán (IGAC, 2015), muestran que la capacidad de uso de las tierras se encuentra entre clases 6 y 7 lo que indica que su capacidad productiva es muy baja y solo puede utilizarse en usos agroforestales o silvopastoriles; si se supera esta capacidad con usos intensivos se incrementan los procesos erosivos.

A manera de contraste se analiza otro aspecto de sabana en la frontera agrícola trazada correspondiente a la sabana de Bogotá y se observa otro aspecto técnico relacionado con la capacidad de uso a través del decreto 3600 de 2007 que establece la protección de las tierras agrícolas que tienen clases agrológicas 1, 2 y 3; a pesar de que se revisó el uso potencial de las tierras a escala 1:10.000 y se liberaron el 45% de las tierras para el cambio de uso (Figura 4), continuamente se notan los cambios de una agricultura moderada al habitacional a través de encerrados exclusivos y modificaciones de las planicies de inundación de los ríos para generar espacios urbanos.

La oferta de vivienda exclusiva se encuentra avalada por nueva tecnología, y en el cual seguramente se hizo un análisis bioclimático para huir de las islas de calor que se encuentra en la metrópoli de Bogotá. Las viviendas que se ofrecen incluyen aspectos ecosostenibles, paneles solares y la utilización de aguas lluvias.

Una de las desventajas que tienen que afrontar los inversionistas en bienes inmuebles es que en épocas secas del año cuando los campos están recién preparados, los vientos levantan polvaredas que llegan a las casas exclusivas; lo más común es encontrar que hay que gastar cantidades de agua para aplacar las polvaredas por lo menos alrededor de estas unidades residenciales y esto causa un impacto ambiental por el uso desmedido de agua.

Figura 4. Espacios productivos versus espacios de vivienda exclusiva en la sabana de Bogotá. Fotografía: Castro, 2017.



La otra medida tomada por los inversionistas es la creación de muros anti ruido para aislar estas unidades residenciales de su entorno y esto contradice un poco la necesidad de comprar paisaje sabanero. Estos muros son promontorios de tierras

que asemejan pequeñas colinas que rodean el conjunto y dan privacidad a sus ocupantes.

Los núcleos de viviendas exclusivas en paisajes de sabana se presentan como una fragmentación del hábitat, que excluye del uso agrícola tradicional a pequeños sectores como burbujas dentro de espacios culturales que van segregando cada vez más a los campesinos tradicionales.

La llegada de empresarios agrícolas que no son de la región y que buscan beneficios económicos con los productos de la tierra, toman en arriendo algunos terrenos para la siembra de papa y para otros como hortalizas. Este punto analizado desde la transdisciplinaridad y desde el pensamiento complejo de Edgar Morín, muestra el otro aspecto de la sabana y se relaciona con la susceptibilidad de la tierra a los procesos degradativos y la pérdida de los servicios ambientales, cuando se analiza desde lo productivo también hay un proceso que puede durar muchos años, incluso muchas generaciones pero que se puede prevenir o puede minimizarse su impacto si se anticipan las consecuencias.

Desde el punto de vista de la ocupación programada se muestra que los mejores suelos se localizan al occidente de la sabana en el municipio del Rosal y es precisamente en ese sentido que se dirigen las zonas francas y los parques industriales, así como también se puede observarse un incremento en la oferta de vivienda de interés social entre Mosquera y Facatativá, considerados municipios con baja oferta de agua potable y es por ello que, se visualiza a futuro un impacto a los acuíferos de la sabana de Bogotá.

Pocos estudios se han realizado sobre los efectos devastadores de la agroindustria de las flores en la sabana de Bogotá, que con una visión cortoplacista se saca el mejor provecho de los suelos y las aguas subterráneas y no son sometidos a un control a su práctica extractivista.

Consideraciones

Los espacios de sabana siempre han estado en la mente de los planificadores y fueron considerados un punto central de las investigaciones climáticas, fisiográficas y en los tiempos modernos se han reactivado como una nueva oportunidad para la movilización de grandes capitales.

Los instrumentos de política y de gestión territorial muestran el establecimiento de un nuevo paradigma, en el que la información técnico-científica de suelos no es determinante de los nuevos usos y esto causa contradicciones de tipo teórico y procedimental. Tierras con vocación agrícola se valorizan más por el cambio de uso a vivienda exclusiva, mientras que las tierras que no tienen vocación para la agricultura ahora son consideradas dentro de la frontera agrícola, con una sobrevaloración por lo que podría suceder allí y no por lo que realmente están en capacidad de producir. Se da prioridad a la energía solar como fuente de producción rápida de biomasa y acumulación de azúcares, desvirtuando el papel del suelo en la producción y la generación de rendimientos.

Luego de la revolución verde renace la idea de una biotecnología que posibilitará el uso intensivo de tierras de baja fertilidad, si se homogenizan con nuevas formas de agricultura tecnificada creada para grandes inversionistas que llegan como comunidades religiosas o como empresarios de la agroindustria que toman la agricultura intensiva como un paso para la producción de carne en canal, para la generación de productos agroindustriales como alcohol carburante, biodiesel u otro.

El desplazamiento de la población a los espacios de sabana tropical provee la necesidad de generar nuevas unidades habitacionales; en tanto que en la sabana de clima frío la oportunidad inmobiliaria se realiza con atractivos en los paisajes y en la generación de prácticas innovadoras de corte ambiental y sobre suelos que tienen una clara vocación agrícola.

Para concluir se deja abierta la posibilidad de generar nuevos debate en cuanto a la fragmentación del paisaje y de la vida; en ese sentido se resumen tres posición distintas que identifican a los actores territoriales de las sabanas estacionales del Meta:

“...Cuando nos desplazan nuestras vidas se reducen a la necesidad. Al quedar sin tierra no podemos garantizarle una vida armoniosa a nuestra comunidad...” Rosalba Jiménez (líder Sikuaní)

“...un campesino... con tecnología apropiada y cultivando de manera orgánica... y con sellos de confianza son suficientes 100

hectáreas para su economía...” (Rubiela, Entrevista personal)

“...esta tierra no pueden utilizarla quienes no cuente con buen capital...” Expresidente Juan Manuel Santos...”

Referencias

Agualimpia, Y. y Castro, C. Capacidad de reserva de agua en los suelos del Borde Norte de Bogotá. En Revista Ciencias Técnicas Agropecuarias, ISSN -1010-2760, RNPS-0111, Vol. 22, No. 1 (enero-marzo, pp. 55-61), 2013. Disponible en: <http://scielo.sld.cu/pdf/rcta/v22n1/rcta10113.pdf>

CAR Corporación Autónoma Regional de Cundinamarca (2008). Plan de manejo ambiental de agua subterránea en la sabana de Bogotá y Zona Crítica. Disponible en: <https://www.car.gov.co/uploads/files/5b451edfc78f9.pdf>

Bayer, O. y Lenton, D. (2010). Historia de la crueldad argentina. Julio A. Roca y el genocidio de los pueblos originarios. Primera edición, Buenos Aires: RIGPI. 128 p.

Consejo Nacional de Política Económica y Social – CONPES. 3940. Delimitación de la Zona de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social en el municipio de Puerto López (Meta). Departamento Nacional de Planeación. (2018). Bogotá 42 p.

Consejo Nacional de Política Económica y Social – CONPES. 3797. Política para el desarrollo integral de la Orinoquia: Altillanura – fase I. Departamento Nacional de Planeación. (2014). Bogotá 83 p.

DANE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA (2012). Población en cabecera y resto para la región Andina, según municipio, Dirección de Censos y Demografía, Censo ajustado 2005. Dirección de Geoestadística, Marco Geoestadístico Nacional. Consultado en la página web el 2 de enero de 2021. https://geoportal.dane.gov.co/servicios/atlas-estadistico/src/Tomo_I_Demografico/phone/mapa/2.11_PoblacionRegionAndina.pdf

Decreto No. 3600 20 de septiembre de 2007. Por el cual se reglamentan las disposiciones de las Leyes 99 de 1993 y 388 de 1997 relativas a las determinantes de ordenamiento del suelo rural y al desarrollo de actuaciones urbanísticas de parcelación y edificación en este tipo de suelo y se adoptan otras disposiciones. Ministerio de Ambiente, Vivienda y desarrollo Territorial. Bogotá. 12 p.

DNP- Departamento Nacional de Planeación. Plan Nacional de desarrollo 2014 – 2018. Informe de septiembre de 2015. Disponible en: http://www.asorinoquia.org/sites/default/files/dnp_-_retos_y_avances_en_la_region_llanos_-_expogestion_orinoquia_1.pdf

Entrevista personal a Rubiela líder agrícola de la sabana estacional del Meta.

Holdridge, L. (1979). *Ecología basada en zonas de vida*. Traducido del inglés por H. Jiménez Saa. San José, Costa Rica, MCA. 1978. 216 p.

IGAC Instituto Geográfico Agustín Codazzi (1995). *Los Nombres Originales. De los territorios, sitios y accidentes geográficos de Colombia*. Subdirección de Geografía. Datos pertinentes del proceso de apropiación y socialización del territorio. División de Estudios Geográficos Básicos. Bogotá. tomo 2. 296 p.

IGAC Instituto Geográfico Agustín Codazzi (2012). *levantamiento de suelos en las áreas planas en los municipios de Cota, Tabio, Tenjo, Chía, Cajicá, Sopó, Tocancipá, Gachancipá, Facatativá, Mosquera, Madrid, Bojacá, Funza y Soacha*. Subdirección de Agrología, Bogotá. 534 p.

IGAC Instituto Geográfico Agustín Codazzi (2015). *Levantamiento semidetallado de suelos del sector Tillava los Kioscos en el municipio de Puerto Gaitán, Meta*. Bases de observaciones, resultados de laboratorio, Leyenda y mapa de suelos.

Instituto Geográfico Agustín Codazzi - IGAC (2016). *Levantamiento semidetallado de suelos a escala 1:25.000 en los municipios de La Paz, San Diego, Agustín Codazzi, Casacará, Astrea, Argona y la Loma (departamento de Cesar)*. Programa, política de tierras. Subdirección de agrología. Bogotá, D. C.

Jiménez, W. Ramírez, C. (2008). *Gobierno y políticas públicas*. Escuela superior de administración pública. Bogotá- 166 p.

LANG, R. (1920): *Verwitterung und Bodenbildung als Einfuhrung in die Boedenkunden*. Stuttgart, citado por DANTIN y REVENGA en 1941.

Peltier, L. (1950). *The geographic cycle in periglacial regions as it is related to climatic geomorphology*. *Annals of the Association of American Geographers* 40, 214-36. Penman, H.L. (1948): *Natural evaporation from open water, bare soil and grass*. *Proc. Roy. Soc. London A* (194), S. 120-145.

Quiñonez A. (2020). *Mundos de creación de los pueblos indígenas de América Latina*. Editorial Universidad Javeriana. E. R. A. Arte, Creación y Patrimonio Iberoamericanos en Redes / Universidad Pablo de Olavide. Bogotá. 400 p.

Sánchez, J. Álvarez, T., Pacheco, J. y González, R. *Calidad del agua subterránea: acuífero sur de Quintana Roo, México*. En *Tecnología y Ciencias del Agua*, vol. VII, núm. 4, julio-agosto de 2016, pp. 75-96. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/tca/v7n4/2007-2422-tca-7-04-00075.pdf>

Ministerio de Agricultura y desarrollo Rural MADR y Unidad de Planificación Regional Agropecuaria UPRA (2018). *Identificación General de la Frontera Agrícola en Colombia*. Escala 1:100.000. versión 1.0. Bogotá. 61 p.

Santos, Milton (2000). *La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo, Razón y emoción*. Primera edición de marzo. Ariel Geografía. 197 a 219 pp.

Sarmiento G. 1994. *Sabanas Naturales: génesis y ecología*. En: *Sabanas Naturales de Colombia* (p. 17-55). Cali. Banco de Occidente.

**DESIGUALDADE, GÊNERO
E DESENVOLVIMENTO**

La lectura de las desigualdades y la violencia de género en Italia: la experiencia del Centro Antiviolenza UNIPG

*Silvia Fornari*¹

1. Breve introducción

La violencia por razones de género es un fenómeno cuya dimensión aún no emerge en su real extensión a pesar de los avances logrados en los últimos años². Como es sabido, la violencia de la que hablamos es principalmente violencia doméstica, la que se practica y se manifiesta en el ámbito del hogar. Por eso es tan importante analizar y sacar a relucir su difusión real, con el objetivo por un lado de apoyar de la mejor forma posible a las redes que llevan tiempo presentes en nuestro territorio y por otro de planificar y desarrollar servicios de prevención y asistencia, calibrando sus resultados. Conocer, estudiar, profundizar y, al mismo tiempo, compartir conocimientos, recordando que “cualquier acto de violencia de género que implique o pueda implicar daño o sufrimiento físico, psicológico o sexual para la mujer, incluida la amenaza de estos actos, la coacción o privaciones arbitrarias de la libertad, ya sean en el transcurso de la vida pública o privada” (ONU, 1993: art.1) y también por esta razón que nuestras reflexiones no son secundarias o simplemente un anexo del debate.

De la declaración de la ONU surge la idea plenamente compartida de que la violencia contra la mujer “es la manifestación de una disparidad histórica en el equilibrio de poder entre hombre y mujer, que ha llevado a la dominación de los hombres sobre las mujeres y a la discriminación de las mismas, lo que ha impedido un progreso real en la condición de la mujer” (ibídem).

¹ Facultad de Filosofía, Ciencias Sociales, Humanas y de la Educación
Universidad degli Studi de Perusa - Italia

² Istat, *La violenza sulle donne*, en <https://www.istat.it/it/violenza-sulle-donne>.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

En este contexto general, la emergencia generada por la epidemia Covid-19 ha incrementado el riesgo de violencia contra las mujeres, asistiendo a un aumento de episodios de violencia precisamente en relación a la presión generada por el prolongado confinamiento y por el transcurrir aún más tiempo en casa con la persona violenta. El hogar en esta situación específica no es el lugar donde encontrar refugio y hospitalidad, sino que se convierte en el lugar donde con mayor frecuencia se dan diferentes formas de violencia, como se desprende de los testimonios de las víctimas (93,4% de los casos en 2020)³.

Los episodios se repiten en el tiempo, tanto que el 74,6% declara que la violencia ha durado años y sólo el 18,6% dice que ha durado meses (ibídem). Sin olvidar que lamentablemente en el 64,1% también se incluyen a menores, obligados a presenciar la violencia contra la madre y / o incluso dirigida a ellos mismos⁴. A pesar de todo ello, la lucha contra la violencia, incluso en nuestro país, no se ha detenido durante este período de pandemia. Las instituciones han fortalecido las intervenciones de prevención y aplicación de la ley (Ministerio del Interior, 17 de julio de 2020). La realidad de nuestra región de Umbría también forma parte de este marco nacional, que ha visto el aumento de más del doble (cada 100.000 habitantes) de las llamadas al número gratuito, junto con otras regiones vecinas como Lazio, Toscana y Cerdeña. Un incremento que no podemos atribuir sólo, como destaca ISTAT, a un mayor número de violencias sino también a los efectos positivos de las campañas de información y sensibilización que han permitido que las mujeres se sientan menos aisladas y contacten con números gratuitos cuando adviertan las primeras señales.

³ Istat (2020), *Violenza di genere al tempo del Covid-19: le chiamate al numero verde 1522*, en https://www.istat.it/it/files//2020/05/Stat-today_Chiamate-numero-antiviolenza.pdf.

⁴ Save The Children (2011), *Spettatori e Vittime: i minori e la violenza assistita in ambito domestico. Analisi dell'efficienza del sistema di protezione in Italia*, en <https://www.savethechildren.it/cosa-facciamo/pubblicazioni/spettatori-e-vittime-i-minori-e-la-violenza-assistita-ambito-domestico>

2. La investigación sobre los problemas de la violencia de género

El interés científico en este tema partió de la investigación presentada por el grupo de investigación sociológica del que soy referente científico, y fue financiado con los fondos de investigación básica, por la Facultad de Filosofía, Ciencias Sociales, Humanidades y Educación de la Universidad de Perusa en 2017. La investigación se centró en la percepción de la violencia de género por parte de los estudiantes de nuestra Universidad y de algunos testigos privilegiados de nuestra Región. Durante la fase de proyectación la pregunta básica se refería a la elección metodológica de cómo definir mejor “el encuentro” con los estudiantes matriculados en nuestra Universidad. Las dudas e incertidumbres que surgieron en esta etapa se disiparon gracias al elevado número de respuestas recibidas, aunque lamentablemente también se constató la presencia de alumnas que han conocido y / o sufrido formas de violencia de género. La encuesta logró interceptar la necesidad de comunicar el malestar generado por el / los evento / s de violencia vividos o conocidos, solicitando al mismo tiempo su atención y reflexión sobre el tema. La trascendencia de los datos cuantitativos y cualitativos nos ha dado una idea compartida del fenómeno de la violencia de género, mostrándonos también el número elevado de casos de violencia presenciada y sufrida.

Las respuestas a la encuesta y los testimonios recogidos con entrevistas pormenorizadas han sido una oportunidad para ofrecer una lectura de la violencia de género en relación con el contexto regional de Umbría. También nos han ayudado a iniciar una discusión sobre los resultados de la investigación con las entidades regionales.⁵

La investigación ha logrado sacar a relucir la imagen que tienen los alumnos y alumnas sobre el fenómeno de la violencia de género. Una percepción que nos ha impulsado aún más a continuar por el camino que hemos tomado tanto como

⁵ Se organizaron seminarios temáticos e interdisciplinarios y congresos durante los años académicos de 2017-18 a 2020-21 para presentar los resultados de la investigación y sobre todo para llevar el tema de la violencia de género no sólo a la atención pública académica.

investigadores como parte de una comunidad. En este sentido, la clase dirigente de la Universidad, así como de la política regional en sus distintos niveles, pueden intervenir para mantener un alto compromiso con la prevención y el apoyo a todas las víctimas de violencia de género. Si nuestra región cuenta con legislación autonómica y atención al tema, probablemente esto también sea resultado del evidente número de casos de violencia de género y feminicidios que se han producido en nuestra zona (Picchio, 2019; Damiani, 2019).

El cruce de resultados de los datos cuantitativos, obtenidos con una encuesta dirigida a todo el universo de alumnos matriculados en el A.C. 2016-2017 de la Universidad de Perusa, los grupos focales y las entrevistas en profundidad a testigos y personalidades del mundo de las instituciones, las asociaciones y la política de Umbría, proporcionaron el material estadístico y testimonial de la investigación, lo que nos permitió ofrecer una primera visión de la realidad y de la percepción social de la violencia de género en Umbría. Las numerosas respuestas recopiladas nos proporcionaron “ese primer vistazo” a la idea que los alumnos y alumnas tienen del tema en cuestión. Sin olvidar nunca que, como señala John Berger, «nunca miramos una sola cosa; lo que miramos es, siempre, la relación que existe entre nosotros y las cosas. Nuestra visión está constantemente activa y en constante movimiento. Y, constantemente, nos obliga a girar alrededor de las cosas, constituyendo lo que nos rodea en nuestra individualidad “ (Berger, 2015: 11).

Tras una primera lectura de los macrodatos surgió la evidente diferencia numérica en las respuestas de los estudiantes matriculados en las facultades de ciencias y humanidades a la encuesta en línea, junto con la diferencia de género en la participación en la investigación. Los aproximadamente cuatro mil (3.915) encuestados son el resultado de este intercambio de visiones, en este caso sin conocimiento directo entre el constructor de la encuesta (los investigadores) y quienes respondieron a la misma. Así aparece ya la representación de nuestra muestra, de la que emerge la composición predominantemente femenina. La primera gran diferenciación se refiere al género de los encuestados. El 72,26% (2.368) son chicas, frente a un escaso 27,74% (909) de chicos. El estereotipo de género también se

confirma en quienes contestaron la encuesta. Así como el cruce con los datos relativos a las matrículas en cursos universitarios confirma el estereotipo de género (Noè, 2012). La prevalencia de respuestas provino de estudiantes matriculados en cursos de Grado y Máster dedicados a las áreas de atención (social y de salud), de educación/formación y de cuestiones sociales (ver Orazi, 2020).

El predominio de respuestas dadas por chicas y la mayor atención prestada a la encuesta por parte de los estudiantes matriculados en cursos de humanidades son prueba de hasta qué punto el objeto de la investigación sigue siendo un tema de interés principalmente entre las mujeres como sujetos y/o víctimas de violencia de género. La autoexclusión, si no el desinterés mostrado por los jóvenes universitarios varones de la Universidad de Perusa, confirma lo que ya está presente en la literatura. En esta perspectiva es necesario poder comprender la lejanía del género “masculino”, si se trata exclusivamente de una cuestión de desinterés y/o de no compartir el “juicio” y/o el “prejuicio” hacia ellos, como hombres.

Dos condiciones de partida que marcan la distancia en la percepción femenina y masculina respecto al tema de la violencia de género. El estereotipo de que las chicas están más cerca del campo de la atención y de que son “sensibles” a los problemas que desencadena la violencia de género también se ve confirmado por la investigación presentada. En todos los diferentes ámbitos de la vida y el trabajo, en este caso de estudio, el género femenino confirma su atracción por todo lo que representa el mundo de la atención, la educación, la formación y también en todas aquellas áreas de trabajo de los profesionales médicos y sanitarios (Biemmi, Leonelli, 2016; Fornari, 2017; 2019; Murgia, Poggio, 2017; Eige, 2019).

Por estos motivos, se reitera la importancia de seguir impulsando iniciativas encaminadas a difundir y comunicar intervenciones para proteger a las víctimas de violencia de género. Esto significa invertir en prevención, formación y educación (Eige, 2017). Escuela y universidad deben estar presentes en los lugares de representación y debate para que chicos y chicas, desde niños, puedan conocer y reconocer las diferencias de género y sus representaciones en las vivencias cotidianas de

cada uno de nosotros (Fornari, 2017: 37-54). Es evidente que la educación, la formación y el debate cultural representan un valor añadido para cambiar la lógica de las diferentes formas de violencia. El aumento y/o persistencia de los fenómenos de violencia de género requieren intervenciones activas y constantes en el respeto de la relación hombre / mujer (Romito, 2005).

Los datos que emergieron son significativos, no solo por su relevancia numérica, sino también porque se involucró tanto a la comunidad regional que opera en el campo de la violencia de género (operadoras de los Cavs, responsables de asociaciones de mujeres, etc.), como a quienes, en el ámbito de la educación, la formación y la política regional (representantes de las instituciones públicas y privadas y del mundo educativo y político, etc.), han sabido destacar como intervenir para frenar y sobre todo para prevenir los numerosos episodios de violencia de género presentes en nuestra Región. También se propone la complejidad y ambivalencia del pensamiento y visión de quienes se enfrentan a estos problemas sociales y culturales específicos.

3. ¿Qué acciones de intervención en casos de violencia de género?

Quienes participan en la investigación y la percepción de la violencia de género deben estar atentos para poder delinear su evolución en los próximos años. La complejidad y multidimensionalidad del fenómeno está vinculada a la dinámica de la relacionalidad humana en la dimensión de poder y subordinación.

Se puede decir que el interés por la violencia de género en los últimos diez años ha vuelto a abrir un debate heterogéneo. Por un lado están los que siguen subestimando la magnitud del fenómeno, por otro los que creen que el número de formas diferentes de violencia es tal que hay que seguir preocupándose por sus efectos negativos en la sociedad. En este sentido, la investigación también ha sido una oportunidad para seguir estudiando el fenómeno. Además, nos permitió conocer la opinión de un segmento importante de la población, el de los jóvenes, y en este caso concreto el de los/las alumnos/as de la

Universidad de Perusa. Aunque en los últimos años ha habido un amplio proceso de intervención y estudio sobre la violencia y las diferentes formas en que la misma se ejerce, esto no significa que no sea necesario continuar investigando su dinámica e intervenir de forma eficaz para limitar sus efectos en la vida de las personas involucradas (víctimas y autores del delito). Sin embargo, el aumento de la atención e interés en los datos sobre la violencia ha permitido comprender mejor las implicaciones y, sobre todo, dar voz a las muchas historias detrás de las meras cifras .

Números oficiales, los de las dos encuestas de Istat (2008 y 2014) y los de las asociaciones que se ocupan de la violencia y el apoyo a las víctimas, así como los datos de las diversas investigaciones que se llevan a cabo sobre el tema. Como es el caso que nos ocupa . Quienes emplean la violencia y quienes la sufren en la gran mayoría son sujetos que se conocen, que tienen una relación íntima y / o personal, a menudo incluso son familiares y esto ciertamente no facilita la lectura del fenómeno. Así como no es fácil sacar a relucir los eventos reales de la violencia doméstica, sin olvidar los efectos dañinos de la violencia asistida⁶.

Intentando ofrecer nuestra propia perspectiva del fenómeno, trazando un hilo conductor en la necesidad de compromiso con la fase de transformación de la cultura de referencia en la que estamos inmersos, pero sobre todo para poder desarrollar y proponer un nuevo enfoque dirigido a las nuevas generaciones, a quienes se ofrece este trabajo. Conscientes de que las diferentes formas de violencia encuentran su matriz en la “cultura” de la desigualdad y en la gestión del “poder”.

En este sentido, superar la lógica patriarcal, sexista, homofóbica y androcéntrica es fundamental para poder construir una sociedad cohesionada que respete el reconocimiento del otro en general

Sin querer restringir el campo de interés que atañe esta problemática, en general aquellos que se enfrentan al mundo de la educación / formación y de la cultura, especialmente en Italia, deberían tener en cuenta este tema en concreto. La condición de la mujer en nuestro país no se puede evitar solo diciendo

⁶ Para obtener más información, consulte las webs del CISMAI (<https://cismai.it/>) y Save the Children (<https://www.savethechildren.it/blog-notizie/cos-e-la-violenza-assistita-e-quali-le-conseguenze-sui-bambini>).

que la igualdad se ha logrado gracias al reconocimiento de las políticas de igualdad de oportunidades y / o cuotas de género, y por lo tanto es anacrónico seguir ocupándose de ello. El análisis de la cultura italiana muestra lo necesario que es aún no bajar la guardia y no dejar de preocuparnos por conseguir la igualdad de género y en general por la condición de la mujer.

A partir de la lectura de las necesidades en la vida diaria de hombres y mujeres es posible comprender las necesidades reales de intervención política, económica y social. Muchas veces hoy la actualidad nacional sigue mostrando, más que ayer, situaciones de claro retroceso en las condiciones y oportunidades que se ofrecen a las mujeres para que consigan sus metas. Un lento e inexorable retroceso desde el inicio del proceso de democratización del país y en el contexto de las conquistas de las mujeres en los años Setenta para lograr la igualdad de derechos entre géneros. Parece que algo ya no funciona perfectamente en los mecanismos sociales. Las leyes de protección de los derechos de las mujeres, reconocidos como fundamentales para la implementación de los procesos de emancipación de las mismas, se encuentran ahora sitiadas, atacadas de forma directa y cuestionadas. Leyes vigentes, que son evitadas por objetores de conciencia (Ley IGV) y por continuas solicitudes de revisión de las mismas en términos derogatorios y / o restrictivos. Las mujeres, consideradas demasiado “emancipadas” y progresistas, se encuentran nuevamente en el banquillo, especialmente por los partidarios del regreso a una sociedad tradicionalista. Mujeres llamadas a la “responsabilidad” hacia su “natural” rol maternal y marital, pidiéndoles que vuelvan a ocuparse de la reproducción y cuidado de la descendencia, olvidando o dejando de lado todo lo concerniente al camino de emancipación y autonomía logrado hasta ahora. Mujeres ancladas a una cultura que las culpa de la crisis demográfica, que les reprocha el pensar sólo en su propio bienestar personal.

Así que una vez más las mujeres se encuentran en un proceso de condicionamiento cultural y social que las quiere esposas o madres, difícilmente mujeres y madres. En un contexto, el italiano, en el que apelarse al sentido de responsabilidad de la mujer no comporta intervenciones de apoyo a la maternidad y / o procreación asistida, ni tampoco más salidas en el mercado laboral.

Un país con una de las tasas de empleo femenino más bajas en comparación con otros países europeos, que tiene la mayor diferencia entre mujeres y hombres en el trabajo no remunerado. Diferencia que disminuye levemente cuando aumenta el nivel de educación en la pareja, cuando las mujeres se involucran más en el trabajo remunerado y los hombres son más colaborativos en los compromisos del cuidado familiar.

Todo esto confirma la teoría según la cual si las mujeres participan en el mercado laboral, también deciden tomar decisiones de procreación y de familia diferentes. Como lo demuestran las investigaciones demográficas y sociológicas sobre el tema. Una condición que se ha vuelto aún más difícil tras las restricciones impuestas por la pandemia, que vio obligadas a las mujeres, más que a los hombres, a quedarse en casa y tener que conciliar la presencia de los hijos en el hogar.⁷.

4. El Centro Antiviolenca UNIPG

Con la esperanza de conseguirlo, aunque solo sea en la propia realidad universitaria, la investigación ha sido un estímulo para llevar a cabo un proyecto capaz de intervenir y apoyar a todos / as los que forman parte de la Universidad de Perusa que se encuentren en una situación de violencia de género.

Así se decidió impulsar la apertura del “Centro Antiviolenca Unipg”, para ofrecer un espacio de escucha y ayuda a alumnos, alumnas y a todo el personal de la Universidad (profesorado y no docentes), en defensa y protección contra toda forma de violencia y / o discriminación a mujeres y hombres y también para orientarlos en los servicios y actividades presentes en el territorio. La peculiaridad del Centro radica en haber suscrito un convenio entre la Universidad y la “Asociación Temporal de Finalidad” (ATS, *Associazione Temporanea di Scopo*), formada por seis asociaciones de nuestro territorio regional.

Conocer, estudiar, profundizar y, en conjunto, compartir conocimientos, métodos y prácticas de trabajo han sido las

⁷ En: *L'impatto della pandemia COVID-19 sulle donne*, 01.03.2021; <https://www.europarl.europa.eu/news/it/headlines/society/20210225STO98702/1-impatto-della-pandemia-covid-19-sulle-donne-infografica>.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

condiciones previas para la construcción de un efectivo plan orgánico de intervenciones, desde el apoyo a la red territorial de servicios y centros contra la violencia, hasta la prevención y también la promoción de proyectos de formación para desarrollar comunidades cohesionadas, conscientes y responsables. En este sentido, el papel de las instituciones ha sido fundamental. Demasiadas veces, incluso en la actualidad, se piensa que la violencia de género afecta únicamente a las mujeres que la padecen.

La violencia de género afecta a todas y a todos, ya que tiene sus raíces en los problemas de relación entre hombres y mujeres, en el patrimonio cultural, en los estereotipos de género, en una visión de propiedad de la mujer por parte del hombre de la que nuestra cultura aún está impregnada. Por ello, junto con la necesaria respuesta reguladora y represiva, es necesario seguir trabajando principalmente para cambiar el paradigma cultural que permea los procesos educativos y sociales. Combatir el silencio y el secretismo que asfixia a las víctimas y la devastadora teoría de que la violencia en el seno de una pareja o una familia es, de alguna manera, un asunto privado. Es precisamente esto lo que, con demasiada frecuencia, mata. Sacar a relucir lo oculto, discutir públicamente sobre este flagelo social, difundir sus datos y utilizarlos es sin duda un componente fundamental de la lucha contra este tipo de violencia, ya que permite que quienes sufren la violencia se sientan menos solos, animándolos a denunciar. Por último, nuestro compromiso debe estar encaminado a promover el valor de la igualdad dentro de la diversidad entre mujeres y hombres, trabajando en todos los frentes, para que las generaciones futuras crezcan cada vez más libres de violencia de género, en una cultura efectiva de igualdad de derechos y deberes. Se han dado muchos pasos hacia adelante en los últimos años, pero nos enfrentamos a una victoria de la civilización que está aún y en gran parte por conquistar. Es una batalla que hay que librar todos los días, cuyas condiciones se ven dificultadas aún más por la pandemia que ha azotado a nuestras sociedades. De hecho, durante el período del confinamiento, la convivencia forzada exacerbó todavía más situaciones ya difíciles y creó nuevas y múltiples dificultades de relación dentro de las parejas, lo que también hizo más complicado para muchas mujeres pedir ayuda.

Las redes, instituciones y asociaciones locales anti-violencia han multiplicado sus esfuerzos para no dejar solas a estas mujeres, intentando dar respuesta a sus necesidades y ofreciendo nuevas modalidades de contacto con los servicios.

Precisamente porque la violencia es un hecho cultural y político que refleja las relaciones de poder entre hombres y mujeres en nuestra sociedad y las desigualdades de género en todos los sectores, no podemos seguir pensando en ella como un destino biológico. La violencia se puede descartar; siendo fiel a este principio y a lo proclamado en la Convención de Estambul en 2001, nació *el Centro Contra la Violencia* de UNIPG, exactamente el 25 de noviembre de 2020, el día de su presentación durante la conferencia organizada por nuestro grupo de trabajo cuando se presentó al colectivo universitario y a todo el territorio⁸.

Un servicio dirigido a todo el personal de la Universidad, a las alumnas y alumnos que puedan encontrarse en una situación de dificultad por las múltiples formas de violencia de género vividas de primera mano, o que tengan conocimiento de hechos de violencia, discriminación por razón de género o de orientación sexual contra personas cercanas a ellos.

La importancia del Centro viene determinada por el vínculo de la Universidad con el territorio, lo que ha permitido suscribir una *Associazione Temporanea di Scopo* o ATS (Asociación Temporal de Finalidad), cuyos signatarios son las Asociaciones que se han sumado al proyecto, las cuales llevan tiempo trabajando en nuestra Región en defensa y protección contra todas las formas de violencia y/o discriminación contra mujeres y hombres⁹.

Casi un año después de su inauguración, se reafirma la necesidad de mantener alta la atención en estos temas, incluso fuera de los períodos de recurrencia. Se trata de poder “socavar”

⁸ Es importante recordar que el Centro Antiviolencia es el resultado de un trabajo de sinergia entre todos los que han compartido este proyecto, ante todo el Excelentísimo Rector, D. Maurizio Oliviero, el delegado de recursos humanos, D. Mario Tosti, y sus observadores: Silvia Fornari, Mirella Damiani, Emidio Albertini.

⁹ Las seis asociaciones son: “*Libera...Mente Donna ets*”, signataria de la ATS; “*Libertas Margot*”; “*Omphalos LGBTI*”; “*Donne Contro la Guerra*”; “*Accademia Pietro Vannucci*”; “*Forum Donne Amelia*”.

y/o dismantlar los estereotipos y superar todos los prejuicios derivados de las disparidades de género. Si bien lograr la igualdad total es ciertamente ilusorio, aún es posible establecer un equilibrio en las relaciones de género en cuestiones económicas, políticas y sociales.

Como escribe Concita de Gregorio, “estamos en una fase de transición difícil y crucial. Está ahí para que todos lo vean y, sin embargo, no se menciona. Estamos en el punto en el que o avanzamos o bien retrocedemos rápidamente. Hay un costo en todas las conquistas, sólo que aquí se paga con treinta años de atraso. Es hora de decidir. Es ahora que sabemos lo que significa estar del lado de las niñas: ahora que las niñas se han convertido en adultas” (de Gregorio, 2008: 8-9).

La construcción de una “nueva” forma de pensar en una sociedad más igualitaria y simétrica es un ejercicio diario para todos, hombres y mujeres, chicos y chicas, niños y niñas. Un ejercicio dirigido a definir referencias de identidad masculina y femenina flexibles y no rígidamente arraigadas en viejos esquemas tradicionalistas para superar las disparidades y desigualdades de género.

Si se quiere ayudar a los hombres a superar un enfoque cultural dominante, las propias mujeres deben salir del papel de cuidadoras y de víctimas que les asigna una cultura patriarcal y misógina. La educación y la formación continua se convierten en las principales herramientas para razonar y proponer una lectura alternativa de la visión estereotipada de los dos géneros (la mujer dulce y acogedora, el hombre frío y dominante)¹⁰. Una jerarquía entre sexos que condiciona, incluso inconscientemente, nuestros comportamientos y nos obliga a no ver dónde y cómo nace la relación “víctima-verdugo”.

Superar la oposición y la competitividad entre géneros será posible cuando ambos sean capaces de leer su rol político

¹⁰ Para más información, consulte la primera investigación sobre roles de género realizada por una pedagoga feminista en guarderías (Elena Gianini Belotti, 1973). El volumen invitaba a todos los que trabajan en las guarderías a releer los procesos educativos con la especificación actual de seguir haciéndolo en todos los servicios dedicados a la primera infancia (Fornari, 2017a; 2017b; 2018). Necesidad corroborada por el trabajo de la periodista Loredana Lipperini que retoma el trabajo de Gianini Belotti para subrayar el proceso de retroceso y no de avance de la condición femenina italiana (Lipperini, 2007).

y social a partir del mutuo apoyo y reciprocidad. (Mapelli, 2017; Scozzafava, 2017).

En este contexto, las nuevas generaciones, que han crecido en un mundo democrático e igualitario, en el que todas las batallas por la consecución de los derechos las han ganado otros y que frecuentemente se dan por descontadas, ¿están realmente libres de estereotipos sobre las desigualdades de género?

Sin embargo, la posibilidad de poder confrontarnos con ellos en las aulas universitarias es sin duda una oportunidad para conocer su visión de la realidad actual, pero sobre todo para ayudarles a conocer el largo camino que nos ha traído a la actual realidad sociopolítica y cultural. Al mismo tiempo, la confrontación representa una oportunidad fundamental tanto para alumnos como para profesores, especialmente cuando esto sucede para ayudar a las nuevas generaciones a orientarse en la hipercomplejidad de nuestro tiempo.

Nota bibliográfica

Aime M., Pietropolli Charmet G. (2014), *La fatica di diventare grandi. La scomparsa dei riti di passaggio*, Einaudi, Torino.

Berger J. (2015), *Questione di sguardi. Sette inviti al vedere tra storia dell'arte e quotidiano*, Il Saggiatore, Milano.

Biemmi I., Leonelli S. (2016), *Gabbie di genere. Retaggi sessisti e scelte formative*, Rosenberg & Sellier, Torino.

Damiani M. (2019), *Il ruolo della politica umbra: la legge regionale contro la violenza di genere*, en S. Fornari (Ed.) *La violenza di genere en Umbria, tra realtà e percezione sociale*, Vol. I, Cedam, Milano: 119-136.

de Gregorio C. (2008), *Malamore. Esercizi di resistenza al dolore*, Mondadori, Milano.

Eige (2017), *Gender Equality Index 2017 – Measurement framework of violence against women*, en <https://eige.europa.eu/gender-based-violence>.

Eige (2019), *Gender Equality Index 2019*, en <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2019>.

Fornari S. (2017a), *Introduzione. Il genere nel sistema formativo italiano. È ancora necessario parlarne?*, en S. Fornari (Ed.), *Genere e modelli educativi. Voci dal mondo dell'educazione e dei servizi*, Pacini, Pisa: 5-10.

Fornari S. (2017b), *La construction du genre dans la petite enfance: le point de vue des services et des familles*, en «M@gm@», 15/3.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Fornari S. (2017c), *La femminilizzazione del sistema educativo e la cultura misogina*, en Id. (Ed.), *Genere e modelli educativi. Voci dal mondo dell'educazione e dei servizi*, Pacini, Pisa: 37-54.

Fornari S. (2018), *Fare ricerca sul "genere" nei servizi per l'infanzia*, en F. Falcinelli, V. Raspa (Ed.), *I servizi per l'infanzia. Dalle esperienze alla prospettiva 0-6*, FrancoAngeli, Milano: 68-75.

Fornari S. (2019), *La condizione femminile. Le ragioni socio culturali della violenza di genere in Italia*, en Id. (Ed.), *La violenza di genere in Umbria, tra realtà e percezione sociale*, Vol. I, Cedam, Milano: 3-30.

Gianini Belotti E. (1973), *Dalla parte delle bambine. L'influenza dei condizionamenti sociali nella formazione del ruolo femminile nei primi anni di vita*, Feltrinelli, Milano.

Istat (2019), *Stereotipi sui ruoli di genere e l'immagine sociale della violenza sessuale*, en https://www.istat.it/it/archivio/235994?fbclid=IwAR14xqLiFgcvziBBHROIVF4AhMer74UW6Bo8IU7bQ05764Af30Mk_SJk1Tg.

Lipperini L. (2007), *Ancora dalla parte delle bambine*, Feltrinelli, Milano.

Mapelli B. (2017), *Nuove intimità. Strategie affettive e comunitarie nel pluralismo contemporaneo*, Rosenberg & Sellier, Torino.

Murgia A., Poggio B. (2017), *Saperi di genere. Prospettive interdisciplinari su formazione, università, lavoro, politiche e movimenti sociali*, Centro Studi Interdisciplinari Genere, Università degli Studi di Trento, en [http://events.unitn.it/sites/events.unitn.it/files/download/saperidigenere2017/E-book_SaperidiGenere_def%20\(2\).pdf](http://events.unitn.it/sites/events.unitn.it/files/download/saperidigenere2017/E-book_SaperidiGenere_def%20(2).pdf).

Noè C. (2012), *Genere e scelte formative*, en AlmaLaurea Working Papers, n. 54 Aprile; <https://www2.almalaurea.it/universita/pubblicazioni/wp/pdf/wp54.pdf>.

Picchio M. (2019), *Mai più sole, mai più solo vittime. Associazioni e centri anti violenza sulle donne in Umbria*, en S. Fornari (Ed.), *La violenza di genere in Umbria, tra realtà e percezione sociale*, Vol. I, Cedam, Milano: 87-117.

Romito P. (2005), *Un silenzio assordante. La violenza occultata su donne e minori*, FrancoAngeli, Milano.

Scozzafava G. ed alii (2017), *La mossa giusta. Professioni a confronto contro la violenza di genere*, KeyEditore, Vicalvi (FR).

Soffici C. (2010), *Ma le donne no. Come si vive nel paese più maschilista d'Europa*, Feltrinelli, Milano.

Zagrebelsky G. (2016), *Senza adulti*, Einaudi, Torino.

Il riscatto delle donne: dallo sviluppo locale alle “mascherine antiviolenza”

Simona Iannaccone¹

Introduzione

La violenza sulle donne appare quale esito di un sistema sociale, fondato per lo più su pregiudizi e stereotipi di genere, che l'uomo si è costituito nel corso dei secoli, e che gli ha permesso di godere di maggiori diritti e privilegi rispetto alla donna, considerata da sempre inferiore e sottomessa alla figura maschile. L'appartenere al genere femminile diventa, perciò, il presupposto sufficiente per essere maggiormente esposte al rischio di subire minacce e violenze da parte dei maschi, che provano, in questo modo, a preservare la loro supremazia. La violenza di genere si caratterizza come un fenomeno del nostro tempo, che racchiude in sé elementi di complessità, disordine e confusione. Un fenomeno sfuggente del quale riusciamo ad intravedere una remota superficie indistinta e di cui, talvolta, percepiamo solo un'immagine sfocata.

Un fenomeno che assume il carattere dell'invisibilità: invisibile perché si consuma all'interno del privato dei rapporti familiari e affettivi, perché non sempre se ne riconoscono i contorni e i contenuti, invisibile anche perché la comunicazione e l'informazione mediatica generano spesso ambiguità, pregiudizi, stereotipi che danno luogo a percezioni distorte e a sovrapposizioni di significato.

La nostra cultura è ancora intrisa di sciovinismo maschile e, dunque, del germe della violenza. Una conoscenza approfondita del fenomeno è necessaria per lo sviluppo delle contromisure legislative volte a prevenire tale violenza.

¹ l'Università telematica Pegaso (ITÁLIA)

1. Come riconoscere la violenza di genere oppure la violenza di genere stereotipata

Quale fenomeno pervasivo e profondamente radicato nelle relazioni di genere, la violenza di genere è ormai riconosciuta e denunciata da tutti gli attori sociali e istituzionali ed è sempre accompagnata da ragioni ideologiche e culturali. La cultura non è qualcosa di fisso e immutabile che deriva dalla natura: essa è un costrutto artificiale e sociale in continuo cambiamento. La cultura crea il senso della società, ma è essa stessa una creazione sociale (Malizia, 2006).

Gli abusi trovano il loro contesto all'interno di questa circolarità, producendo regole sociali che giustificano e promuovono le violenze di genere. Gli artefici appartengono a tutte le classi e compiono abusi fisici e sessuali sul lavoro e in famiglia.

La violenza contro le donne è prima di tutto una questione politica e culturale, questione che attraversa tutti i contesti culturali e sociali e che per essere affrontata deve mettere in discussione l'equilibrio esistente nei rapporti di potere tra uomini e donne (Zanfrini, 2011; Paccès e Meduni, 2000).

Alcuni modelli culturali influenzano le opinioni che le persone hanno nei confronti di questo genere di violenza, in particolare quelle relative ai ruoli di genere ed alcuni stereotipi rispetto alle relazioni familiari.

Quando si vuole condannare la violenza sulle donne, l'immaginario mediatico tende a riproporci una vittima che non sia completamente pura, come se questo solidarizzare con chi subisce violenza fosse possibile solo a condizione di un'innocenza originaria totale e definitiva.

Dunque la violenza di genere vuol dire confrontarsi con luoghi comuni e stereotipi fortemente radicati che distorcono la visione del problema e delle possibili soluzioni. Alcuni di essi sono veri e propri miti da sfatare, altri corrispondono ad affermazioni imprecise che derivano da letture banalizzanti o da convinzioni basate su generalizzazioni e conoscenze incomplete.

L'attuale industria dell'informazione in tempo reale e virtuale ha prodotto un irrefrenabile fenomeno di trasformazione della società in genere e della cultura che la rappresenta, comportando

come conseguenza una riorganizzazione nel modo di vivere e dei valori (Zecchini, 2005).

Non si può non prendere in considerazione che la realtà e rappresentazione si potenziano a vicenda in termini negativi nei confronti delle donne, anzi la rappresentazione delle donne in politica così come nella stampa svolge addirittura la funzione di ridimensionamento del ruolo di queste, costituendo un freno rispetto alla costruzione dell'immaginario autorevole delle donne.

In qualche modo la violenza è oggetto di produzioni discorsive in tutti gli ambiti del sociale, in particolare quello giuridico e quello politico, che si sovrappongono continuamente contribuendo, a definirla, incasellarla, classificarla di volta in volta in relazione a soggetti, condotte, identità (cfr. Lombard, 2018).

La violenza richiama sempre i sentimenti più profondi di una società, poiché ne rispecchia le contraddizioni più intime, quelle legate al conflitto di genere, all'aspetto della libertà sessuale, all'autodeterminazione.

Sono i momenti di rottura aperti dal conflitto sociale delle donne per l'autodeterminazione ad aver permesso un radicale mutamento sociale e culturale che ha portato alla possibilità di riconoscere la violenza come problema sociale. La complessità emotiva e psicologica che si sviluppa a seguito di una violenza, sia essa episodica sia consueta nel tempo, determina un sommerso ancora molto elevato.

La violenza contro le donne assume dunque molteplici forme più o meno gravi: dalla violenza fisica a quella sessuale, dalla violenza psicologica a quella economica, dagli atti persecutori come lo stalking fino ad arrivare all'atto più estremo denominato femminicidio (Roia, 2017).

Il principio di uguaglianza tra uomini e donne presuppone necessariamente che siano eliminati gli svantaggi delle donne nell'accesso e nella partecipazione al mercato del lavoro e in tutti gli ambiti della vita sociale, adottando tutte le misure necessarie, volte ad eliminare ogni forma di discriminazione, contribuendo a realizzare una società più giusta, una società concretamente democratica, una società dove vengono garantiti pari diritti di cittadinanza, pari opportunità, eguaglianza nei diritti, collaborazione e solidarietà sociale.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

La violenza degli uomini contro le donne riflette, da un lato, il modello della dominanza (Crespi, 2008) e, dall'altro, quello della sottomissione; tale violenza ha come scopo quello di affermare la superiorità maschile (Danna, 2007). Basti pensare al mercato del lavoro e alle difficoltà per le donne di progredire nella carriera, nonché al carattere di dipendenza e subalternità dall'uomo con cui la donna viene delineata sul piano culturale.

Il fenomeno della violenza compiuta dagli uomini sulle donne è qualcosa di strutturale; tuttavia non si tratta di orientamenti naturali, genetiche, ma di responsabilità individuali, per cui, nelle società che difendono i diritti umani, non si possono concedere attenuanti culturali.

Da sempre c'è molta pressione sociale sugli uomini affinché siano forti, potenti e provvedano adeguatamente ai bisogni della famiglia. Quando si cresce con queste idee tradizionaliste di come deve essere "un vero uomo" è difficile accettare l'emancipazione femminile in continuo divenire. Soprattutto quando il peggior insulto che un uomo possa rivolgere ad un altro è quello di rassomigliare simbolicamente a una donna (femminuccia, effeminato) (Piccone & Saraceno, 1996; Bonura, 2018)

Una collettività che quotidianamente viene abituata a sentir parlare di femminicidi, di molestie nel mondo del lavoro, di intimidazioni pubbliche e private, di episodi di violenza sulle donne, non può che intraprendere una logica di pensiero prettamente femminista.

Questo, per esprimere la spontanea collocazione della violenza primariamente alla sfera femminile, e solo successivamente (e non ancora completamente), sulla logica maschile.

Tant'è vero che ancora oggi sul piano politico, sul piano economico, ma soprattutto su quello sociale, l'interesse è ancora profondamente centralizzato sulla questione femminile, da lungo tempo interesse delle sfere pubbliche e private della società moderne.

Ciò che per molto tempo è stato sottovalutato nella nostra cultura accademica e nelle esperienze comunitarie, è un discorso sulla figura maschile, rimasto per lungo tempo un nodo irrisolto, tendenzialmente invisibile dagli occhi del grande pubblico. La conoscenza pubblica in merito alla violenza di genere provoca indubbiamente indignazione e

rabbia, e si enfatizza sul preconcetto che spesso, l'aggressore rappresenti una figura maschile sconosciuta. La cronaca odierna è in grado di smontare fin da subito quest'immagine distorta della violenza, in cui nella stragrande maggioranza dei casi, a incutere violenza è proprio una persona vicina alla sfera intima e relazionale della donna.

Il "pericolo" non è un nemico oscuro lontano dalla realtà sociale, bensì è molto più vicino di quanto si possa credere, nelle reti familiari, nelle amicizie, nelle relazioni più intime. Un fenomeno tanto atroce, quanto diffuso come la violenza, porta ad interrogarci sulla nostra "normalità" e il nostro presente.

Il rischio di questa mentalità collettiva è proprio quello di parlare ed affrontare le dinamiche della violenza di genere soltanto dal punto di vista femminile, in quanto vittima, e occultando invece l'immagine di un uomo persecutore.

Quella proposta è la rappresentazione di un'inferiorità femminile, condizione per altro sedentaria e radicata nelle relazioni di genere, precursore di un graduale inasprimento del fenomeno stesso (Corradi, 2009). Da qui nascono gli stereotipi di genere che facilitano la diffusione della violenza, essi sono schemi che limitano l'identità delle donne all'essere madri o ammaliatrici subdole e sminuiscono allo stesso tempo l'identità maschile, paragonandola a quella degli animali, come esseri rudi, predatori e quindi violenti (Bonura, 2018).

Ne consegue nel tempo l'affermazione di due concetti discutibili, ossia:

- a) l'azione della violenza non appartiene alla fascia maschile che abita nella nostra sfera quotidiana e non appartiene neanche alla nostra realtà più intima e quotidiana;
- b) le donne in quanto tali, all'interno del ciclo della violenza, rappresentano sempre o comunque la figura debole e indifesa, che reclama supporto e sostegno dagli altri.

Nonostante l'informazione pubblica, la normativa stessa, l'opinione pubblica continua a considerare in primis la posizione della donna come una vittima del processo di violenza, bisognerebbe iniziare a concepire l'idea che la violenza sulle donne è una questione che appartiene e riguarda prima di tutto l'uomo.

Non è concepibile potersi soffermare soltanto alla percezione di un disordine sociale se vogliamo dare un significato a questo fenomeno.

La violenza è frutto dell'opera umana, della cultura, dei movimenti politici e delle concezioni istituzionali, non così lontano da quella che ricordiamo essere stata punto cardine nelle relazioni sociali e culturali per molti secoli, ossia la concezione patriarcale.

2. Riconoscere la violenza e immaginare scenari di prevenzione

Nella grande maggioranza dei casi, l'uomo che mette in atto azioni di violenza sulla donna, difficilmente prende coscienza di ciò che ha fatto, o di aver inferto violenza ad una altra persona, magari a lui cara. Eppure la società contemporanea, non può più permettersi di nascondersi dietro queste velate giustificazioni o "strategie difensive", a seconda di come le si ritiene più propriamente definibili.

Gli episodi violenti si scatenano spesso per motivi banali e sono seguiti da scuse e pentimento da parte del partner/aggressore, alternando così la crisi violenta con la cosiddetta "luna di miele", periodo in cui il rapporto, apparentemente più saldo, riprende come se niente fosse accaduto.

La donna, nella speranza che il domani sarà diverso, che il pentimento sortisca un cambiamento strutturale, si trova a minimizzare le tensioni e a nascondere all'esterno e a sé stessa il proprio disagio e la pericolosità della situazione. Subire violenza è un'esperienza traumatica, che produce effetti diversi a seconda del tipo di violenza subita e della persona che ne è vittima.

Una donna che desidera uscire da una condizione di violenza si trova ad affrontare un percorso particolarmente difficile per i numerosi conflitti interiori che deve sostenere, poiché vive in costante pericolo ma allo stesso tempo ha un legame emotivo ed affettivo forte con la persona maltrattante. La scelta diventa ancora più complessa in quanto la donna deve riconoscere di ritrovarsi in una relazione violenta e ammettere il fallimento del rapporto. Ogni donna è diversa, ciascuna ha

una propria soglia di tolleranza della violenza e si trova ad agire in contesti differenti.

Comprendere di trovarsi in una relazione violenta non è sempre facile, poiché gli episodi spesso si alternano a fasi di riconciliazione più o meno lunghe. Questo ciclo in cui si avvicendano fasi violente e riappacificazioni, sovente si presenta così: la donna si ribella e il partner in risposta a ciò intensifica le azioni violente, passati questi periodi l'uomo maltrattante mostra dei segni di pentimento, soprattutto in vista di richieste di divorzio o in seguito a denunce, allora la donna nella speranza che sia avvenuto un cambiamento concreto perdona l'uomo. Tutto questo genera una grande confusione, soprattutto quando la vittima si renderà conto che il periodo di "pace" non è ripristinato per sempre, ma che si verificheranno ulteriori episodi di violenza. Prima che avvenga un cambiamento vero e proprio e che la donna arrivi alla rottura del rapporto, deve affrontare numerosi ostacoli quali: minacce, la mancanza di indipendenza economica, l'assenza di una rete di sostegno, la mancanza di servizi attivi, la mancanza di informazione sui propri diritti, la vergogna, la paura del giudizio, l'autocolpevolizzazione e tanti altri ancora.

Purtroppo, la scarsa consapevolezza dei dati quantitativi del fenomeno è una delle maggiori difficoltà che da sempre sono emerse in relazione alla possibilità di mettere in azione in modo efficace le misure di prevenzione e di repressione del fenomeno violento.

Le lacune concernono sia la totalità delle condotte con cui affiora e si manifesta la violenza, sia l'incidenza delle diverse tipologie di violenza e perciò anche il grado di vittimizzazione a carico delle donne.

I dati quantitativi sul fenomeno e il peso degli eventi delittuosi riguardanti il fenomeno della violenza contro la donna è uno dei modi fondamentali per sviluppare un approccio analitico e critico basato su una conoscenza sempre più approfondita delle forme e delle modalità di agire violenza, anche con riferimento alla gravità dei singoli fatti di reato e alle variazioni che si possono registrare nel tempo, ovvero alle trasformazioni stesse del fenomeno.

La difficoltà a raccogliere informazioni e alcuni dati fanno emergere come il fenomeno sia ancora invisibile e come facciano fatica ad emergere le situazioni di violenza in quanto tali.

La non emersione di alcuni dati sono in parte attribuibili alla mancanza di un sistema degli interventi condiviso in rete e di un meccanismo di invio a livello nazionale che permetta la segnalazione e la rilevazione delle richieste di aiuto e perciò della casistica della violenza. Altri dati non sono rilevati poiché non avviene una modalità comune di inserimento delle informazioni nelle statistiche criminali ufficiali (Cimagalli, 2018).

Molto spesso infatti, i criteri con cui vengono raccolti i dati, rendono alquanto complessa, l'individuazione del carattere di "genere" di numerosi atti criminosi, compresi gli omicidi che vedono coinvolte come vittime soprattutto le donne (Ibidem).

Il monitoraggio del fenomeno della violenza, e in modo particolare il dato sui femminicidi, diviene determinante per creare delle analisi comparate con gli altri Paesi e offre spunti di riflessione sull'insieme degli interventi e servizi necessari ad una migliore ottimizzazione degli standard di protezione delle vittime e l'impostazione di dispositivi e programmi di prevenzione mirati anche su una valutazione del rischio di recidiva.

Tale necessità è di grande interesse poiché le storie individuali di ogni donna non siano più interpretate e narrate come l'evento imprevedibile o una tragica fatalità, ma si configurano come copioni di uno stesso scenario complesso dietro il quale si svela un fenomeno più articolato, invisibile, silenzioso e sommerso, ovvero quello dei maltrattamenti e degli abusi commessi dagli uomini.

La prevenzione perciò diventa prioritaria soprattutto nell'identificazione delle donne con un alto rischio di violenza.

3. Le politiche di sviluppo locale e il ruolo dei Centri antiviolenza come luoghi di rinascita

La violenza di genere interessa tutti i settori della vita sociale in cui uomini e donne sono messi a confronto, ma è soprattutto nell'ambito familiare, nel rapporto singolo uomo-donna, che ha la manifestazione più visibile. Generalmente i termini "violenza familiare" e "violenza domestica" vengono usati indistintamente; tuttavia, è necessario precisare che quest'ultimo costituisce un sottoinsieme del primo. Infatti, con l'espressione "violenza familiare" ci si riferisce ad atti di violenza tra:

- “i membri della famiglia, inclusi adulti e coppie di adolescenti;
- un genitore e il bambino;
- la persona che si prende cura dell’adulto e l’adulto stesso;
- fratelli” (Scaglioso, 2019, p. 103).

La violenza domestica è, invece, violenza di un uomo su una donna, perpetuata nel tempo nell’ambito della coppia. Essa si distingue dalle altre forme di violenza per alcuni caratteri generali:

- è perpetuata nell’ambito di un rapporto di coppia;
- rispetto alla violenza sessuale occasionale è ripetuta e presenta caratteristiche di cronicità (Ibidem);
- è la violenza meno riconosciuta non solo dalla donna, ma anche dal contesto sociale;
- crea importanti problemi di salute, sia a medio che a lungo termine.

Le minacce e le aggressioni provocano nella donna una paura incontrollata, che però ancora non riesce a vedere la gravità della situazione. Da una parte l’autore della violenza cerca di convincere la donna della sua colpa, dall’altra fa continue promesse di cambiare. La donna entra in uno stato di grande confusione, angoscia e insicurezza, pensa di essere responsabile della condotta del *partner* e necessita di un intervento esterno per poter disinnescare il circolo.

Presupposto della violenza domestica è la vera e propria strategia di controllo che mette in atto il soggetto che commette violenza, il quale utilizza una serie di elementi per isolare le donne dalle loro reti e fonti di sostegno esterno, principalmente dalla famiglia di origine e dagli amici (Scaglioso, 2019).

L’analisi dei dati riguardanti il fenomeno della violenza intrafamiliare hanno portato alla luce alcuni fattori di rischio. Uno di questi è il momento della separazione o la minaccia di abbandono. Il rischio di aggressioni si fa più forte quando una donna rompe o minaccia di rompere una relazione violenta (Arcidiacono & Di Napoli, 2012). Sempre legato al tema del

possessione, un altro momento di particolare rischio per la violenza domestica è il periodo di gravidanza. Alcuni uomini vedono il figlio come un intruso. Sono uomini che pretenderebbero un costante e assoluto sostegno narcisistico da parte delle compagne e ogni minima caduta di attenzione provoca ansia e insicurezza, nonché gelosia persino nei confronti dei figli vissuti come rivali.

Un ulteriore elemento che accomuna molti casi di maltrattamenti è la diversa struttura che contraddistingue la componente familiare odierna rispetto al passato, in riferimento alla quale risulta carente anche l'azione da parte delle istituzioni nel supplire alla scomparsa della rete solidaristica. In sostanza, nella famiglia contemporanea gli abusi possono commettersi anche per anni senza che nessuno si renda conto di quanto stia avvenendo. Il fenomeno della violenza contro le donne non è da attribuirsi solo a problemi di tipo strutturale, ma anche a difficoltà relazionali che si fondano su processi di socializzazione e di costruzione delle identità e di modelli culturali di riferimento.

Tuttavia, il Covid 19, la pandemia e il maggior isolamento domiciliare hanno determinato un aumento delle richieste di aiuto da parte delle vittime di violenza. In particolare, il confinamento a casa in risposta della pandemia ha esposto maggiormente molte donne alle violenze domestiche (Toffanin, Pietrobelli, Misiti, 2020). Soprattutto le donne che hanno perso il lavoro proprio a causa del lockdown, delle lunghe permanenze in casa sono riuscite con maggiori difficoltà a sottrarsi alla violenza.

Il clima di incertezza sorto attorno agli ambiti della sicurezza, della salute e delle finanze, uniti a situazioni di profondo stress e alle restrizioni che hanno coinvolto la mobilità delle persone e l'accesso ridotto ad alcuni servizi di supporto hanno poi contribuito ad aggravare il problema (Moffa & Chirivì, 2020).

L'emergenza creata dalla pandemia non ha fatto altro che amplificare delle criticità che in parte erano già esistenti all'interno del sistema come la difficoltà di intercettazione delle donne e di attivazione dei servizi territoriali per l'emersione del bisogno, difficoltà di coordinamento tra i servizi specializzati e generali, difficoltà di reperire strutture di ospitalità e le misure messe in campo durante il periodo di lockdown ad opera dei Centri antiviolenza si sono rilevate un valido aiuto.

I Centri antiviolenza e le Forze dell'ordine, impegnati ad accompagnare chi ha subito violenza verso la riscoperta della propria identità, del proprio valore, delle proprie capacità, per ritrovare così il desiderio di un nuovo disegno di vita, non hanno mai fatto mancare la loro assistenza continuando a garantire i colloqui protetti pur lavorando prevalentemente da remoto, malgrado si siano trovati ad affrontare delle criticità strettamente legate alla pandemia quali la mancanza di risorse sufficienti per far fronte alle spese aggiuntive sostenute soprattutto nelle prime fasi dell'emergenza, nonché la mancanza di dispositivi di protezione sanitaria e di risorse per la sanificazione degli ambienti.

I Centri antiviolenza rappresentano un passaggio temporaneo nella vita di una donna, un luogo di protezione dal quale ripartire e promuovere l'autonomia, il fare da sé nell'organizzare il quotidiano, la gestione del proprio spazio, del budget settimanale a disposizione per la sussistenza (Creazzo, 2016). Fondamentale per aiutare le donne vittime di violenza è la presenza sul territorio di operatori sociali che hanno come obiettivo quello di garantire il benessere e la protezione delle donne, dei cittadini. Il fine ultimo, quindi, è quello di accompagnare le vittime in un percorso di empowerment, mediante la riscoperta e la valorizzazione delle risorse e delle abilità che ogni donna possiede e delle capacità di riconoscere in maniera autonoma ciò che è meglio per sé stessa (Cozzolino, Vivo & Celia 2020).

Il processo di empowerment mira ad eliminare, gradualmente, il senso di colpa e a far acquisire responsabilità per sé stessa, in modo tale che venga messa in condizione di affrontare in modo autonomo i problemi e le questioni concrete che le si presentano, come per esempio esigenze sanitarie, di cura e protezione dei propri figli o di raggiungere l'autonomia lavorativa ed abitativa. La donna che ha subito maltrattamenti diventa protagonista attiva del proprio percorso di uscita dalla violenza, è sostenuta dalle operatrici in un percorso di acquisizione di consapevolezza, in un'ottica di relazioni positive e di accrescimento della stima in sé stessa e nelle altre persone. Attraverso questi percorsi la donna può tornare a riprendere il controllo della propria vita. Il percorso di uscita della violenza verrà negoziato in un continuo processo di reciprocità, senza giudizio.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Alla base di questi principi vi è una precisa visione delle cause della violenza alle donne all'interno di un'ottica di differenza di genere; si assume che la violenza sia frutto di un costrutto culturale, quindi non necessariamente collegata ad una patologia individuale del maltrattatore o della vittima; in particolare, la violenza domestica non viene considerata come una questione privata da risolvere nella famiglia. In base all'estensione, alla dinamica e alla caratteristica della trasversalità della violenza alle donne, presente in tutte le società e appartenenze sociali, culturali e religiose, deriva una lettura della violenza come una conseguenza della disparità di potere tra uomini e donne e come lesione dei diritti fondamentali e di cittadinanza. Questi due aspetti, l'empowerment e la lettura sociale del fenomeno, sono intimamente legati nella metodologia sviluppata nel corso degli anni e validata, con il passare del tempo e grazie ai risultati ottenuti, da tutte le principali organizzazioni internazionali che si sono occupate d'intervento e di standard di qualità nell'aiuto offerto alle vittime di violenza.

In base a questa impostazione metodologica, i Centri si avvalgono di personale esclusivamente femminile, proprio perché è attraverso la relazione fra donne che si può innescare un processo virtuoso di reciproco riconoscimento e sostegno.

Attualmente, i Centri antiviolenza italiani aderiscono all'associazione nazionale "D.i. Re" Donne in Rete contro la violenza che consente la predisposizione di spazi e momenti in cui operare un confronto e accordare politiche ed interventi di carattere innovativo. Alla base del lavoro con le donne che hanno subito violenza vi è il forte impegno a sostenere e promuovere i diritti delle donne affinché siano in grado di condurre una vita libera, indipendente e dignitosa (Veltri, 2018).

Per tale motivo occorre attuare una maggiore sensibilizzazione a questo delicato tema in quanto la condizione del genere femminile deve riuscire a rivoluzionare la stereotipia del cosiddetto "sesso debole" attribuitale da secoli e secoli. Questo processo deve essere destinato a modificare le relazioni di potere nei diversi contesti del vivere sociale e personale, affinché le donne siano ascoltate e le loro esperienze e capacità siano riconosciute a tutti i livelli. Occorre fare in modo dunque che tutte le donne possano partecipare ai processi decisionali in

tutti i diversi ambiti, che siano essi politici, economici, lavorativi e sociali. Per fare ciò occorre, quindi, attivarsi per creare una dimensione integrale della progettazione, dell'attuazione, del monitoraggio e della valutazione delle politiche e dei programmi in tutte le sfere politiche, economiche e sociali, cosicché donne e uomini ne possano trarre gli stessi vantaggi e non si perpetui la disuguaglianza. L'obiettivo unico e irremovibile è il raggiungimento della parità di genere. Ecco che lo sviluppo locale si attiva per avviare progetti che integrino sul territorio donne maltrattate da uomini violenti in un contesto di vita sereno e che dia loro autonomia.

Poter introdurre la dimensione femminile nello sviluppo locale significa perseguire alcuni obiettivi quali l'eliminazione delle discriminazioni per consentire un utilizzo efficiente del capitale umano presente nel territorio ed evitare fenomeni di esclusione legati al mancato utilizzo delle capacità di un determinato gruppo come le donne; un approccio allo sviluppo locale che possa offrire maggiore opportunità di partecipazione nei diversi ambiti di vita sociale partecipazione attiva dei cittadini/attori nel territorio locale, con il fine di attivare progetti di riqualificazione del territorio a salvaguardia di donne vittime di violenza, si sposa perfettamente con la definizione di sviluppo locale (Ciapetti, 2010).

Negli ultimi anni è stata sempre maggiore l'attenzione per il tema dello sviluppo locale in quanto diverse sono le problematiche ad esso collegate: la ripartizione tra i vari livelli di governo in termini di programmazione e di sostegno economico-finanziario alle iniziative di sviluppo locale, il bisogno crescente di un confronto sempre maggiore con gli scenari delle altre regioni nell'ambito della politica dell'Unione Europea ed in generale le dinamiche legate al fenomeno della globalizzazione.

Per realizzare interventi efficaci volti allo sviluppo locale sono necessarie una serie di politiche di programmazione territoriale e di interventi a sostegno dello sviluppo economico e della valorizzazione del territorio; per tale motivo, in primis, è necessaria un'azione di coordinamento ed integrazione tra i diversi livelli di governo; ciò soprattutto se si considera lo sviluppo locale sulla base dello sviluppo sostenibile, che coinvolge diversi ambiti: economico, sociale, e ambientale.

Il principale obiettivo dello sviluppo locale è il raggiungimento della capacità del territorio di far crescere l'economia locale e di conseguenza la qualità di vita dei suoi abitanti.

Inoltre, lo sviluppo economico locale è un'opportunità per i governi locali, i privati e le comunità locali di lavorare insieme per lo stesso obiettivo: migliorare l'economia locale.

I processi di sviluppo locali sono fenomeni correlati alle pari opportunità di genere; infatti, numerosi studi hanno messo in evidenza che esiste una forte correlazione tra la crescita economica e la presenza delle donne nel mercato del lavoro, allo stesso tempo, hanno messo in rilievo che per rilanciare la competitività dei sistemi locali è necessario eliminare le situazioni di discriminazione e di segregazioni nei confronti delle donne.

Sono numerosi i progetti realizzati e ancora attivi a favore delle donne vittime di violenza, che permettono loro concretamente un reinserimento sociale e la possibilità di contribuire allo sviluppo locale. In tal senso opera da 20 anni la COOPERATIVA SOCIALE E.V.A. in Campania che punta alla rimessa in società di donne ex vittime di violenza con la creazione di progetti aventi come fine il massimo rendimento del territorio e del suo sviluppo. Tale cooperativa gestisce un centro realizzato in un bene confiscato alla camorra al fine di accogliere e sostenere donne vittime di maltrattamento e dare loro l'opportunità di realizzarsi da un punto di vista lavorativo. Uno dei loro progetti più importanti, posti in essere grazie ad un finanziamento della Regione Campania e destinato alla valorizzazione dei beni confiscati, ha visto la creazione di un laboratorio per produrre accessori di alta moda che, durante la pandemia, ha subito una diversificazione della produzione, impegnando le donne nella fabbricazione di mascherine contro il virus.

Conclusioni

La violenza di genere affonda le sue radici nella cultura maschilista che domina la società contemporanea e che pone le donne in posizione subalterna rispetto all'uomo.

Le donne vittime di violenze iniziano con l'ingresso nei Centri antiviolenza un lungo percorso che mira soprattutto alla

conquista della propria autonomia. Il successo del percorso dipende molto anche dagli enti locali che di concerto con il Centro antiviolenza mettono in campo dei progetti che mirano, tra l'altro, ad incrementare le opportunità di accesso al mondo del lavoro delle donne vittime di violenza, in particolare delle donne vittime di violenza con figli a carico ospitati presso le comunità di accoglienza.

La mancanza di indipendenza economica è spesso uno dei fattori che ostacola l'uscita da situazioni di violenza domestica, per questo motivo il percorso di inserimento lavorativo deve essere incluso in un progetto di uscita dalla violenza.

Dunque, la presenza dei Centri antiviolenza su quasi tutto il territorio italiano è molto importante e altrettanto lo è il loro sostegno da parte delle istituzioni pubbliche come visibile denuncia della gravità della violenza contro le donne e assunzione di impegno e di responsabilità nel sostenere luoghi dove esse possano trovare, oltre che protezione, l'opportunità di crescere ed esprimere le loro paure, i loro dubbi, le loro speranze.

Una donna che ricomincia a prendere in mano la sua vita dopo le violenze subite, necessiterà di solide basi progettuali insite nel proprio territorio per essere dunque reintrodotta nella società.

Le esperienze di molte realtà locali e la letteratura degli ultimi anni hanno messo in luce come una funzione essenziale dei servizi socio-assistenziali – e in particolar modo dei servizi specializzati sulla violenza di genere – debba essere la promozione di una “rete” di soggetti e risorse, che possono interagire con i problemi del territorio e con le persone in difficoltà.

Questo è il terreno di azione in cui deve sapersi esprimere il lavoro professionale degli operatori e delle operatrici del territorio, nel momento in cui ci si prende carico di una situazione di violenza contro le donne ed i minori.

Offrire alla società una nuova lettura del fenomeno è un compito arduo affidato, spesso, alle operatrici dei centri antiviolenza che, mediante il lavoro di rete, pongono in essere nuove tipologie di azioni finalizzate alla presa di coscienza sociale della violenza come ad esempio campagne di sensibilizzazione nelle scuole, che non è assimilabile ai fenomeni di devianza e povertà, ma è il frutto estremo di uno squilibrio tra i sessi.

Novos paradigmas e novos modelos de ação: do global ao local ou do local ao global?

Questo approccio dovrebbe essere esteso a tutte le istituzioni territoriali, ognuno con la sua specifica competenza e mission, al fine di produrre una reale diminuzione del fenomeno della violenza di genere.

Dunque, il contrasto alla violenza di genere non è soltanto una grande questione di civiltà e di rispetto dei diritti umani ma è oggi anche una vera e propria “questione sociale”, dal momento che riguarda trasversalmente classi, famiglie, generazioni, gruppi etnici di riferimento.

Una questione epocale, per dimensione e sviluppo nel tempo, troppo spesso colpevolmente sottovalutata. Ma, allo stesso tempo, la violenza di genere è anche un fenomeno assai difficile da contrastare, perché si annida negli interstizi della società, spesso sfuggenti e insospettabili, manifestandosi per lo più silenziosamente nella vita quotidiana e riuscendo a rappresentarsi come un evento accidentale persino nella percezione delle stesse vittime.

Bibliografia

AA.VV. (2020). *Violenze al bivio: quando la violenza di genere viene esercitata nei contesti sociali, professionali, familiari*. Milano: Franco Angeli.

Arcidiacono, C. & Di Napoli, I. (2012). *Sono caduta dalle scale... : i luoghi e gli attori della violenza di genere*. Milano: Franco Angeli.

Bonura, M. L. (2016). *Che genere di violenza: conoscere e affrontare la violenza contro le donne*. Trento : Erickson.

Ciapetti, L. (2010). *Lo sviluppo locale. Capacità e risorse di città e territori*, Bologna, Il Mulino.

Cimagalli, F. (2018). *Le politiche contro la violenza di genere nel welfare che cambia. Concetti modelli e servizi*. Milano: Franco Angeli.

Corradi C. (2018). *Sociologia della violenza. Modernità, identità, potere*. Roma, Meltemi Editore.

Cozzolino, M., Vivo, D. R., & Celia, G. (2020). *Gli aspetti psicologici della violenza di genere, delle dinamiche affettive collusive al potenziamento dell'empowerment di genere*. In F. Addeo, G. Moffa, **La violenza spiegata. Riflessioni ed esperienze di ricerca sulla violenza di genere** (pp. 69-84). Milano: Franco Angeli.

Creazzo, G. (2016). *Ri-guardarsi: i centri antiviolenza fra politica, competenze e pratiche di intervento*. Cagli, Settenove.

- Crespi, I. (2008). *Processi di socializzazione e identità di genere. Teorie e modelli a confronto*, Milano: Franco Angeli
- Danna, D. (2020). *Ginocidio: la violenza contro le donne nell'era globale*. Milano, Elèuthera.
- Demurtas, P. (2020). *Così vicini, così lontani. I servizi specialistici di supporto alle donne vittime di violenza e i programmi rivolti ai maltrattanti* Rivista delle Politiche Sociali. *Italian Journal of Social Policy*, 2/2020, pp 193-210
- Grignoli, D. & Bortoletto N. (2019). *Dal locale al globale e ritorno. Nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*, Milano: Franco Angeli.
- Grignoli, D. & Mancini, A. (2006). *Per la creazione di un sistema di indicatori di sviluppo locale: la partecipazione sociale femminile*. In f. m. Battisti, *Identità e sviluppo locale* (pp. 61- 94). New York, Lulu Press.
- Lombard, N. (2018). *The Routledge handbook of gender and violence*, London ; New York : Routledge.
- Malizia, P. (2006). *Configurazioni: saggi di sociologia*, Milano: Franco Angeli.
- Moffa, G. (2020). *Soprusi di genere e disparità. Le dimensioni di vita delle donne messe a nudo dal Covid-19*. In F. Addeo, G. Moffa, *La violenza spiegata. Riflessioni ed esperienze di ricerca sulla violenza di genere* (pp. 31-47). Milano: Franco Angeli.
- Moffa, G. & Chirivì, M. (2020). *La violenza di genere confinata tra le pareti domestiche*. *Culture e Studi del Sociale*, 5 (2), pp. 559-567.
- Paccès, D. & Meduni, E. (2006). *Libere tutte, liberi tutti di uscire dalla violenza*, Roma, Teofilo Ruffa Editore.
- Piccone, S. & Saraceno, C. (1996). *Genere. La costruzione sociale del femminile e del maschile*, Bologna, Il Mulino.
- Roia, F. (2017). *Crimini contro le donne. Politiche , leggi , buon pratiche*. Milano: Franco Angeli.
- Scaglioso, C.M. (2019). *Violenza domestica: una perversione sociale*, Roma, Armando Editore.
- Toffanin, M. Pietrobelli, M. & Misiti M. (2020). *Violenza contro le donne: il ruolo del Progetto ViVa nel contesto delle politiche in Italia*. *Rivista delle Politiche Sociali. Italian Journal of Social Policy*, 2/2020, pp 161-176.
- Zanfrini, L. (2011). *Sociologia delle differenze e delle disuguaglianze*. Bologna: Zanichelli

Sobre os Autores

André Santos da Rocha – Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente realiza estágio pós-doutoral em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. É professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), lecionando nos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado) em Geografia, onde também é Coordenador do Laboratório de Geografia Econômica, Política e Planejamento (LAGEP). Temas de Interesse: Território, Políticas Públicas, Desenvolvimento Urbano e Regional, Mundo Contemporâneo e Cooperação para o Desenvolvimento.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0547-5550>

Email: asrgeo@ufrj.br

Carlos Enrique Castro Méndez – Doctor (C) en Geografía con el convenio Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia y el Instituto Geográfico Agustín Codazzi, Agrólogo de la Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano. Funcionario IGAC, Grupo de Investigación Suelos y Ecología. Experiencia en levantamiento de suelos y geografía con enfoque histórico, cultural, ambiental y crítico.

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3125-8349>

Email cecastro@igac.gov.co

Daniela Grignoli – È professore associato di Sociologia presso il Dipartimento di Economia dell'Università degli Studi del Molise, dove è docente delle discipline sociologiche. Nella stessa Università è presidente della Filiera dei Corsi di Studio in Servizio Sociale, componente del Centro di ricerca "Risorse Bio-culturali e sviluppo locale", del Comitato bioetico e del Comitato Unico di Garanzia per le pari opportunità, la valorizzazione del benessere dei luoghi di lavoro e contro le discriminazioni. È nel Comitato scientifico della collana "Temi per lo sviluppo

locale” edita da FrancoAngeli. È autrice di numerosi studi sulle dinamiche sociali per lo sviluppo locale.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4957-7172>

E-mail: grignoli@unimol.it

Everardo Minardi – È professore ordinario di sociologia dello sviluppo locale e regionale presso l’Università di Teramo. Fino al 2010, ha diretto il dottorato in Politiche sociali e Sviluppo locale, il dipartimento di Teorie e Politiche per lo Sviluppo Sociale e il corso di laurea in Sociologia. Ha numerose pubblicazioni al suo attivo. Tra i suoi lavori: 2017, (con N. Bortoletto), *Lavorare nel sociale, per il sociale*, Homeless Book ed., Faenza-Bologna. 2021, *Fare sviluppo locale: Condividere, progettare, comunicare: percorsi possibili*, Homeless Book ed., Faenza- Bologna. 2021, «Fare» *progettazione sociale: Azioni possibili per l’intervento sociale*, Homeless Book ed., Faenza- Bologna.

Floriano Godinho de Oliveira – Possui Bacharelado (1986) e Licenciatura (1987) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR -1993), Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP -2003) e Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona, Espanha (UB - 2009/2010). É Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores, e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (Capes 6) - PPFH/UERJ. Bolsista de Produtividade, PQ-2, do CNPq, e Bolsista do Programa de Prociência da UERJ.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9487-3341>

Email: fgodinhodeoliveira@gmail.com

Leandro Dias de Oliveira – Graduado (UERJ-FFP), mestre (UERJ) e doutor (UNICAMP) em Geografia e pós-doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professor associado do Departamento de Geografia da Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro (DGG-IGEO-UFRRJ), *campus-sede*, e docente dos quadros permanentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais (PPGIHD-UFRRJ). Coordenador de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRRJ (CoPesq-PROPPG-UFRRJ). Líder do Grupo de Pesquisa Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, vinculado ao Laboratório de Geografia Econômica, Política e Planejamento (LAGEP-UFRRJ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7257-0545>

E-mail: ldiasufrjr@gmail.com.

Nico Bortoletto - È professore associato di sociologia presso l'Università Degli Studi di Teramo. Si occupa di sport e sviluppo comunitario, volontariato, metodologie partecipative (ricerca azione), metodologia della ricerca. Ha recentemente curato con D. Grignoli il volume 'Dal Locale al Globale e ritorno', Franco Angeli ed., Milano.

ID ORCID: 0000-0002-0906-1075

E-mail: nbortoletto@unite.it

Marcos Aurelio Saquet - Doutorado em Geografia pela UNESP (Presidente Prudente, Brasil), com pós-doutorado no Politécnico e Università di Torino, Itália. Foi professor visitante em diferentes universidades da Itália, Colômbia, Costa Rica, México e Argentina (presencial e remotamente). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde ensina nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado, em Francisco Beltrão) e nos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Marechal Cândido Rondon) e Sociedade Cultura e Fronteiras (Foz do Iguaçu).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Regina Cohen Barros - Graduação em Licenciatura em Ciências (Biologia) (1984) e especialização em Ciências Ambientais pela UFG (1986). Graduação em Geografia (1994),

mestrado (1997) e doutorado (2004) pela UFRJ e pós-doutorado em Geografia pela UNICAMP (2009). Atualmente é professora EBTT titular do Colégio Técnico CTUR/UFRRJ. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária: na pequena produção, na sustentabilidade ambiental, na segurança alimentar e produtos diferenciados e nas Indicações Geográficas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3689-6008>

Email: reginacohenctur@gmail.com

Silvia Fornari – Professora associata di Sociologia presso il Dipartimento di Filosofia, Scienze Sociali, Umane e della Formazione dell’Università degli Studi di Perugia, dove insegna materie sociologiche. Svolge attività di ricerca negli ambiti della relazionalità sociale e delle differenze genere. È coordinatrice dello “Sportello Antiviolenza UNIPG”; presidente del C.U.G. (Comitato Unico di Garanzia per le pari opportunità, la valorizzazione del benessere dei luoghi di lavoro e contro le discriminazioni) dell’Ateneo; componente del *Comitato della Conferenza Nazionale degli Organismi di Parità delle Università Italiane*; componente del board Studi di Genere AIS (Associazione Italiana Sociologia).

ID ORCID: orcid.org/0000-0002-7823-4881

E-mail: silvia.fornari@unipg.it

Simona Iannaccone – Ricercatore tempo determinato di Sociologia Generale (S.S.D. SPS/07) presso l’Università telematica Pegaso, Facoltà di Scienze Umanistiche Dottore di Ricerca in “Critica storica, giuridica ed economica dello Sport”, XXI ciclo, Dipartimento di Storia e Critica della Politica, Facoltà di Scienze Politiche, Università degli Studi di Teramo. Tesi “Da Atene a Berlino. Miti, riti e simboli politici nei Giochi Olimpici (1896-1936). Docente a contratto di Sociologia Generale presso l’Università Telematica “Universitas Mercatorum”.

ID ORCID: orcid.org/0000-0002-2512-542X

E-mail: simona.iannaccone@unipegaso.it

Wladimir Mejía Ayala – Doctor en Geografía en la Universidad De Angers (Francia), Magister en Turismo y cultura (Dauphine y Diderot), Ingeniero Agroforestal en la Universidad de Nariño (Colombia). Coordinador de Estudios de Posgrado en Geografía EPG (convenio Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia – Instituto Geográfico Agustín Codazzi. Miembro del grupo de investigación Geografía y Ordenamiento Territorial GEOT. Temas: turismo, patrimonio, comunidades indígenas.

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-4091-9885>

Email: wladimir.mejia@uptc.edu.co

Yolima Del Carmen Agualimpia Dualiby – Doctora en Ciencias Técnicas en el Instituto Politécnico José Antonio Echeverría (La Habana, Cuba), Magister en Ingeniería Civil en la Universidad de los Andes (Colombia), Ingeniera Civil en la Universidad de la Salle (Colombia). Miembro activo de los grupos de investigación PROGASP – GAIA y SERVI-PÚBLICOS de la Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Actualmente Docente de planta de la Universidad Distrital Francisco José de Caldas (Colombia).

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4262-954X>

Email: yagualimpia@udistrital.edu.co

Victor Tinoco – Graduado em Geografia e Meio Ambiente (PUC-Rio), Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ), Doutor em Geografia (PUC-Rio) e pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UFRRJ. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, vinculado ao Laboratório de Geografia Econômica, Política e Planejamento (LAGEP-UFRRJ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9750-1199>

E-mail: victortinoco85@gmail.com

Índice remissivo

- Global - p.1, 3, 7, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 25, 27, 34, 38, 40, 47, 55, 68, 69, 70, 74-76, 103, 114, 119, 121, 142, 149, 150, 151, 156, 159,
- Local - p.1, 3, 5-11, 14, 15, 19, 25, 35, 36, 40, 42, 64, 67-78, 84-87, 93, 103, 107, 114, 115, 125, 129, 134, 135, 138-140, 142, 145, 146, 150, 156, 162, 164,
- Território - p.7, 9, 15, 18, 20-23, 25-31, 35, 36, 40-43, 52, 53, 66, 68, 69, 71-82, 84-86, 91-96, 98-104, 108, 118-120, 122, 127, 131, 132, 135-142, 147, 151, 153, 155, 156, 159, 160, 164-167, 172, 174, 182, 184, 198, 200-202, 205
- Práxis - p.5, 8, 9, 14, 15, 24, 26, 28, 31, 34-36, 38-40, 42,
- Disuguaglianze - p.10, 45, 47-49, 51, 54, 64, 204
- Desarrollo - p.66, 9, 16, 17, 25, 32, 34, 40-43, 66-76, 78-80, 84, 122, 125-127, 131, 150, 154-156, 161, 171, 172
- Desenvolvimento - p.5, 6, 8-11, 42, 89-94, 96, 98, 99, 102-104, 106, 108, 112-114, 119, 120, 134-136, 139-143, 145-148, 173, 205, 207, 209,
- Desenvolvimento local - p.5, 7-11, 134, 135, 139, 140, 142, 145, 146
- Sviluppo locale - p.6, 11, 62, 63, 85, 86, 188, 195, 200, 201, 203, 204-206
- Comunidade - p.8, 18, 31, 32, 66, 68, 69, 72, 74-85, 115, 120, 159-161, 166, 170, 183, 209
- Saneamento básico - p.5, 8-10, 90, 93-95, 98, 113
- Resistência - p.5, 10, 16-18, 24, 28, 30, 106-109, 113-116, 119, 120, 159,
- Conflictos - p.30,
- Genero - p.6, 8-11, 173, 174, 176-179, 181-186
- Periferia - p.5, 8-10, 29, 90-95, 97, 98, 101-103, 106, 108-112, 118, 119
- Política - p.8, 15, 16, 18-20, 29-31, 34, 35, 38-40, 44, 45, 48, 50, 54, 60, 69, 71, 72, 74, 91-98, 103, 104, 106, 108, 115, 118, 119, 141, 142, 145, 147, 152-154, 156, 157, 159, 161, 166, 167, 170-172, 177, 179, 181, 185, 186, 189, 189-200, 203, 205-209
- Redes - p.16, 21-25, 27, 30, 31, 35, 37, 41, 79, 80, 82, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 140, 147, 148, 172, 174, 184,
- Rural - p.5, 9, 17, 18, 21, 27, 34, 35, 40, 41, 85, 86, 89, 90, 106, 117, 119, 134-136, 139-141, 146, 147, 151, 156, 158, 171, 172, 205, 207
- Urbano - p.5, 9, 17-19, 21, 25, 28, 31, 32, 82, 89-94, 104, 107, 111, 117, 118, 128, 130, 151, 153, 157, 158, 162, 166, 167, 205, 206



Os problemas na contemporaneidade têm exigido esforços contínuos de pessoas vinculadas ao campo acadêmico, lideranças com vínculo com o governo e ativistas de movimentos sociais, para enfrentamento e a construção de caminhos e soluções para superar realidades ainda tão desiguais. Isso tem provocado a necessidade de releitura de fenômenos para além das individualidades locais, e perceber as complementariedades existentes em distintas escalas, daí a necessidade de olhar para um fluxo intenso entre o local-global. Por isso, o livro alça estudos de temas sobre novos paradigmas e abordagens que possam fornecer elementos basilares para construirmos uma agenda coletiva de compreensão crítica e de transformação da realidade.



PPGSCF
Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras



LETRAPITAL

ISBN 978-65-80025-68-6

